

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

O SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA  
PROJOVEM URBANO NA REGIONAL NORTE II: UM ESTUDO DE CASO

Bolsista (UFAM): Maisa Bruna de Almeida Nunes

MANAUS

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

## RELATÓRIO FINAL

PIB-SA/0008/2010

O SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA  
PROJOVEM URBANO NA REGIONAL NORTE II: UM ESTUDO DE CASO

Bolsista (UFAM): Maisa Bruna de Almeida Nunes

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marilina Conceição Oliveira Bessa Serra Pinto

Co-orientadora: Prof<sup>a</sup> Msc Márcia Irene Pereira Andrade

MANAUS

2011

## RESUMO

O presente estudo visou compreender como se caracteriza os sistemas de monitoramento e avaliação das políticas públicas. Pretendeu conhecer, por meio de um estudo caso, o sistema de monitoramento e avaliação do Programa ProJovem Urbano na região norte do Brasil, envolvendo os seguintes estados: Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia. Os sujeitos da pesquisa foram os coordenadores deste sistema e os executores do programa a nível nacional e regional. Com o intuito investigar qual a percepção sobre monitoramento e avaliação que norteiam as ações do SMA do PJU na Região Norte II foi realizada uma acurada pesquisa documental, cujo objetivo foi compreender e descrever os sistemas de monitoramento e avaliação das políticas públicas e mais especificamente as atividades do SMA do Programa ProJovem Urbano e seus três subsistemas. Além disso, o percurso metodológico incluiu, portanto, um estudo teórico, levantamento documental e pesquisa de campo com aplicação de questionários junto aos sujeitos supracitados, a fim de comparar os pressupostos teórico-metodológicos do programa com a sua efetiva implementação. Os resultados finais da pesquisa revelam a dinâmica e complexidade do SMA-PJU, bem como sua importância para a obtenção de informações que possibilitam a tomada de decisão e a melhoria na gestão e ações desenvolvidas pelo programa. Por fim, este estudo sinaliza a necessidade de se aprimorar e consolidar a cultura de avaliação das políticas, programas e projetos sociais, com vistas a edificação de uma sociedade mais justa, democrática e equânime na contemporaneidade.

**Palavras Chave:** Avaliação, Políticas Públicas, ProJovem Urbano.

## LISTA DE QUADROS

|  |    |
|--|----|
| Quadro 1 - Composição da Equipe do SMA/Projovem Urbano na Região Norte II: Manaus/Acre/Rondônia/Roraima..... | 22 |
| Quadro 2 - Composição do SMA do ProJovem Urbano.....   | 23 |
| Quadro 3 - Linha do Tempo do GT de Supervisão.....   | 25 |
| Quadro 4 - Entradas por Estados e Municípios.....  | 25 |
| Quadro 5 - Rotinas do Subsistema de Supervisão.....  | 27 |
| Quadro 6 - Rotina 002: Formação Inicial Região Norte II.....   | 28 |
| Quadro 7 - Rotina 003: Conferência Documental Regional Norte II 2009.....                                    | 28 |
| Quadro 8 - Rotina de Frequência dos alunos e professores nos núcleos Região Norte II.....                    | 31 |
| Quadro 9 - Rotina 006: Síntese quantitativa da supervisão de Qualificação Profissional.....                  | 32 |
| Quadro 10 - Situação Geral da Qualificação Profissional na Região Norte II.....                              | 30 |
| Quadro 11 - Avaliações do ProJovem Urbano.....   | 37 |
| Quadro 12: Dimensões de Avaliação.....   | 47 |
| Quadro 13: Instrumentos do GT de Avaliação do Programa.....  | 47 |
| Quadro 14: Amostragem da Aplicação Survey2 com os Alunos do PJU.....   | 48 |
| Quadro 15: Amostragem da Aplicação Survey2 com os Educadores do PJU.....                                     | 48 |
| Quadro 16: Survey I 3ª Entrada - Quantidade de aplicação por zona.....                                       | 49 |
| Quadro 17: Sujeitos da pesquisa.....   | 52 |
| Quadro 18: Definição do conceito de Avaliação e Monitoramento.....   | 59 |
| Quadro 19: Linha do tempo do processo de M&A.....  | 60 |
| Quadro 20: A dança das terminologias.....  | 67 |
| Quadro 21: Discursos dos pesquisados sobre a relação Monitoramento e Avaliação.....                          | 68 |
| Quadro 22: Discursos dos pesquisados sobre a legitimidade do SMA.....  | 69 |
| Quadro 23: Discursos dos pesquisados sobre a concepção do SMA.....   | 69 |
| Quadro 24: Discursos dos pesquisados sobre a finalidade do SMA.....  | 70 |
| Quadro 25: Discursos dos pesquisados sobre as formas de coleta de dados do SMA.....                          | 71 |
| Quadro 26: Discursos dos pesquisados sobre as informações produzidas pelo SMA.....                           | 72 |
| Quadro 27: Discursos dos pesquisados sobre a continuidade e modificação do SMA.....                          | 73 |

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1: Rotina 004: Condições de Oferta Regional Norte II 2009.....                      | 29 |
| Tabela 2: Frequência docente nos núcleos Regional Norte II 2009.....                       | 30 |
| Tabela 3: Rotina 005 - Formação Continuada: Perfil dos Educadores do ProJovem Urbano.....  | 34 |
| Tabela 4: Quantitativo da Avaliação Diagnóstica – 2ª entrada / Regional Norte II.....      | 39 |
| Tabela 5: Quantitativo da Avaliação Diagnóstica – 3ª e 4ª Entrada / Regional Norte II..... | 40 |
| Tabela 6: Quantitativo do Exame entre Ciclo I – 2ª entrada / Regional II.....              | 44 |
| Tabela 7: Quantitativo do EECII da 2ª Entrada.....   | 45 |
| Tabela 8: Quantitativo do EECI da 3ª Entrada Manaus e Porto Velho.....                     | 46 |

## **LISTA DE GRÁFICOS**

|  |    |
|--|----|
| Gráfico 01: Percepção dos pesquisados sobre Monitoramento e Avaliação..... | 68 |
| Gráfico 02: Operacionalização do SMA.....                                  | 70 |
| Gráfico 03: Forma de coleta de dados do SMA.....                           | 71 |
| Gráfico 04: Informações produzidas pelo SMA.....                           | 72 |
| Gráfico 05: Continuidade e modificação do SMA.....                         | 73 |

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| INTRODUÇÃO.....   | 08 |
| 1. CAPÍTULO I: Sistema de Monitoramento e Avaliação Projovem Urbano: revelando sua Composição.....  | 14 |
| 1.1. Política Nacional para Juventude: a emergência do Projovem Urbano.....   | 18 |
| 1.1.1. Conhecendo o Subsistema de Supervisão.....   | 24 |
| 1.1.2. Desvelando o Subsistema de Avaliação Externa.....  | 36 |
| 1.1.3. A Composição do Subsistema de Avaliação do Programa.....   | 46 |
| 2. CAPÍTULO II: Descrição Metodológica da Pesquisa.....   | 50 |
| 3. CAPÍTULO III: Discussões e Resultados: conhecendo a Filiação Teórica e a Efetividade do Sistema de Monitoramento e avaliação do Projovem Urbano..... | 54 |
| 3.1. Filiação Teórica do Programa Projovem Urbano: da discussão filosófica a percepção dos sujeitos da pesquisa.....                                    | 64 |
| 3.2. Efetividade do Programa Projovem Urbano na Região Norte II.....  | 68 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....  | 74 |
| 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....  | 76 |
| 6. APÊNDICES.....   | 79 |

## INTRODUÇÃO

Juventude é um construto social e histórico.

Pensar a relação juventude, educação e políticas públicas, em um mundo que vive profundos e acelerados processos de transformações, não é tarefa fácil. Sabe-se que isso exige, uma análise acurada sobre como essas transformações têm atingido, direta e indiretamente, as diferentes juventudes e os processos educativos por elas vivenciados. Processos que expressam o ensino/aprendizagem; socialização, interação e cidadania. (RIBEIRO, 2010).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2008) dos 49,8 milhões de jovens brasileiros, ou seja, 26,54% da população total no país, cerca de 25 milhões (50%) têm experimentado, de forma mais radical, os efeitos dessas transformações, gerando ou reforçando situações de distinções e desigualdades na “corrida de obstáculos” em que se constituem suas vidas e, muito particularmente, seus percursos escolares.

O desafio nos aponta para a necessidade da elaboração de políticas públicas voltadas para a juventude. Ribeiro (2010) afirma que estas têm como desafio oferecer respostas diferenciadas para possibilitar distintos modos de acesso, permanência e continuidade ao conhecimento das humanidades, das tecnologias e do campo científico, para os jovens brasileiros, sobretudo, pela imensa diversidade de necessidades e interesses.

É na juventude que uma sociedade deposita as maiores esperanças de viver em um mundo melhor no futuro, por outro lado, é também neste segmento, de 15 a 29 anos, que infelizmente encontram-se as maiores ocorrências dos principais problemas da atualidade. Entre os jovens estão os maiores índices de usuários de álcool, cigarros e drogas. Também são os jovens os que mais sofrem com o desemprego e os que entram para a criminalidade.

Em estudo recentemente divulgado pelo IBGE, intitulado Síntese de Indicadores Sociais 2010, demonstra que, em 2009, 14,8% dos adolescentes entre 15 e 17 anos estavam fora da escola. Além disso, 32,8% dos jovens de 18 a 24 anos, ou seja, aproximadamente 1/3 desse contingente populacional, deixaram os estudos sem ao menos concluir a educação básica, situação que se explicita melhor quando se atenta para o fato de a escolaridade média da população brasileira com idade até 25 anos ser de apenas 5,8 anos.

Pode-se observar que os dados acima revelam o grau de vulnerabilidade, ou melhor, de violações entre o público jovem de nosso país. Assim, diante deste cenário urge a necessidade de que o poder público e a sociedade civil definam planos e ações direcionadas de modo a mudar estes números. Portanto, é vital a implantação e implementação de políticas públicas para a juventude de



caráter eficaz e efetivo com a finalidade de alterar essa realidade sinalizando para a melhoria da qualidade de vida da juventude brasileira.

Como resposta a essa questão, a partir de 2004, inicia-se no Brasil um amplo processo de diálogo, entre governo e movimentos sociais, sobre a necessidade de se instaurar uma política de juventude no país. Este processo concedeu projeção nacional à temática da juventude. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2008), entre as iniciativas mais importantes ocorridas neste período, destacam-se as seguintes:

*i)* realização da Conferência Nacional de Juventude que organizou debates em todo o país sobre as principais preocupações dos jovens brasileiros e possíveis soluções para seus problemas;

*ii)* criação do Grupo Interministerial ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República, que realizou um extenso diagnóstico das condições de vida dos jovens do país e dos programas e ações do governo federal voltados total ou parcialmente para a população juvenil;

*iii)* realização do Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, que também propôs como metodologia debates regionais e temáticos e organizou uma pesquisa nacional para traçar o perfil da juventude e;

*iv)* encaminhamento de PL versando sobre o Plano Nacional de Juventude (PL no 4.530/2004), o qual estabelece os objetivos e metas a serem alcançadas pelos governos para a melhoria das condições de vida dos jovens brasileiros.

Assim, em 1º de fevereiro de 2005, o Governo Federal por meio da Medida Provisória 238 assinada pelo Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva implanta a Política Nacional de Juventude cujas diretrizes são:

1. Ampliação do acesso dos jovens ao ensino médio e sua permanência com qualidade;
2. Democratização do acesso dos jovens ao esporte, à cultura, ao lazer e às tecnologias de informação e comunicação;
3. Erradicação do analfabetismo entre os jovens;
4. Estímulo à prática da cidadania e participação social dos jovens;
5. Geração de trabalho e renda para a juventude;
6. Melhoria da qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais;
7. Preparo de jovens para o mundo do trabalho e;
8. Promoção dos direitos humanos e das políticas afirmativas para os jovens.

Na esteira de tais diretrizes o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005 emerge. Destaca-se que a partir da Medida Provisória nº 411 de 28 de dezembro de 2007 este programa passa a ser constituído por quatro modalidades, a saber: Projovem Adolescente; Projovem Urbano; Projovem Campo e Projovem

Trabalhador. Observa-se que ao se estabelecer que o referido programa contemple a avaliação e o monitoramento inova-se na maneira de se fazer política pública em nosso país, pois se sabe que historicamente, no Brasil, a avaliação de políticas públicas é incipiente tanto do ponto de vista conceitual quanto metodológico.

Diante desse cenário, o Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano é regulamentado por meio da Portaria n° 62 de 29 dezembro de 2008, sendo responsável pelo monitoramento e a avaliação do ProJovem em duas dimensões: efetividade e implementação. O SMA do ProJovem Urbano é composto pelos seguintes subsistemas: subsistema de Supervisão, Avaliação Externa de Alunos, e Avaliação do Programa.

Ressalta-se que foram convidadas nove instituições acadêmicas para integrarem tais subsistemas, cabendo-lhes a responsabilidade pela operacionalização das atividades propostas pela Coordenação Nacional, além de acompanhar a gestão e a execução do ProJovem Urbano em nível nacional e local. As Universidades que compõem o referido sistema, com suas coordenações regionais são: UFBA: regional nordeste I; UFMG: regional sudeste I e regional centro-oeste; UFPA: regional norte I; UFPE: regional nordeste II; UFPR: regional sul; UFJF/CAED; UNIRIO; UFAM: regional norte II e UFC regional nordeste II.

As Universidades citadas são denominadas de Instituição Regional - IR e atuam no âmbito dos subsistemas de Supervisão, Avaliação Externa de Alunos e Avaliação do Programa, a partir de desenho metodológico previamente definido em conjunto com Coordenação Nacional do ProJovem Urbano. Para a consecução de suas finalidades, cada Instituição Regional, designou um (a) especialista para responder pela coordenação do SMA/ProJovem Urbano, em sua região. Cada IR possui também uma equipe fixa, na Universidade que sedia a coordenação regional e pessoas contratadas/bolsistas nas demais unidades federadas, para desenvolverem atividades referentes ao SMA.

A Universidade Federal do Amazonas coordena as ações do programa no âmbito da região norte II que compreende os Estados do Acre, Rondônia e Roraima. As atividades do SMA são realizadas mediante programação que contempla os 18(dezoito) meses do curso, além do tempo posterior para sistematização das informações e produção do Relatório de Avaliação.

Posto isto, para potencializar o processo avaliativo urge a construção de sistemas de monitoramento e avaliação. Assim, a construção desses sistemas, que por gênese, devem ser abrangentes, flexíveis e contínuos, constitui parte de um esforço para melhorar a gestão da informação sobre os programas e políticas de desenvolvimento social.

A partir destes pressupostos afirma-se que o sistema de monitoramento e avaliação de políticas públicas deve fornecer informações que aperfeiçoem o planejamento dessas políticas, com a

finalidade a sua eficiência, eficácia e efetividade, por meio dos ciclos de gestão contínuos sob a forma de monitoramento e avaliação, orientados para a produção qualitativa dos resultados e impactos sob o prisma da melhoria da gestão das políticas públicas no Brasil.

Destarte, somente com o fortalecimento de uma cultura de transparência e prestação de contas na administração pública, pois com a utilização dos resultados da avaliação e monitoramento, será possível melhorar o desempenho das políticas e tornar mais eficiente e eficaz a aplicação dos recursos públicos. Entretanto, os processos avaliativos ainda hoje são encarados como procedimentos burocráticos, ameaçadores e de caráter administrativo e financeiro.

Ora, sabe-se que grande gama de programas e projetos sociais não têm tido um monitoramento sistemático, e as avaliações realizadas raramente permitem traçar a causalidade dos resultados e tirar lições que sirvam para melhorar o gerenciamento e aprender para o desenho de novas intervenções, o que precisa ser revisto em nosso país, visto que se constituiu em um imperativo ético avaliar políticas, programas e projetos sociais sob o prisma de estímulo ao aperfeiçoamento de dos mesmos.

A avaliação instiga-nos a trabalhar de maneira mais madura, a observar os campos onde ainda é necessário avançar. Mais que controlar custos, assegurar a conformidade legal de procedimentos ou medir a capacidade de implementação, avaliar significa, no caso da gestão de políticas públicas, comparar o esforço realizado com a demanda e a satisfação do beneficiário, adequando crescentemente os programas às expectativas da sociedade, explicitando assim, a dimensão política da avaliação.

Registra-se que no âmbito acadêmico, existe o importante papel da Pesquisa Avaliativa, que desempenha a função de desvelar as determinações e contradições presentes no processo e no conteúdo das políticas públicas, evidenciando os significados mais profundos dessas políticas (sua essência), para a construção do conhecimento. (SILVA, 2009).

Já no âmbito social Gomes (2001) revela que a avaliação de políticas e programas sociais deve ser considerada condição para democratização e controle social das políticas públicas por parte dos setores subalternizados da sociedade, devendo construir-se numa experiência no âmbito da cidadania e da democratização da sociedade brasileira. Além disso, Silva (2009) corroboram afirmando que a avaliação é um possível instrumento que pode ser utilizado por segmentos sociais organizados para o fortalecimento da pressão social sobre o Estado no sentido de conquistas de direitos sociais, haja vista as informações que a avaliação pode gerar, no sentido de publicizar as políticas e programas sociais desenvolvidos em nosso país. Deste modo, “podendo realimentar decisões públicos e lutas sociais por cidadania, rumo à construção de uma sociedade justa e mais igualitária”. (idem, p. 17).

Assim, tendo em vista tais justificativas, esta pesquisa pretendeu incitar a discussão acerca da avaliação e da efetividade do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano na regional Norte II.

Entende-se que avaliação enquanto pesquisa social aplicada, sistemática e dirigida deve contemplar: 1) a compreensão da realidade na qual está inserida, 2) ter como referência o processo decisório que a orienta, 3) dar respostas aos questionamentos colocados, 4) dar transparência ao valor das ações e resultados (BELLONI, 2007).

De tal modo, este estudo ao pretender investigar o SMA do PJU na Regional Norte II buscou responder as seguintes questões: Qual a percepção sobre monitoramento e avaliação que norteiam as ações dos coordenadores e executores do SMA-PJU na Região Norte II? Se a avaliação é um processo de aprendizado, transparência e escolha, os dados/informações coletados no SMA-PJU produziram alguma mudança e/ou melhoria na operacionalização do Programa? Como se desenvolve a proposta teórico-metodológica do SMA-PJU? Qual a filiação teórica desse sistema? Assim, responder a essas questões foi o cerne do presente estudo.

Objetivando responder as questões de pesquisa este estudo elegeu como objetivo geral: Compreender o que caracteriza os sistemas de monitoramento e avaliação das políticas públicas. Os objetivos específicos são: 1) Descrever as atividades do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa Projovem Urbano e seus três subsistemas; 2) Identificar a filiação teórica do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa Projovem Urbano; 3) Comparar a proposta teórico-metodológica do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Projovem Urbano com a sua efetivação.

O presente relatório está dividido em três (03) Capítulos, apresentando-se da seguinte forma: o primeiro capítulo desvela o desenho do Programa ProJovem Urbano, descreve suas atividades, a composição de seus três subsistemas e os resultados das ações de Monitoramento e Avaliação do SMA-PJU na Região Norte II. O segundo capítulo apresenta os procedimentos metodológicos que foram realizados durante a pesquisa, demonstrando do ponto de partida da investigação, seus procedimentos, caminhos e desvios, com vistas aos resultados de pesquisa. Assim, o percurso metodológico adotado aportou-se na abordagem de pesquisa quanti-qualitativa que foram apreendidas como complementares e indissociáveis. Para tanto, foi aplicado um questionário (APÊNDICES A, B e C) com questões abertas e fechadas junto aos coordenadores e executores que compõe a equipe do SMA-PJU na Região Norte II, bem como numa densa revisão bibliográfica e documental. O Terceiro Capítulo revela os resultados finais da pesquisa, estes se expressam em uma discussão teórica acerca dos estudos sobre a avaliação e o monitoramento, na filiação teórica que mais se aproxima do SMA-PJU e na comparação da proposta teórico-metodológica do programa com sua efetivação. Destaca-se

que tais resultados estão ancorados em todo o material coletado e que foram articulados aos propósitos da pesquisa e à sua fundamentação teórica.

Diante do exposto, é possível afirmar que o desenvolvimento da presente pesquisa constituiu-se de fundamental relevância, seja no âmbito acadêmico, seja no âmbito social, pois, possibilitou uma maior compreensão acerca do SMA do ProJovem Urbano na Região Norte II. Portanto, quando se procurou investigar como foi pensado e como esta sendo desenvolvido o SMA-PJU na Região Norte II, procurou-se também refletir sobre o trabalho desenvolvido pelas Instituições Regionais, ações, projetos, possibilitando a coordenadores e executores desse sistema a apropriação com consistência e coerência da realidade, aumentando assim as possibilidades de intervenção sob a ótica da democracia, da cidadania e da justiça social.

Além disso, a presente pesquisa integra a linha temática *Avaliação de Impactos*, de Políticas Públicas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Processos de Trabalho e Serviço Social na Amazônia (GETRA), vinculado ao CNPq, desde 2001.

Por fim, o conceito de avaliação que perpassou a presente investigação pautou-se na noção que a avaliação mais do que gerar conhecimento ou informações sobre as ações desenvolvidas deve subsidiar a tomada de decisões oferecendo assim elementos para aperfeiçoar a política avaliada.

## CAPÍTULO I

## **SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PROJÓVEM URBANO: REVELANDO SUA COMPOSIÇÃO**

A avaliação de programas sociais guarda a complexidade e especificidades próprias, por lidar com um campo permeado por embates e representações que influenciam processos e resultados, não pode depender de uma única abordagem de acompanhamento. Necessita compatibilizar e associar um universo mais amplo de alternativas.

Ávila, 2001

Inicia-se a reflexão a partir do desvelar da formação das políticas públicas no contexto brasileiro. Assim, com relação à organização das políticas sociais no Brasil, Medeiros (2001) identifica que existiram períodos distintos quanto à caracterização e composição destas políticas. O autor inicia o recorte analítico a partir da década de 30 - onde o primeiro período (30 a 45) - é tido como de “controle da política”, com o Estado garantindo a estabilidade de relações entre o capital e trabalho com objetivos de modernização nacional, redefinindo e rearranjando conflitos em uma orientação populista e assistencialista.

No Brasil no período Vargas (1930-1945) as políticas públicas começaram a privilegiar setores ligados ao desenvolvimento econômico (via industrialização) enquanto crescia rapidamente o número de marginalizados. Nesse contexto afirmavam-se as bases do capitalismo dependente e as políticas surgiram para reduzir as chagas da economia que deixava boa parte do povo à margem.

As políticas sociais, através de programas de assistência, foram a ação do governo para controlar o descontentamento, a revolta e evitar a convulsão social. Daí se fortaleceu a cultura do paternalismo, do assistencialismo e do clientelismo tão arraigada hoje na cultura e prática política no Brasil. Se de um lado as políticas sociais surgiram como esmola dos governos, de outro lado, elas foram também o resultado da capacidade de luta das forças sociais (movimentos comunitários/populares, lutas dos operários - sindicalismo) de exigir trabalho, moradia, alimentação, educação, saúde.

Já o período de redemocratização do país (1945-1964) é marcado por governos populistas que atendem às demandas da população, no entanto, sob pressão social. O medo da revolução é grande, pois os movimentos sociais avançam tanto no campo quanto na cidade. A sociedade civil anseia por reformas sociais, políticas e econômicas. O lema: façamos a revolução antes que o povo a faça marca as relações entre Estado e a sociedade nesse período.

Com o intuito de combater as manifestações democrático-populares, e a responder as demandas do capital associados a seguimentos da burguesia nacional e internacional, instaura-se a ditadura com o golpe militar de 1964. É o período do grande *boom* econômico, concentração de riqueza e empobrecimento. É um período marcado pela implantação de um amplo e complexo sistema de gestão e regulação estatal dos conflitos sociais. A política social integra o conjunto das estratégias de governo.

Na década de 1980 com a crise mundial em razão dos dois grandes choques do petróleo, o Brasil sofre uma profunda recessão econômica. As medidas econômicas adotadas para conter a crise, resultaram nas piores condições de vida para toda a população. No âmbito político, ocorre o processo de redemocratização do país, ganha força o movimento pelas eleições diretas. No âmbito social temos o agravamento da questão social, a carência habitacional, as lutas sindicais entre outros. Aumentam as discussões em torno das grandes questões nacionais e a necessidade de uma nova Constituição Federal que atendesse as novas demandas da sociedade.

Diante deste contexto, a Constituição Federal de 1988 foi uma conquista em relação aos direitos sociais, no entanto, no período de 1987 a 1992, as ações assistencialistas e clientelistas, a descontinuidade do programa de reforma agrária, os cortes nos gastos sociais, os ataques a nova Constituição e as manobras para não cumpri-la deixam claro que não há nenhum compromisso social das classes dominantes em relação à população brasileira.

Na década de 1990, de acordo com o novo cenário mundial, os governos adotam medidas que entram em sintonia com o Consenso de Washington<sup>1</sup>, adotando as recomendações neoliberais. Onde o Estado reduz sua intervenção na economia, há o aumento das privatizações e a abertura econômica para os mercados internacionais. Assim, as políticas sociais - e dentre elas as educacionais - assumem um caráter compensatório e assistencialista diante dos reflexos da crise econômica sobre as populações pobres dos países periféricos.

A regulação do Estado por meio das políticas econômicas e sociais é fundamental, no entanto, o que se percebe é que muitos dos serviços públicos essenciais são em favor de interesses privados na saúde, na educação, na previdência, entre outros. É o chamado Estado mínimo do projeto neoliberal, que avança na contramão dos direitos sociais.

---

<sup>1</sup> Por meio de vigorosa intervenção estatal a serviço dos interesses privados articulados no bloco do poder, contraditoriamente, conclama-se, sob inspiração liberal, a necessidade de reduzir a ação do Estado na questão social mediante a restrição de gastos sociais, em decorrência da crise fiscal do Estado. O resultado é um amplo processo de privatização da coisa pública: um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional, renunciando a dimensões importantes da soberania da nação em nome dos interesses do grande capital financeiro e de honrar os compromissos morais com as dívidas interna e externa. (BAPTISTA, 1994).

Feito tais esclarecimentos, torna-se vital entender conceitualmente o significado de Política Pública, e para tanto, recorre-se ao conceito de Pereira (2008), pois quando se fala de política pública, está se falando de uma política cuja principal marca definidora é o fato de ser pública, isto é, de todos, e não porque seja estatal (do Estado) ou coletiva (de grupos particulares da sociedade) e muito menos individual. O caráter público dessa política ocorre pelo fato de significar um conjunto de decisões e ações que resulta ao mesmo tempo de ingerências do Estado e da Sociedade, apresentando a seguinte característica:

Concretiza direitos sociais conquistados pela sociedade e incorporados nas leis. (...) os direitos sociais declarados e garantidos nas leis (...) só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas, as quais, por sua vez, operacionalizam-se por meio de programas, projetos e serviços. (PEREIRA, 2008, p. 95).

Para Belloni (2007), a Política Pública é a ação intencional do Estado junto à sociedade. Portanto, por estar voltada para a sociedade e envolver recursos sociais, toda política pública deve ser avaliada do ponto de vista de sua relevância às necessidades sociais. Logo, a avaliação é parte integrante do processo de criação de políticas públicas, além disso, deve abordar os aspectos de eficiência, eficácia e efetividade das ações empreendidas.

Igualmente, faz-se necessário tornar presente a temática juvenil, onde, especialmente a partir dos anos 90, vem sendo motivo de debates políticos e acadêmicos na cena brasileira. Um olhar investigativo pode constatar um número considerável de pesquisas que buscam compreender diferentes questões relacionadas ao universo juvenil, como a relação do jovem com a escola, com o trabalho, com a cultura, com a política, ou em relação à sexualidade, a violência, etc. De fato, essa diversidade de relações permite não só traçar perfis juvenis, mas orientar as políticas públicas para esse segmento. (SOUSA, 2008).

Diante do exposto cabe destacar o que se entende por juventude, para tanto, pode-se perceber a partir da Política Nacional da Juventude: diretrizes e perspectivas (2006) que:

A juventude é uma condição social, parametrizada por uma faixa-etária, que no Brasil congrega cidadãos e cidadãs com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos. Sendo tema de interesse público, a condição juvenil deve ser tratada sem estereótipos e a consagração dos direitos dos/das jovens precisa partir da própria diversidade que caracteriza a(s) juventude(s). Em termos políticos e sociais, os e as jovens são sujeito de direitos coletivos. Sua autonomia deve ser respeitada, suas identidades, formas de agir, viver e se expressar valorizadas. (p.05).

Desta forma, considera-se jovem no Brasil o cidadão ou cidadã com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos. No entanto, ainda segundo a Política Nacional da Juventude: diretrizes e perspectivas (2006):



A classificação etária serve apenas como um parâmetro social para o reconhecimento político da fase juvenil, servindo como uma referência imprescindível e genérica para a elaboração de políticas públicas. Em um entendimento mais amplo, ser jovem no Brasil contemporâneo é estar imerso por opção ou por origem em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências. Daí a importância do reconhecimento da existência de diversas juventudes no país, compondo um complexo mosaico de experiências que precisam ser valorizadas no sentido de se promover os direitos dos jovens. (p.05)

Posto isto, no que se refere às políticas públicas direcionadas para a juventude é necessário avaliar como essas políticas tentam dar respostas no campo da juventude. Miguel Abad (2003 apud TOMAMASI, 2007, p.201) afirma que as políticas públicas de juventude implementadas em países latino-americanos possui como diretrizes:

Para transformar um estado de conflito ou demanda em um problema político depende que se conjuguen, em mayor o menor proporción, las siguientes condiciones:

- Que exista una movilización de recursos de poder por parte de grandes o pequeños grupos, o de actores individuales, estratégicamente situados.
- Que el estado de conflicto o demanda constituya una situación de crisis, calamidad o catástrofe.
- Que el problema sea una situación de oportunidad para que actores sociales adquieran o incrementen su capital político.<sup>2</sup>

Apesar dos significativos avanços no que se refere às políticas públicas de juventude nas últimas duas décadas, sobretudo no campo educacional, é necessário lembrar que, em se tratando de educação, todo esforço ainda é pouco. Segundo dados do IPEA (2005), quase 68% dos jovens de até 15 anos, que já poderiam ter completado o ensino fundamental, ainda não concluíram esse ciclo, e 38% dos menores de 18 anos ainda o frequentam. Portanto, para mudar esse quadro é preciso impulsionar ações que possam influenciar os agentes sociais e políticos no sentido de tornar clara a necessidade de que as políticas estruturais de juventude avancem nas iniciativas na área da educação.

Sendo assim, é válido também compreender o conceito de Política pública de juventude, para isso, destacam-se os estudos publicados pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (PÓLIS) intitulado “Diálogo nacional para uma política pública de juventude” (2006), entende-se por Política pública para a juventude:

O conjunto de princípios, estratégias e ações que contempla as distintas realidades dos (as) jovens, estabelece seus direitos e responsabilidades e afirma suas identidades e potencialidades. A política é pública quando pertence a todos (as) e é construída por toda a sociedade. Assim, as políticas devem criar condições para que os (as) jovens participem da vida social, econômica, cultural e democrática do país. (p.08)

---

<sup>2</sup> Para transformar o estado de conflito em um problema político é necessário que se conjugue em maior ou menor proporção as seguintes condições: a mobilização do poder de grandes ou pequenos grupos ou atores individuais estrategicamente localizados. O estado de litígio ou reclamação constitui uma crise de calamidade ou catástrofe. O problema é uma situação de oportunidade para os atores sociais adquirirem ou aumentar as suas políticas de capital. (Tradução Livre)

De acordo com a Política Nacional de Juventude (2006) tais políticas devem dialogar com todo o acúmulo de debate e análise sobre quais são as particularidades desta atual experiência geracional. É de fundamental importância que isso aconteça. Em caso contrário, um precioso processo social de conquista do espaço e do debate público para a questão da juventude pode não colher seus melhores frutos. É imprescindível que a preocupação com a transversalidade e com a manutenção em longo prazo de políticas de caráter estrutural ocupe espaço na elaboração de políticas governamentais que têm como destino o jovem.

Estimativas baseadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2008) demonstra que dos 49,8 milhões de jovens brasileiros, ou seja, 26,54% da população total no país, cerca de 25 milhões (50%) têm experimentado, de forma mais radical, os efeitos dessas transformações, gerando ou reforçando situações de distinções e desigualdades na “corrida de obstáculos” em que se constituem suas vidas e, muito particularmente, nos seus percursos escolares. Entende-se que para mudar esse quadro é necessário impulsionar ações que possam influenciar a emergência de políticas e programas sociais voltados para as “juventudes”, com vistas a criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades que afetam este segmento populacional de nossa sociedade.

Diante deste cenário, coloca-se em pauta programas e políticas sociais voltados a esse seguimento da população freqüentemente excluída do acesso aos seus direitos. Desta forma, investir em uma política nacional integrada, com programas e ações voltados para o desenvolvimento integral do jovem brasileiro representa criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil.

### **1.1 Política Nacional para Juventude: a emergência do ProJovem Urbano**

Procurando atingir o objetivo específico “Descrever as atividades do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa ProJovem Urbano e seus três subsistemas”, o presente tópico descreve a Política de Juventude, bem como o Programa ProJovem Urbano, para adentrar no Sistema de Monitoramento e Avaliação. Sendo assim, a origem do Programa ProJovem Urbano reside a partir do surgimento da Política Nacional da Juventude, coordenada pela Secretaria Nacional de Juventude – SNJ. Tal Política foi norteada em 2008 por dois objetivos fundamentais: assegurar direitos e gerar oportunidades para os jovens brasileiros. Para a consecução dos objetivos centrou-se

foco em cinco dimensões da política pública de juventude: Institucional, Legal<sup>3</sup>, Internacional<sup>4</sup>, Participativa<sup>5</sup> e a Inclusiva. Além disso, foram realizados cursos de formação de gestores, com objetivo estratégico de fortalecimento da temática juvenil e qualificação para a formulação, implementação e execução de políticas públicas para a juventude.

Como integrante da Política Nacional de Juventude, foi instituído em 2005, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem<sup>6</sup>. Em meados de 2007, com o intuito de investir em uma política de juventude nacional integrada, com ações voltadas ao desenvolvimento integral dos jovens em situação de exclusão social, o Governo lançou o *ProJovem Integrado*<sup>7</sup>, um programa de juventude que unificou seis programas já existentes voltados para a juventude – Agente Jovem, ProJovem, Saberes da Terra, Consórcio de Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica.

Destaca-se que o ProJovem na modalidade Urbano, busca estabelecer um novo paradigma de educação com a implementação do projeto pedagógico integrado, atendendo a jovens entre 18 e 29 anos de idade que sabem ler e escrever, mas que não concluíram o Ensino Fundamental. Cabe destacar, dentre as parcerias em 2008, a estabelecida pelo ProJovem Urbano com o Ministério da Justiça /Departamento Penitenciário Nacional - Depen e Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci para implantação do programa nas unidades prisionais – um diferencial deste programa, que também sinaliza o comprometimento do Governo com esse público-alvo excluído socialmente.

Uma ação importante, em 2008, foi à elaboração do Relatório de Avaliação do ProJovem Original e sua apresentação em um seminário ocorrido em 9 de maio de 2008, com participação de todas as universidades que compõem o Sistema, além dos Ministérios<sup>8</sup> gestores do Programa. Esse Relatório, que já vinha sendo elaborado desde o ano de 2007, foi de suma importância para a

---

<sup>3</sup> Destaca-se a sanção da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, reformulando o ProJovem para execução de ações integradas possibilitando aos jovens reintegração ao processo educacional, qualificação profissional e desenvolvimento humano.

<sup>4</sup> Houve o processo de adesão do Brasil à Organização Ibero-Americana de Juventude – OIJ – único organismo multilateral que trata do tema juventude ligado à Organização das Nações Unidas – ONU.

<sup>5</sup> O Conselho Nacional de Juventude – Conjuve realizou, em articulação com a Secretaria Nacional da Juventude, entre os dias 27 e 30 de abril de 2008, a 1ª Conferência Nacional de Juventude, com participação superior a 400 mil jovens nas suas diversas etapas (840 conferências municipais e regionais, 690 conferências livres e consulta aos povos e comunidades tradicionais). Esse debate resultou em 70 resoluções e 22 prioridades para as Políticas de Juventude. Em continuidade à mobilização da Conferência, o Conjuve lançou no dia 22 de julho de 2008, o “Pacto pela Juventude” como proposição a todos os níveis de governo de compromisso com as Políticas Públicas de Juventude.

<sup>6</sup> Editado pela Medida Provisória nº 238-b, de 01 de fevereiro de 2005, transformada na Lei 11.129, de 30 de junho de 2005 e regulamentada pelo Decreto nº 6.629, de 04 de novembro de 2008.

<sup>7</sup> O ProJovem Integrado é constituído por quatro modalidades, a saber: Projovem Adolescente; Projovem Urbano; Projovem Campo e Projovem Trabalhador.

<sup>8</sup> Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e Ministério da Educação - MEC e ainda Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Fundação Darcy Ribeiro - Fundar, Coppe e Conselho Nacional de Juventude - Conjuve.

Secretaria Nacional de Juventude, uma vez que proporcionou a geração de alterações substanciais no desenho do *ProJovem Urbano*<sup>9</sup>, corrigindo problemas detectados na implementação do ProJovem Original.

Sob a responsabilidade da Secretaria-Geral da Presidência da República foi elaborado e tornado público um projeto onde é apresentado o ProJovem. Tal projeto traz, além de um diagnóstico do público-alvo do Programa, seus conceitos básicos, metas, Projeto Político Pedagógico, plano de implementação e custos. Esse documento reúne os principais pontos da formulação do Programa servindo assim de base para a sua implementação, por isso foi usado como eixo central para a descrição do Programa.

Para cumprir com seus objetivos e princípios uma equipe de técnicos e consultores elaborou o Projeto Pedagógico Integrado – PPI<sup>10</sup>. Este projeto foi o que norteou todas as atividades previstas para o desenvolvimento do programa junto à juventude. O PPI do ProJovem Urbano está fundamentado na integração entre a Formação Básica (ensino fundamental), a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã; o que impõe um novo paradigma de educação para *gestores e educadores*<sup>11</sup>. O programa pressupõe a inter-relação dessas três dimensões num processo que considera o jovem protagonista de sua formação como ser humano e cidadão.

O trabalho coletivo, a interdisciplinaridade e a articulação entre formação e ação, propostas pelo programa, não são práticas comuns na maioria das escolas. Dessa forma, se faz necessário que gestores (coordenadores, diretores de pólos e apoios locais), formadores e educadores sejam treinados especificamente para atuar no ProJovem Urbano. Essa ação é realizada em parceria com a Fundação Darcy Ribeiro - Fundar e a Coppete/UFRJ.

No que se refere ao pagamento e a manutenção do auxílio financeiro mensal, para o ProJovem Urbano, esta é feita diretamente pela Coordenação Nacional do ProJovem Urbano, por meio de contrato firmado também com a Caixa Econômica Federal e repassada por meio de convênio para os Estados e Municípios.

A Coordenação Nacional vem realizando o monitoramento e a avaliação do programa, por meio de uma rede de instituições acadêmicas especializadas, denominada Sistema de Monitoramento

---

<sup>9</sup> Iniciou em 2008, teve como meta 768.055 jovens, sendo que, diferentemente do ProJovem Original, passou a contar com a participação direta dos estados para atuarem junto aos municípios com população inferior a 200 mil habitantes, em todo o Brasil. No caso de municípios com número igual ou superior a 200 mil habitantes, a implantação do programa previu parceria direta com as Prefeituras locais.

<sup>10</sup> Ainda em 2008, foi concluída a elaboração do Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano, sendo submetido ao Conselho Nacional de Educação em julho e aprovado em novembro do mesmo ano, por meio do Parecer CNE/CEB N° 18/2008, de 12 de novembro de 2008.

<sup>11</sup> Desenvolvendo a formação inicial e continuada dos profissionais atuantes no programa, voltada essencialmente à garantia da unidade de seus princípios pedagógicos, a Coordenação Nacional do ProJovem Urbano se dedicou à elaboração, produção e distribuição do Plano Nacional de Formação para gestores e educadores.

e Avaliação - SMA<sup>12</sup>. Essas instituições acadêmicas (Universidades Federais) atuam no âmbito do monitoramento, da supervisão, avaliação externa de alunos e avaliação do programa (subsistemas do SMA), a partir de desenho metodológico previamente definido em conjunto com o Conselho Técnico, instância de decisão do SMA.

Para a consecução de suas finalidades, cada universidade<sup>13</sup> (Instituição Regional) designou um (a) especialista para responder pela coordenação do SMA/ProJovem Urbano, em sua região. Todas as IR's possui também uma equipe fixa, na Universidade que sedia a coordenação regional e pessoas contratadas/bolsistas nas demais unidades federadas, para desenvolverem atividades referentes ao SMA.

No que se refere a Região Norte II, para a realização das atividades, a coordenação da Universidade Federal do Amazonas - UFAM em articulação com as demais universidades criou subcoordenações do SMA no Acre, Rondônia e Roraima composta por equipes de profissionais qualificados, conforme figura abaixo:

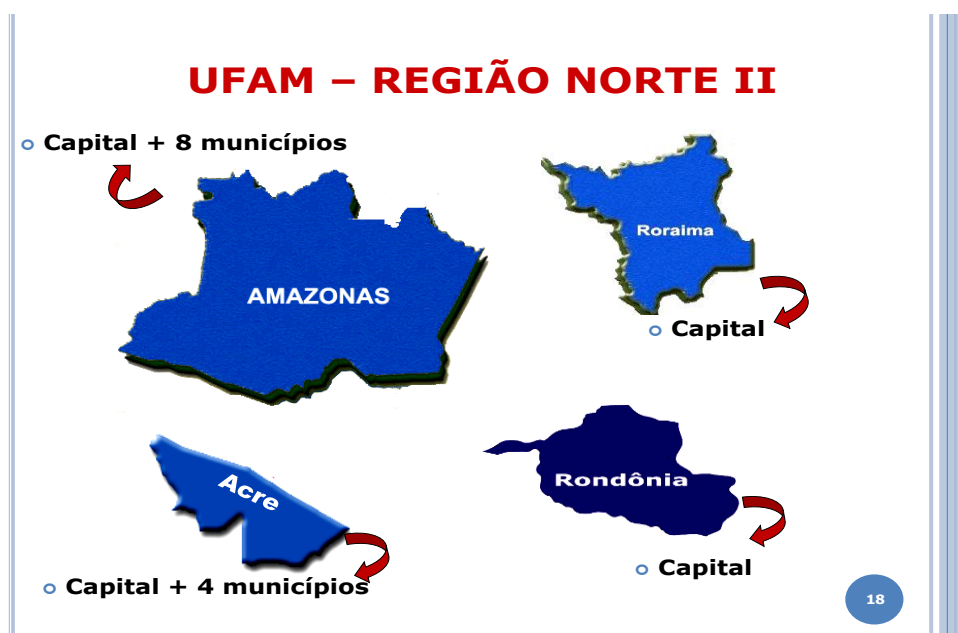


Figura 1: SMA/UFAM- REGIÃO NORTE II  
Fonte: Pesquisa documental, Getra, 2011.

<sup>12</sup> Em 29 de dezembro de 2008, a Secretaria-Geral da Presidência da República editou a Portaria nº 62, que regula o monitoramento e avaliação do Projovem Urbano, realizado por meio do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Projovem Urbano – SMA. Essa Portaria veio garantir, ainda mais, o compromisso do Governo Federal com a transparência, monitoramento e controle das ações desenvolvidas pela Secretaria-Geral, apontando, de forma clara, os critérios e a organização do Sistema proposto.

<sup>13</sup> As Universidades que compõem o referido sistema, com suas coordenações regionais são: UFBA: regional nordeste I; UFMG: regional sudeste I e regional centro-oeste; UFPA: regional norte I; UFPE: regional nordeste II; UFPR: regional sul; UFJF/CAED; UNIRIO; UFAM: regional norte II e UFC regional nordeste II. Estas são responsáveis pela operacionalização das atividades propostas pela Coordenação Nacional, além de acompanhar a gestão e a execução do Projovem Urbano em nível nacional e local.

A figura acima revela a composição dos Estados/Municípios que fazem parte do SMA/PJU na Região Norte II. A Universidade Federal do Amazonas – UFAM é responsável pela Coordenação geral da Região Norte II. Sendo que, em Roraima a sub-coordenação ficou a cargo da Universidade Federal de Roraima – UFRR, já no Acre ficou sob a responsabilidade da Universidade Federal do Acre - UFAC e em Rondônia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Para melhor entendimento da organização da gestão do SMA/PJU na Região Norte II o quadro abaixo revela a composição da equipe das Instituições Regionais:

| <b>INSTITUIÇÃO REGIONAL</b>                    | <b>NOME</b>                                   | <b>FUNÇÃO</b>                    |
|--|---|----------------------------------|
| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM</b> | Cristiane Bonfim Fernandez                    | Coordenadora                     |
|  | Marilina Conceição Oliveira Bessa Serra Pinto | Subcoordenadora                  |
|  | Maria Marly De Oliveira Coelho                | Especialista do GT de Supervisão |
|  | Márcia Irene Pereira Andrade                  | Especialista de Suporte          |
|  | Ivamar Moreira Da Silva                       | Especialista de Suporte          |
|  | Fabianne Cristina Rodrigues Sampaio           | Aplicadora fixa                  |
|  | Glaycekelle Gomes Da Hora Silva               | Aplicadora fixa                  |
|  | Karina Freire Barboza Barros                  | Aplicadora fixa                  |
|  | Suellem Ferreira De Oliveira                  | Aplicadora fixa                  |
|  | Ivonete Gomes Cabral                          | Aplicadora fixa                  |
| <b>ACRE</b>                                    | <b>NOME</b>                                   | <b>FUNÇÃO</b>                    |
| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - UFAC</b>     | Enock Da Silva Pessoa                         | Sub-coordenador                  |
|  | Elizangela De Almeida Moreira                 | Aplicadora fixa                  |
|  | Fernanda De Souza Ferreira                    | Aplicadora fixa                  |
| <b>RONDÔNIA</b>                                | <b>NOME</b>                                   | <b>FUNÇÃO</b>                    |
| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR</b> | Maria Das Graças Silva N. Silva               | Sub-coordenadora                 |
|  | Cláudia Nascimento Oliveira                   | Aplicadora fixa                  |
|  | Nadicleiton Silva Soares                      | Aplicador fixo                   |
| <b>RORAIMA</b>                                 | <b>NOME</b>                                   | <b>FUNÇÃO</b>                    |
| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR</b>  | Ranyeri D'avila Alves Coelho                  | Sub-coordenador                  |
|  | Roselita Cortéz Da Silva                      | Aplicadora fixa                  |
|  | Édio Batista Barbosa                          | Aplicador fixo                   |

Quadro 1 : Composição da Equipe do SMA/Projovem Urbano na Região Norte II: Manaus/Acre/Rondônia/Roraima. Fonte: GETRA. Pesquisa documental, 2011.

Dando prosseguimento, os municípios são os responsáveis pelos lançamentos dos dados referentes às atividades desenvolvidas pelos alunos no sistema informatizado Sislame/ProJovem, ferramenta do subsistema de monitoramento do SMA. Assim, os municípios inserem mensalmente a frequência e a entrega de trabalhos dos alunos, necessários para o pagamento do auxílio-financeiro aos jovens pelo Governo Federal, bem como as notas das avaliações dos professores e registros referentes à movimentação de alunos (transferências entre núcleos, Estações de Juventude e cidades participantes do Programa).

Desta forma, com base nos relatórios emitidos pelo SMA, a Coordenação Nacional atua permanentemente junto às Coordenações Municipais do ProJovem em todo o país, seja por meio de Ofícios, ou por mensagens eletrônicas, contatos telefônicos, reuniões, encontros e seminários, na busca por soluções aos problemas detectados.

As atividades do ProJovem Urbano ancoram-se, basicamente, na obtenção e envio periódico de dados da implementação do programa nas coordenações estaduais e municipais mediante a articulação das ações de grupos de trabalhos. Para cada grupo de trabalho foram definidas agregações de variáveis, construção de instrumentos de coleta e de dados e periodicidade específicas para aplicação. Assim, as Instituições Regionais que compõe a rede do SMA<sup>14</sup> são responsáveis pelo levantamento dos dados operacionais do programa em nível local que após coletados são lançados em base diferentes de dados on-line de cada Grupo de Trabalho - GT.

De acordo com Silveira (2009) o SMA é responsável pela produção de dados, informações e conhecimentos que permitem o contínuo aperfeiçoamento do funcionamento do Projovem Urbano, além de possibilitar a avaliação da qualidade do curso. O quadro abaixo apresenta de forma sintética a composição do SMA:

| <b>COMPOSIÇÃO DO SMA PJU</b>                     |   |
|--|---|
| <b>SUBSISTEMA DE MONITORAMENTO</b>               | Monitora o cadastro e a matrícula de alunos, a formação e alocação de educadores e coordenadores, o registro de frequências, ações curriculares, atividades e avaliações do aluno, e produz a informação necessária à gestão do programa em seus diferentes níveis. |
| <b>SUBSISTEMA DE SUPERVISÃO</b>                  | Inspeciona núcleos, estações e agências formadoras com o objetivo de assegurar a fidedignidade das informações e a correta implementação do programa.   |
| <b>SUBSISTEMA DE AVALIAÇÃO EXTERNA DE ALUNOS</b> | Elabora os instrumentos de avaliação externa da formação do alunado, organiza a avaliação e produz os resultados correspondentes.   |

<sup>14</sup> O Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano é composto por quatro subsistemas: monitoramento, supervisão, avaliação externa de alunos e avaliação do programa. Esses quatro subsistemas, embora relacionados, são independentes entre si e organizados com base em distintos procedimentos, metodologias e instrumentos.

|  |  |
|--|--|
| <b>SUBSISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA</b> | Implementa as ações necessárias à avaliação da implementação e da efetividade do ProJovem. |
|--|--|

Quadro 2: Composição do SMA do ProJovem Urbano.

FONTE: SILVEIRA, Olívia Maria Costa. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal da Bahia, 2009. (mimeo)

Com base no quadro acima, pode-se perceber que os subsistemas visam dar um panorama geral do Programa com vistas ao seu aprimoramento e impacto junto aos beneficiados do Programa. Para melhor detalhamento do ProJovem Urbano os tópicos abaixo apresentam cada subsistema do referido programa.

### **1.1.1. Conhecendo o Subsistema de Supervisão**

Para se compreender o Subsistema de Supervisão inicialmente se faz necessário entendermos o conceito de monitoramento, pois segundo Buvnich (1999) este envolve a coleta de informação sobre insumos, produtos, atividades e circunstâncias que são críticas e relevantes para a efetiva implementação do programa ou projeto. Através dessa informação, o monitoramento analisa e verifica, num processo contínuo, se os recursos e as atividades estão sendo implementadas segundo o programado e se as metas sobre os resultados estão sendo alcançadas ou não, indicando, ao mesmo tempo, as razões de sucesso e insucesso.

Outro conceito que ganha importância é o de avaliação, segundo Vaitsman, Rodrigues e Paes-souza (2006), a avaliação costuma ser realizada por meio de estudos específicos que procuram analisar aspectos como relevância, eficiência, efetividade, resultados, impactos ou a sustentabilidade de programas e políticas, segundo aquilo que foi definido em seus objetivos. A depender dos objetivos e do objeto da avaliação, os estudos podem utilizar diferentes metodologias e se referir a distintos campos do conhecimento. Uma boa prática na área de avaliação de políticas e programas sociais é a realização de estudos interdisciplinares e que combinem metodologias quantitativas e qualitativas, para que se possa correlacionar diferentes dimensões de um programa ou política.

Desta forma, destaca-se que as atividades do Subsistema de Supervisão do SMA do ProJovem Urbano acompanham sistematicamente a ação educativa desenvolvida pelo Programa, abarcando uma multiplicidade de aspectos, quais sejam: a dinâmica de matrícula, o funcionamento dos arcos ocupacionais, a frequência.

O subsistema de Supervisão, nos Ciclo I, II e III, tem o objetivo de assegurar a fidedignidade das informações e a correta implementação do programa. A Supervisão desenvolverá ações como: Supervisionar as condições de oferta e da implementação local do Programa, nos núcleos e espaços dos Arcos Ocupacionais da Qualificação Profissional, por meio de preenchimento de questionário



padrão; e Supervisão da formação inicial e continuada dos educadores e gestores locais. Como pode ser observado no quadro a seguir:

| GT                | Ciclo I  | Ciclo II  | Ciclo III   |
|-------------------|--|---|---|
| <b>SUPERVISÃO</b> | 1. Antes do Início das Aulas:<br>- Matrícula;<br>- Formação Inicial dos Educadores;<br>2. Nos núcleos:<br>- Condições de Oferta<br>- Frequência de alunos e educadores<br>- Formação Continuada dos Educadores<br>- Arcos Ocupacionais | 1. Nos núcleos:<br>- Condições de Oferta<br>- Frequência de alunos e educadores<br>- Formação Continuada dos Educadores<br>- Arcos Ocupacionais | 1. Nos núcleos:<br>- Condições de Oferta<br>- Frequência de alunos e Educadores<br>- Formação Continuada dos Educadores<br>- Arcos Ocupacionais |

Quadro 3: Linha do Tempo do GT de Supervisão.  
 FONTE: SMA/UFAM, 2009.

O tamanho do desafio da Regional Norte II se expressa, na própria dinâmica do GT de Supervisão em que tem seu trabalho estruturado de acordo com as entradas existentes na região, as quais contemplam aplicações dos instrumentos nos Municípios e no Estado, quais sejam:

| 2ª ENTRADA (ESTADO)   | 2ª ENTRADA (MUNICÍPIO)  | 3ª ENTRADA (MUNICÍPIO)  | 4ª ENTRADA  | 6ª ENTRADA  |
|---|---|---|---|---|
| AMAZONAS<br>(08 municípios)<br>Total de Núcleos: 25<br>5000 alunos<br><br>ACRE<br>(04 municípios)<br>Total de Núcleos: 04<br>900 alunos | BOA VISTA (RR)<br>Total de Núcleos: 10<br>1800 alunos<br><br>RIO BRANCO (AC)<br>Total de Núcleos: 05<br>1000 alunos | MANAUS (AM)<br>Total de Núcleos: 20<br>4.000 alunos<br><br>PORTO VELHO (RO)<br>Total de Núcleos: 11 | RIO BRANCO (AC)<br>UNIDADE PRISIONAL<br>Total de Núcleos: 01<br>60 alunos | MANAUS (AM)<br>Total de Núcleos: 20<br>3.872 alunos<br><br>ACRE (AC)<br>Total de Núcleos: 11<br>1101 alunos |

Quadro 4: Entradas por Estados e Municípios.  
 FONTE: SMA/UFAM, 2009.

O GT de Supervisão se estrutura mediante a aplicação de 07 Rotinas periódicas junto aos núcleos do programa, possibilitando um acompanhamento contínuo de como este se desenvolve, o que os alunos e professores vivenciam em seu cotidiano enquanto participe do ProJovem Urbano.

O quadro abaixo apresenta, de forma sintética, as rotinas de supervisão no Município e no Estado:

| <b>ROTINAS DO SUBSISTEMA DE SUPERVISÃO</b>  |   |
|---|---|
| O Subsistema de Supervisão do SMA do ProJovem Urbano acompanham sistematicamente a ação educativa desenvolvida pelo Programa, abarcando uma multiplicidade de aspectos, quais sejam: a dinâmica de matrícula, o funcionamento dos arcos ocupacionais, a frequência. |   |
| <b>Rotinas de Supervisão</b>  | <b>ROTINA DE SUPERVISÃO MUNICÍPIO</b>   |
| <b>001<br/>Supervisão de Matrícula</b>  | A Rotina 001- Supervisão de matrícula permite identificar um conjunto de informações que torne possível o aprimoramento dos procedimentos de inscrição e matrícula de jovens no programa. Para levantamento das informações são consideradas a organização, a divulgação e irregularidades durante os procedimentos de matrícula, bem como sugestões, elogios e críticas.   |
| <b>002<br/>Formação Inicial</b>   | A Rotina 002 - Formação Inicial é aplicada no mês que antecede o início das aulas nos núcleos, momento em que os educadores do Projovem Urbano participam do curso de formação inicial ministrado de forma presencial por formadores devidamente credenciados por uma instituição formadora contratada para este fim. A Formação Inicial se concretiza em três momentos distintos, porém complementares: 1º. Instrumento: Observação da Formação Inicial dos Educadores, que tem como finalidade cotejar informações tais como a iluminação e o espaço onde a formação foi realizada, números de educadores presentes, bem como os recursos pedagógicos utilizados durante as atividades; 2º. Instrumento: Aplicado com os Formadores do programa, com a finalidade de traçar o perfil destes; e 3º. Instrumento: Aplicado com os Educadores do programa, com a finalidade de traçar perfil destes. |
| <b>003<br/>Conferência Documental</b>   | A Rotina 003 – Conferência Documental tem por objetivo realizar supervisão sobre a documentação apresentada no processo de matrícula dos jovens. A Coordenação Nacional do Projovem Urbano por meio do GT de Supervisão estabeleceu para essa conferência uma amostragem de 10% do total de fichas de matrículas efetivadas que devem ser verificadas em cada município e estado.   |
| <b>004<br/>Condições de Oferta</b>  | A Rotina 004 - Condições de Oferta tem como foco levantar informações acerca dos recursos físicos e humanos disponibilizados para execução das atividades previstas pelo programa. Esta rotina é aplicada três vezes durante a implementação do programa, sendo coletadas informações valiosas sobre a funcionalidade, infra-estrutura, equipamentos, presença dos educadores e alunos do programa.   |
| <b>005<br/>Frequência</b>   | A Rotina 005 – Frequência tem por objetivo realizar um levantamento acerca da frequência dos alunos, bem como dos educadores nos núcleos no dia da aplicação do instrumento.  |
| <b>006<br/>Qualificação Profissional</b>  | A Rotina 006 - Qualificação Profissional tem por objetivo cotejar informações referente as atividades dos arcos ocupacionais que são desenvolvidos no Projovem Urbano, as quais são   |

|   |   |
|---|---|
|   | fundamentais, pois fornecem insumos para melhoria do programa. Esse instrumento tem como foco levantar informações acerca da realização das aulas de qualificação profissional, bem como dos recursos físicos e humanos disponibilizados para execução das atividades previstas pelo programa. Essa atividade se dar por meio da observação direta das aulas de QP/Arco Ocupacional de cada núcleo/turma.                       |
| <b>007<br/>Formação<br/>Continua</b>                      | A Rotina 007 - Formação Continuada objetiva levantar informações referentes à continuidade da formação dos educadores que atuam no ProJovem Urbano. Esta rotina é aplicada a cada ciclo do programa a fim de coletar informações sobre a mudança no perfil dos educadores e formação ao longo da implementação do programa. Dentre os critérios estabelecidos, o GT de Supervisão preconiza que o questionário seja censitário. |
| <b>Rotinas de<br/>Supervisão</b>                          | <b>ROTINA DE SUPERVISÃO ESTADO</b>  |
| <b>CE 1 - Rotina<br/>Geral dos<br/>Núcleos</b>            | CE1 – Observar as condições de infra-estrutura dos locais de formação (núcleo), frequência de alunos e educadores e oferta da formação básica de informática.   |
| <b>CE 2 - Rotina<br/>Perfil dos<br/>educadores</b>        | CE2 – Obter informações sobre o perfil de educadores da formação inicial e ao longo do programa.  |
| <b>CE 3 - Rotina<br/>de Qualificação<br/>Profissional</b> | CE3 – Coletar informações sobre a oferta e as condições de infra-estrutura da qualificação profissional.  |

Quadro 5: Rotinas do Subsistema de Supervisão.

Fonte: GETRA. Relatório Anual do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano - Região Norte II, 2009.

Nesse sentido, entende-se que todas as informações e dados coletados refletem os limites e possibilidades que demarcam o cotidiano do programa, bem como a clareza do potencial que este tem, no sentido subsidiar as discussões e tomadas de decisão acerca do que efetivamente se pode fazer para proporcionar a formação integral aos jovens, por meio de uma efetiva associação entre Educação, Qualificação e Participação Cidadã.

Com base no Relatório Anual do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano na Região Norte II, ano 2009, o subsistema de supervisão apresentou os seguintes resultados, quais sejam:

No que se refere à rotina de formação inicial o quadro abaixo apresenta a seguinte realidade:

| Coordenação Local |                 | Instituição Formadora                    | Período da Formação   | Data da Aplicação | Nº Educadores previstos | Nº Educadores presentes |
|-------------------|-----------------|--|-----------------------|-------------------|-------------------------|-------------------------|
| Amazonas          | Manacapuru      | Universidade do Estado do Amazonas       | 24/03/09 a 04/04/09   | 30/03/09          | 33                      | 29                      |
|                   | Parintins       | Universidade do Estado do Amazonas       | 24/03/09 a 04/04/09   | 30/03/09          | 30                      | 26                      |
|                   | Maués           | Universidade do Estado do Amazonas       | 24/03/09 a 04/04/09   | 31/03/09          | 16                      | 16                      |
| Acre              | Brasília        | FUNDAR                                   | 16/03/09 a 28/03/09   | 26/03/09          | 52                      | 48                      |
|                   | Cruzeiro do Sul | FUNDAR                                   | 16/03/09 a 28/03/09   | 26/03/09          |                         |                         |
|                   | Sena Madureira  | FUNDAR                                   | 16/03/09 a 28/03/09   | 26/03/09          |                         |                         |
| Boa Vista         | Boa Vista       | Faculdade Atual da Amazônia              | 25/02 a 20/03/2009    | 17/03/09          | 80                      | 78                      |
| Manaus            | Manaus          | Depto de Formação de Professores – SEMED | 15/06/09 a 27/06/09   | 23/06/09          | 171                     | 143                     |
| Porto Velho       | Porto Velho     | Sem informação                           | 15/06/09 a 29/06/2009 | 24/06/09          | 22                      | 18                      |
| Rio Branco        | Rio Branco      | FUNDAR                                   | 9/03/09 a 21/03/2009  | 25/03/09          | 40                      | 35                      |

Quadro 6: Rotina 002: Formação Inicial Região Norte II.

Fonte: GETRA. Relatório Anual do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano -Região Norte II, 2009.

Depreende-se do quadro acima que os educadores compareceram ao processo de formação exigido e preconizado no PPI/PJU, contudo, urge que se dê qualidade a essa formação, sendo assim é vital complementar os dados quantitativos, com técnicas qualitativas no sentido de avaliar o impacto da formação dos educadores na operacionalização do programa.

Sobre a conferência documental – Região Norte II, o quadro abaixo revela:

| Coordenação Local | Local da Aplicação                      | Formas de Armazenamento das fichas de inscrição | Total de documentos conferidos | Cópia da Identidade | Cópia do Comprovante de Residência | Cópia do Registro Escolar | Teste |
|-------------------|---|---|--------------------------------|---------------------|------------------------------------|---------------------------|-------|
| Amazonas          | Coord. Estadual do Projovem Urbano      | Envelopes                                       | 494                            | 494                 | 490                                | 75                        | 424   |
|                   | Secretaria de Juventude Esporte e Lazer |   |                                |                     |                                    |                           |       |
| Manaus            | Departamento de Formação do             | Armários e Pastas                               | 377                            | 366                 | 371                                | 293                       | 33    |

|             | Magistério  |                                   |     |     |     |     |    |
|-------------|---|-----------------------------------|-----|-----|-----|-----|----|
| Acre        | Escola Gétulio Vargas 1                           | Envelopes/<br>pastas<br>plásticas | 157 | 157 | 153 | 119 | 26 |
|             | Escola Gétulio Vargas 2 ( Escola Brasil Bolívia)  |                                   |     |     |     |     |    |
|             | Instituto Santa Juliana                           |                                   |     |     |     |     |    |
|             | Escola PE. Carlos Kuns                            |                                   |     |     |     |     |    |
| Rio Branco  | Coordenação Municipal de Rio Branco               | Em armários/<br>Arquivos          | 100 | 100 | 95  | 51  | 34 |
| Porto Velho | Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho   | Pastas                            | 150 | 148 | 147 | 136 | 05 |
| Boa Vista   | Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC | Arquivos                          | 180 | 159 | 148 | 117 | 51 |

Quadro 7: Rotina 003: Conferência Documental Regional Norte II 2009.

Fonte: GETRA. Relatório Anual do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano - Região Norte II, 2009.

Nota-se que as coordenações locais organizaram a documentação do aluno. Todavia, no cotidiano da operacionalização do monitoramento e avaliação foram percebidas inúmeras ocorrências, principalmente nos dias dos exames sobre ausência de documentação por parte do aluno no ato da avaliação ocasionando inúmeros transtornos, inclusive, a não realização da prova pelo aluno. Sendo assim, se os documentos dos alunos fossem organizados de forma mais acessível, bem como se em cada núcleo tivesse uma pasta por aluno, mesmo que xérox tal problema poderia ser resolvido. Portanto, a rotina de conferência documental, deve ser aprimorada, no sentido de contemplar um programa que digitalize os principais documentos e que em cada pólo/núcleo se tenha acesso a documentação e identificação dos alunos.

Sobre a rotina de condições de ofertas o quadro abaixo apresenta as seguintes informações:

| Coordenação | Município   | Núcleos em funcionamento (%) | Bibliotecas disponíveis (%) | Laboratório ou sala de informática Presentes disponíveis (%) | Acesso à internet nos laboratórios de informática disponíveis (%) | Alunos Matriculados (%) |
|-------------|-------------|------------------------------|-----------------------------|--|---|-------------------------|
| Amazonas    | Itacoatiara | 75%                          | 50%                         | 0%   | 0%  | 43,12%                  |
|             | Irlanduba   | 100%                         | 50%                         | 50%  | 50%   | 47,75%                  |
|             | Manacapuru  | 100%                         | 75%                         | 50%  | 25%   | 65,37%                  |

|             |             |      |        |      |        |        |
|-------------|-------------|------|--------|------|--------|--------|
|             | Manaus      | 100% | 85%    | 75%  | 70%    | 40%    |
| Boa Vista   | Boa Vista   | 100% | 36,36% | 100% | 36,36% | 34,66% |
|             |             | 82%  | 67%    | 100% | 33%    | 25%    |
| Porto Velho | Porto Velho | 100% | 30,76% | 70%  | 70%    | 32,23% |

Tabela 1: Rotina 004: Condições de Oferta Regional Norte II 2009.

Fonte: GETRA. Relatório Anual do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano - Região Norte II, 2009.

Observa-se que não existe uma padronização nas condições de ofertas para a realização do processo de formação dos alunos que frequentam o programa. Sendo assim, este é um fator sinalizado pelo SMA e que precisa ser enfrentado de forma conjunta entre os principais sujeitos (Federação, Estados e Municípios) que são os gestores do programa, pois pode impactar de forma negativa no atendimento das metas do PJU, visto que,

a situação educacional dos jovens brasileiros é um misto de avanços, problemas, desigualdades e desafios. Os avanços se referem ao fato de que os jovens atualmente passam mais tempo na escola e têm uma escolaridade maior que os adultos. Contudo, há desigualdades expressivas no acesso à educação (por faixa de renda, raça/cor, rural e urbano, e por regiões do país), e com problemas com a qualidade do sistema educacional. (OIT, 2009, p.27).

Sendo o PJU um programa que visa enfrentar as desigualdades históricas que excluem significativa parcela de jovens ao acesso ao direito à educação é que se deve “olhar” os dados acima com a qualidade necessária, no sentido de consolidar os pontos fortes e reverter os pontos frágeis do programa.

Sobre a frequência dos docentes o quadro abaixo nos demonstra:

| Coordenação | Município   | LP presentes (%) | LI presentes (%) | CH presentes (%) | MAT presentes (%) | CN presentes (%) | QP presentes (%) | PSC presentes (%) |
|-------------|-------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|
| Amazonas    | Itacoatiara | 100%             | 100%             | 100%             | 100%              | 100%             | 100%             | 75%               |
|             | Irاندuba    | 100%             | 100%             | 100%             | 100%              | 100%             | 100%             | 100%              |
|             | Manacapuru  | 100%             | 100%             | 100%             | 100%              | 100%             | 100%             | 50%               |
| Manaus      | Manaus      | 95%              | 90%              | 90%              | 95%               | 90%              | 30%              | 90%               |
| Boa Vista   | Boa Vista   | 100%             | 100%             | 71%              | 100%              | 100%             | 86%              | 71%               |
| Porto Velho | Porto Velho | 33,3%            | 55,5%            | 55,5%            | 11%               | 45%              | 89%              | 33,3%             |

Tabela 2: Frequência docente nos núcleos Regional Norte II 2009.

Fonte: GETRA. Relatório Anual do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano - Região Norte II, 2009.

De forma positiva os docentes encontram-se imbuídos no propósito de “fazer bem o que se deve”, visto que majoritariamente encontram-se cumprindo suas atividades, sendo assim, seria salutar implementar junto a essa rotina um instrumento que “capture” junto aos alunos como os conteúdos estão sendo transmitidos pelo docente, com vistas a sanar possíveis dificuldades que somente serão percebidas nas avaliações (exames). Sendo assim, é vital o acompanhamento da frequência dos docentes não sob um prisma “policialesco”, mas sim, sob o prisma da ética no trato da coisa pública.

O quadro abaixo apresenta um comparativo entre a frequência dos docentes e discentes da Região Norte II, quais sejam:

| <b>Coordenação Estadual</b>                                     | <b>Núcleo</b>                | <b>Quant. de alunos observados por núcleo</b> | <b>Professores Ausentes</b>          |
|---|------------------------------|---|--------------------------------------|
| Brasília<br>Epitaciolândia<br>Cruzeiro do sul<br>Sena Madureira | Getulio Vargas I             | 64  | 01                                   |
|   | Getulio Vargas II            | 97  | 02                                   |
|   | EEEF João Craveiro Costa     | 99  | 01                                   |
|   | EEEF Pe. Carlos Kunz         | 67  | 01                                   |
|   | Instituto Santa Juliana      | Não informado <sup>15</sup>                   | 02                                   |
| <b>Coordenação Municipal</b>                                    | <b>Núcleo</b>                | <b>Quant. de alunos observados por núcleo</b> | <b>Professores Ausentes</b>          |
| Rio Branco  | Escola Raimundo Hermínio     | 97  | 01                                   |
|   | Colégio Brasileiro núcleo 01 | 62  | 03                                   |
|   | Colégio Brasileiro núcleo 02 | 64  | ----                                 |
|   | Escola Luiza Carneiro        | 89  | ---                                  |
|   | Escola Padre Diogo Feijó     | 73  | 01                                   |
| <b>2ª e 3ª Entrada</b>  |                              |   |                                      |
|   |                              | <b>Quant. de alunos presentes (%)</b>         | <b>Quant. de alunos ausentes (%)</b> |
| 3ª Entrada  | Manaus                       | 38%   | 62%                                  |
| 2ª Entrada  | Autazes                      | 55%   | 45%                                  |
|   | Maués                        | 48%   | 52%                                  |
|   | Parintins                    | 71%   | 29%                                  |

Quadro 8: Rotina de Frequência dos alunos e professores nos núcleos Região Norte II.

Fonte: GETRA. Relatório Anual do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano - Região Norte II, 2009.

Dando prosseguimento, o quadro a seguir apresenta a rotina de qualificação profissional:

<sup>15</sup> No dia da aplicação havia poucos alunos no núcleo, devido a condições climáticas adversas.

| Coordenação Local |             | Arcos                           | Quantidade de alunos observados em todos os núcleos |
|-------------------|-------------|---------------------------------|---|
| Manaus            | Manaus      | Alimentação                     | 249   |
|                   |             | Construções e Reparos           | 267   |
|                   |             | Serviços Pessoais               | 323   |
|                   |             | Telemática                      | 346   |
|                   |             | Turismo                         | 306   |
| Porto Velho       | Porto Velho | Telemática                      | 22  |
|                   |             | Saúde                           | 57  |
| Boa Vista         | Boa Vista   | Educação                        | 214   |
|                   |             | Gestão Pública e Terceiro Setor | 231   |
|                   |             | Vestuário                       | 55  |
|                   |             | Serviços Pessoais               | 45  |
| Acre              | Acre        | Administração                   | 58  |
|                   |             | Vestuário                       | 19  |
|                   |             | Hotelaria/Turismo               | 16  |
|                   |             | Serviços Pessoais               | 55  |
| Rio Branco        | Rio Branco  | Administração                   | 67  |
|                   |             | Alimentação                     | 75  |
|                   |             | Saúde                           | 146   |
|                   |             | Serviços Pessoais               | 38  |

Quadro 9: Rotina 006: Síntese quantitativa da supervisão de Qualificação Profissional.

Fonte: GETRA. Relatório Anual do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano - Região Norte II, 2009.

Ainda, sobre a qualificação profissional, vejamos o quadro abaixo que revela a situação de cada arco, observada pela equipe do SMA/PJU/Região Norte II.

| ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS ARCOS OCUPACIONAIS |   |
|--|---|
| <b>COORDENAÇÃO ESTADUAL</b>                |   |
| <b>Estadual do Amazonas</b>                | Foi realizada uma sondagem nos municípios, contudo, os locais de oferta dos arcos encontravam-se fechados. Assim, as informações desta rotina se basearam nas informações repassadas pela coordenação local devido à inexistência de aulas práticas.  |
| <b>Estadual do Acre</b>                    |   |
| <b>COORDENAÇÃO MUNICIPAL</b>               |   |
| <b>Municipal de Manaus</b>                 | <b>Pontos Positivos:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Experiência dos educadores em atividades no arco de Alimentação;</li> <li>✓ Iniciativa dos educadores para oferecimento de atividades práticas esporádicas para os alunos dos arcos de Serviço Pessoais e Alimentação;</li> <li>✓ Utilização de recursos audiovisuais na apresentação de temas inerentes aos arcos de Alimentação e Turismo.</li> <li>✓ Leitura do Guia do Aluno e resolução de exercícios, pois possibilita a discussão de temas transversais</li> </ul> |



|                          |  |
|--------------------------|--|
|                          | <p><b>Pontos Negativos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Falta de estrutura para realização das atividades em todos os arcos;</li> <li>✓ Falta de material permanente e de consumo em todos os arcos;</li> <li>✓ Muitos educadores, embora tenham experiência nos arcos, apresentam dificuldades no repasse do conteúdo e domínio da sala.</li> <li>✓ No núcleo 06 não há acesso aos laboratórios de informática para arco de Telemática;</li> <li>✓ Leitura e resolução de atividades, embora, considerada como ponto positivo também, apresenta-se como fragilidade diante a ausência da articulação entre o trabalho de orientação do FTG e qualificação para o trabalho por parte do educador.</li> </ul> <p><b>Dificuldades:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Lançamento dos dados devido à lentidão, erros e o não salvamento na base de dados do sistema da UFMG.</li> <li>✓ Ausência do educador nos núcleos e/ou falta de energia, o que demandou maior tempo para aplicação da rotina e utilização de recursos.</li> </ul> |
| Municipal do Rio Branco  | <p><b>Pontos Positivos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A presença assídua dos Educadores de QP;</li> <li>✓ A interatividade dos Educadores com os alunos do núcleo;</li> <li>✓ A observação da prática dos alunos de Serviços pessoais, Administração e Alimentação em alguns dos núcleos.</li> </ul>  |
|                          | <p><b>Pontos Negativos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Foi informado para as aplicadoras fixas que a parte prática do arco de Saúde só é feita no final das unidades e a mesma já havia acontecido uma semana antes do monitoramento, mas em nenhum momento foi informado para a equipe do SMA, sobre tal procedência. E com isso, só foi observada a parte teórica em todos os núcleos. E no arco de administração a parte prática observada foi somente abertura de pasta suspensa e o arquivamento das mesmas. Somente na escola PE. Diogo Feijó não foi visto nenhuma prática.</li> <li>✓ Devido à falta de material, alguns alunos estão se desestimulando, em ir para as aulas de QP.</li> </ul> <p><b>Dificuldades:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O curto prazo para a aplicação do instrumento.</li> </ul>  |
| Municipal de Porto Velho | <p><b>Pontos Positivos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Boa localização das unidades onde acontecem os Arcos. Fácil acesso aos pontos de coletivos, e proximidade dos núcleos;</li> <li>✓ As condições de espaço físico no local onde estão sendo ministrados os cursos de Qualificação;</li> <li>✓ Salas climatizadas, com boa iluminação e com capacidade para 30 alunos;</li> <li>✓ Educadores capacitados.</li> <li>✓ Recepção e colaboração de todos os educadores com a equipe do SMAPJU.</li> <li>✓ Os alunos do Arco de Telemática estavam todos com o material didático;</li> <li>✓ Equipamentos necessários para a Qualificação;</li> </ul>   |
|                          | <p><b>Pontos Negativos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Dos quatro Arcos oferecidos apenas dois estavam acontecendo;</li> <li>✓ Pouca procura dos alunos;</li> <li>✓ O horário dos Arcos convergia com a disponibilidade dos alunos, tendo em vista que muitos trabalham;</li> <li>✓ O Arco de Saúde nos dias visitados ainda não possuía material didático do Programa;</li> <li>✓ Baixa presença dos alunos em sala de aula;</li> </ul> <p><b>Dificuldades:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Conseguir agendar encontros com a Coordenação responsável pelos Arcos para colher informações a respeito dos materiais utilizados na Qualificação.</li> </ul>  |
| Municipal de Boa Vista.  | <p><b>Pontos Positivos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A recepção por parte da coordenação executiva.</li> <li>✓ Material extra produzido pelos educadores no arco de Gestão Pública e Terceiro Setor.</li> <li>✓ Aulas teóricas de modelagem, costura de mão e conhecimentos de tecido no Arco de Vestuário.</li> <li>✓ Aulas teóricas e algumas práticas das aulas de maquiagem no arco de Serviços Pessoais.</li> </ul>   |
|                          | <p><b>Pontos Negativos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de aulas práticas;</li> <li>✓ Ausência de materiais de consumo e permanente para oferta dos arcos ocupacionais.</li> <li>✓ <b>Serviços Pessoais:</b> ainda não foi concluído o processo de aluguel para o Salão de Beleza para que os alunos possam ter as aulas de corte de cabelos e outros serviços que envolvem este arco.</li> </ul>  |

**Dificuldades:**

- ✓ A maior dificuldade é o lançamento dos dados da supervisão, administrado pela UFMG, pois há problemas no salvamento dos dados, assim como lentidão do acesso.

Quadro 9: Situação Geral da Qualificação Profissional na Região Norte II.

Fonte: GETRA. Relatório Anual do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano - Região Norte II, 2009.

Depreende-se do quadro acima que os pontos positivos e negativos, bem como as dificuldades observadas devem ser trabalhados e revisto pelos gestores do programa, pois essa é a essência do processo avaliativo que se constitui em uma importante ferramenta gerencial para o aprimoramento das ações desenvolvidas.

No que se refere à rotina de formação continuada o tabela abaixo pontua:

| Estados  | Coordenação | Qtde de Educadores | Ensino Fundamental | Ens. Médio Técnico | Ens. Médio Magistério | Superior Incompleto | Sup. Comp. Tecnológico | Sup. Comp. Licenciatura | Sup. Comp. Bacharelado | Especialização (Lato Sensu) | Mestrado | Doutorado |
|----------|-------------|--------------------|--------------------|--------------------|-----------------------|---------------------|------------------------|-------------------------|------------------------|-----------------------------|----------|-----------|
| ACRE     | Estado      | 42                 | -                  | -                  | -                     | -                   | -                      | 26                      | 04                     | 12                          | -        | -         |
|          |             |                    | -                  | -                  | -                     | -                   | -                      | 61 %                    | 10%                    | 29%                         | -        | -         |
|          | Munic.      | 57                 | -                  | -                  | -                     | -                   | 03                     | 15                      | 02                     | 33                          | 04       | -         |
|          |             |                    | -                  | -                  | -                     | -                   | 5,2%                   | 26,3%                   | 3,5%                   | 57,8%                       | 7%       | -         |
| AMAZONAS | Estado      | 62                 | -                  | 04                 | 02                    | 06                  | -                      | 39                      | 03                     | 09                          | -        | -         |
|          |             |                    | -                  | 6%                 | 3%                    | 10%                 | -                      | 62%                     | 5%                     | 14%                         | -        | -         |
|          | Munic       | 122                | -                  | 06                 | -                     | 07                  | -                      | 57                      | 06                     | 38                          | 07       | 01        |
|          |             |                    | -                  | 5%                 | -                     | 6%                  | -                      | 47%                     | 5%                     | 31%                         | 6%       | 1%        |
| RONDÔNIA | Munic.      | 22                 | -                  | -                  | -                     | 01                  | 01                     | 05                      | 02                     | 11                          | 02       | -         |
|          |             |                    | -                  | -                  | -                     | 4,5%                | 4,5%                   | 22,7%                   | 9,1%                   | 50%                         | 9,1%     | -         |
| RORAIMA  | Munic.      | 64                 | -                  | 02                 | -                     | 11                  | 01                     | 15                      | 05                     | 30                          | -        | -         |
|          |             |                    | -                  | 3%                 | -                     | 17%                 | 1,5%                   | 23,5%                   | 8%                     | 47%                         | -        | -         |

Tabela 3: Rotina 005 - Formação Continuada: Perfil dos Educadores do ProJovem Urbano na Região Norte II.

Fonte: GETRA. Relatório Anual do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano - Região Norte II, 2009.

Nota-se que o perfil dos educadores do PJU/Região Norte II apresenta um “corpo” profissional capacitado. Sendo assim, pode-se inferir que, embora os educadores em sua maioria possuam nível universitário, inclusive com pós-graduação, não seja, de forma isolada, condição suficiente para a qualidade das ações desenvolvidas, contudo, há que considerar que isso representa um dado bastante positivo.

Em síntese, pode-se perceber nos dados expostos anteriormente que o ProJovem Urbano apresenta-se como um Programa denso que necessita de organização, monitoramento e avaliação das ações. Sendo assim, os números revelam que no tocante aos dados quantitativos da ação educativa desenvolvida o programa atinge sua meta.

Convém ressaltar que a dinâmica da matrícula, organização dos documentos dos alunos, requer uma rigorosa organização e técnicas mais ágeis de arquivo que mesclam formas tradicionais e tecnologia da informação, com vistas ao efetivo funcionamento dos núcleos. No que se refere à frequência dos docentes o monitoramento deve contemplar o “olhar” quanti e quali, assim como deve ser feito um trabalho de *feedback* das ações a partir dos dados do monitoramento da frequência dos alunos, com vistas a reduzir a evasão no programa.

Ratifica-se, assim, a necessidade de um “olhar” qualitativo sobre os números expostos, portanto, deve-se atrelar os dados coletados pelo SMA-PJU a pesquisas qualitativas para uma melhor qualidade aos números coletados. Além disso, sinaliza-se que este deve ser o papel das IR's envolvidas no processo da avaliação. Em outros termos, as universidades que fazem parte do SMA devem realizar estudos avaliativos, com base em metodologias qualitativas, que “leiam” de forma crítica os dados quantitativos produzidos pelo SMA.

Sobre a Qualificação Profissional do ProJovem Urbano, o Projeto Político Pedagógico mostrou ser inovador, organizando-se em arcos compostos por quatro ocupações que abrangem o planejamento, a produção e a comercialização de bens e serviços, de modo que o jovem se prepare para o “mundo do trabalho”. A Qualificação Profissional inclui ainda a formação técnica geral (FTG), que aborda aspectos teórico-práticos importantes para qualquer tipo de curso profissionalizante.

Contudo, a observação feita no andamento da aplicação da Rotina 006, revelou a existência de pontos positivos e pontos negativos, conforme o quadro nº 9. Destaca-se como pontos positivos mais frequentes a qualificação dos Educadores e a interatividade destes com os alunos do núcleo durante as aulas de Qualificação Profissional – QP, bem como pontos negativos, como a falta de estrutura para a realização das atividades de QP e a ausência de materiais de consumo e permanente para a oferta dos arcos ocupacionais.

Sendo assim, deve-se trabalhar para potencializar o que se apresenta como positivo e aprimorar o que se apresenta como negativo.

### **1.1.2. Desvelando o Subsistema de Avaliação Externa**

De acordo com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED) a avaliação externa também pode ser chamada de avaliação em larga escala, e é um dos principais instrumentos para a elaboração de políticas públicas dos sistemas de ensino e redirecionamento das metas das unidades escolares. Seu foco é o desempenho da escola e o seu resultado é uma medida de proficiência que possibilita aos gestores a implementação de políticas públicas, e às unidades escolares um retrato de seu desempenho.

Destaca-se que a primeira iniciativa brasileira de avaliação em larga escala foi o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que se desenvolveu a partir de 1990 e foi aplicado inicialmente em 1995. Atualmente os Estados têm procurado desenvolver seus próprios sistemas de avaliação estabelecendo metas e diretrizes específicas às suas realidades.

O sistema de avaliação do Programa ProJovem Urbano combina a avaliação formativa processual e a avaliação externa, sendo que esta última se justifica em função do caráter nacional do programa e da necessidade de prestar contas dos recursos públicos nele investidos. As avaliações externas são coordenadas pela Coordenação Nacional do ProJovem Urbano, por meio do Sistema de Monitoramento e Avaliação - SMA, composto pelas nove Universidades Federais.

As Avaliações Externas são aplicadas pelas Universidades Federais, sem a interferência das Coordenações Locais (municipais e estaduais) do Programa e com regras nacionais que são observadas por todos os envolvidos. As provas das avaliações externas são elaboradas por especialistas indicados pelas Instituições Regionais - IRs que compõem o SMA e sua coordenação. Destaca-se que as datas de aplicação seguem um Calendário Nacional previamente encaminhado a todas as Coordenações Locais.

As avaliações externas se organizam em dois grupos: a Avaliação Diagnóstica e os Exames Nacionais Externos.

A avaliação externa se faz com base na aplicação de exames de capacidades básicas relacionadas aos conteúdos do ensino fundamental. Desta forma, o subsistema de Avaliação Externa, nos ciclos I, II e III (cada ciclo corresponde a um semestre que juntos totalizam os dezoito meses do curso) é responsável pela elaboração, distribuição, correção e divulgação dos resultados obtidos pelos alunos do Programa através da aplicação de 04 (quatro) avaliações, quais sejam:

| <b>GT DE AVALIAÇÃO EXTERNA</b>            |                      |  |  |
|---|----------------------|--|--|
| <b>Avaliações</b>                         | <b>Ciclos</b>        |  | <b>Conteúdo</b>  |
| <b>Avaliação Diagnóstica</b>              | <b>Ciclo I</b>       | A avaliação Diagnóstica ocorre um mês após o início do programa e tem por objetivo identificar as habilidades e conhecimentos dos alunos. Os resultados obtidos levarão à melhoria da qualidade de ensino  | A prova é organizada com 26 questões de Língua Portuguesa e 26 questões de Matemática, conforme matriz do SAEB para as primeiras séries do ensino fundamental. |
| <b>Exames Nacionais Externos de Ciclo</b> | <b>Ciclos I e II</b> | Os Exames Nacionais Externos de Ciclo são aplicados em dois momentos durante o desenvolvimento do programa (2 aplicações: 6 meses e 12 meses após o início das aulas).   | A prova é organizada com 16 questões de Língua Portuguesa, 16 questões de Matemática, 9 questões de Ciências Humanas e 9 questões de Ciências da Natureza.     |
| <b>Exame Final Nacional Externo.</b>      | <b>Ciclo III</b>     | O exame final nacional externo é aplicado ao final dos 18 meses do curso, sendo obrigatório para efeitos da certificação do aluno para o ensino fundamental. Caso o aluno deixe de fazê-lo, não poderá ser certificado. Destaca-se que este exame tem 2ª chamada, que será realizada dois meses após a 1ª chamada. | A prova é organizada com 16 questões de Língua Portuguesa, 16 questões de Matemática, 9 questões de Ciências Humanas e 9 questões de Ciências da Natureza.     |

Quadro 11: Avaliações do ProJovem Urbano.  
 FONTE: GETRA. Pesquisa documental, 2011.

O quadro acima revela as subdivisões do Grupo de Trabalho – GT de Avaliação Externa. Sendo assim, para melhor aprofundamento, os tópicos a seguir fazem uma breve descrição desses subsistemas do referido GT.

### **1.1.2.1. Avaliação Diagnóstica**

Para o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED) a avaliação diagnóstica não recebe uma definição singular de todos os especialistas. No entanto pode-se entendê-la como uma ação avaliativa realizada no início de um processo de aprendizagem, que tem a função de obter informações sobre os conhecimentos, aptidões e competências dos estudantes com vista à organização dos processos de ensino e aprendizagem de acordo com as situações identificadas.

No Programa ProJovem Urbano a avaliação Diagnóstica ocorre 30 dias após o início das aulas, tem por objetivo principal “diagnosticar as habilidades e competências dos jovens, em Língua Portuguesa e Matemática, tendo como referência o desempenho esperado de um estudante ao final da 4ª. Série do ensino fundamental”.<sup>16</sup>

<sup>16</sup> Relatório Anual do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano - Região Norte II, 2009, pág 73.

A avaliação Diagnóstica não gera pontuação aos alunos, mas a mesma é importante ser realizada, pois identifica o perfil pedagógico dos alunos ao entrarem no Programa. As provas são identificadas com nome, matrícula, turma, núcleo, município e estado, para aqueles alunos cuja matrícula foi confirmada até 15 dias após o início das aulas. Para os demais alunos, as provas não têm identificação e, portanto o lançamento de seus resultados depende da correta e legível explicitação de nome e número de matrícula.

Destaca-se que apenas para a Avaliação Diagnóstica, não é exigida a apresentação de documento oficial de identificação. No dia marcado para a avaliação diagnóstica, se faz necessário que em cada núcleo esteja presente apenas o representante da Coordenação Local (municipal ou estadual) para acompanhamento da atividade.

Cabe às Coordenações Locais providenciar a infraestrutura dos núcleos para a realização da prova. No dia da aplicação da Avaliação Diagnóstica, o representante da Coordenação Local (municipal ou estadual) deve coletar a frequência dos alunos no núcleo após a realização da prova, de modo a não perturbar ou dificultar o processo de conferência da identificação dos alunos para o início da avaliação. É válido ressaltar que essas informações precisam ser adequadamente divulgadas para os alunos.

As tabelas abaixo apresentam os resultados da Avaliação Diagnóstica, por entrada, realizada pelo SMA-PJU na Região Norte II:

---

| AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA<br>Região Norte II |                   | QTD.<br>NÚCLEOS   | QTD.<br>TURMAS | QTD. ALUNOS<br>PREVISTOS | ALUNOS<br>PARTICIPANTES  | % ALUNOS<br>PARTICIPANTES | ALUNOS<br>AUSENTES | % ALUNOS<br>AUSENTES |
|--|-------------------|---|----------------|--------------------------|--|---------------------------|--------------------|----------------------|
| 2ª ENTRADA                               | <b>AMAZONAS</b>   |   |                |                          |  |                           |                    |                      |
|  | Autazes           | 2   | 10             | 365                      | 272  | 75%                       | 74                 | 20%                  |
|  | Coari             | 3   | 15             | 427                      | 354  | 83%                       | 85                 | 20%                  |
|  | Irlanduba         | 2   | 10             | 400                      | 233  | 58%                       | 167                | 42%                  |
|  | Ítaoatiara        | 4   | 20             | 687                      | 449  | 65%                       | 231                | 34%                  |
|  | Maués             | 2   | 10             | 799                      | 294  | 37%                       | 108                | 14%                  |
|  | Manacapuru        | 4   | 20             | 400                      | 547  | 137%                      | 252                | 63%                  |
|  | Parintins         | 4   | 20             | 801                      | 479  | 60%                       | 321                | 40%                  |
|  | Tefé              | 4   | 20             | 651                      | 521  | 80%                       | 131                | 20%                  |
|  | <b>TOTAL</b>      | <b>25</b>   | <b>125</b>     | <b>4.530</b>             | <b>3.149</b>   | <b>70%</b>                | <b>1.369</b>       | <b>30%</b>           |
|  | <b>ACRE</b>       |   |                |                          |  |                           |                    |                      |
|  | Brasiléia         | 2   | 10             | 200                      | 150  | 75%                       | 50                 | 25%                  |
|  | Epitaciolândia    | 1   | 5              | 186                      | * A listagem dos alunos foi enviada por engano dentro dos malotes de provas, por isso não consta na tabela a quantidade de alunos presentes. |                           |                    |                      |
|  | Cruzeiro do Sul   | 2   | 10             | 321                      | 267  | 83%                       | 143                | 45%                  |
|  | Sena Madureira    | 2   | 2              | 336                      | 272  | 81%                       | 128                | 38%                  |
|  | <b>TOTAL</b>      | <b>7</b>  | <b>27</b>      | <b>1.043</b>             | <b>689</b>   | <b>66%</b>                | <b>464</b>         | <b>44%</b>           |
|  | <b>RIO BRANCO</b> |   |                |                          |  |                           |                    |                      |
|  | Rio Branco        | 5   | 25             | 1.000                    | 360  | -----                     | 240                | -----                |
|  |                   | * Informa-se que a listagem dos alunos do Núcleo 03 - Escola Raimundo Melo foi enviada por engano dentro dos malotes de provas, por isso não se contabilizou o quantitativo de alunos participantes e ausentes. |                |                          |  |                           |                    |                      |
|  | <b>TOTAL</b>      | <b>5</b>  | <b>25</b>      | <b>1.000</b>             | <b>360</b>   | <b>-----</b>              | <b>240</b>         | <b>-----</b>         |
|  | <b>BOA VISTA</b>  |   |                |                          |  |                           |                    |                      |
| Boa Vista                                | 11                | 55  | 1.800          | 908                      | 50%  | 872                       | 48%                |                      |
| <b>TOTAL</b>                             | <b>11</b>         | <b>55</b>   | <b>1.800</b>   | <b>908</b>               | <b>50%</b>   | <b>872</b>                | <b>48%</b>         |                      |
| <b>TOTAL GERAL</b>                       | <b>48</b>         | <b>232</b>  | <b>9.373</b>   | <b>5.106</b>             | <b>54%</b>   | <b>2.855</b>              | <b>30%</b>         |                      |

Tabela 4: Quantitativo da Avaliação Diagnóstica – 2ª entrada / Regional Norte II.

Fonte: GETRA. Relatório Anual do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano - Região Norte II, 2009.

| AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA Região Norte II |  | QTD. NÚCLEOS | QTD. TURMAS | QTD. ALUNOS PREVISTOS | ALUNOS PRESENTES (Cadastrados na Listagem do CAEd) | % ALUNOS PRESENTES (Cadastrados na Listagem do CAEd) | ALUNOS PRESENTES (NÃO Cadastrados na Listagem do CAEd) | % ALUNOS PRESENTES (NÃO Cadastrados na Listagem do CAEd) | TOTAL DE ALUNOS QUE REALIZARAM | % TOTAL DE ALUNOS QUE REALIZARAM | ALUNOS AUSENTES | % ALUNOS AUSENTES |  |
|---------------------------------------|--|--------------|-------------|-----------------------|--|--|--|--|--------------------------------|----------------------------------|-----------------|-------------------|--|
| <b>3a. ENTRADA</b>                    |  |              |             |                       |  |  |  |  |                                |                                  |                 |                   |  |
| <b>3ª e 4ª ENTRADA</b>                | Manaus / AM                            | 20           | 100         | 3.979                 | 2003   | 50%  | 806  | 29%  | 2809                           | 59%                              | 2036            | 51%               |  |
|                                       | <b>TOTAL</b>                           | <b>20</b>    | <b>100</b>  | <b>3.979</b>          | <b>2003</b>  | <b>50%</b>   | <b>806</b>   | <b>29%</b>   | <b>2809</b>                    | <b>59%</b>                       | <b>2036</b>     | <b>51%</b>        |  |
|                                       | <b>3a. ENTRADA</b>                     |              |             |                       |  |  |  |  |                                |                                  |                 |                   |  |
|                                       | Porto Velho / RO                       | 9            | 40          | 1420                  | 378  | 27%  | 98   | 21%  | 476                            | 31%                              | 886             | 62%               |  |
|                                       | <b>TOTAL</b>                           | <b>9</b>     | <b>40</b>   | <b>1420</b>           | <b>378</b>   | <b>27%</b>   | <b>98</b>  | <b>21%</b>   | <b>476</b>                     | <b>31%</b>                       | <b>886</b>      | <b>62%</b>        |  |
|                                       | <b>4a. ENTRADA - UNIDADE PRISIONAL</b> |              |             |                       |  |  |  |  |                                |                                  |                 |                   |  |
|                                       | Rio Branco/AC – Unidade Prisional      | 1            | 3           | 60                    | 47   | 78%  | 4  | 8%   | 51                             | 80%                              | 13              | 22%               |  |
|                                       | <b>TOTAL</b>                           | <b>1</b>     | <b>3</b>    | <b>60</b>             | <b>47</b>  | <b>78%</b>   | <b>4</b>   | <b>8%</b>  | <b>51</b>                      | <b>80%</b>                       | <b>13</b>       | <b>22%</b>        |  |
|                                       | <b>TOTAL GERA</b>                      | <b>30</b>    | <b>143</b>  | <b>5.459</b>          | <b>2428</b>  | <b>44%</b>   | <b>908</b>   | <b>27%</b>   | <b>3336</b>                    | <b>52%</b>                       | <b>2935</b>     | <b>54%</b>        |  |

Tabela 5: Quantitativo da Avaliação Diagnóstica – 3ª e 4ª Entrada / Regional Norte II.

Fonte: GETRA. Relatório Anual do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano - Região Norte II, 2009.



### 1.1.2.2. Exames Nacionais Externos

Os Exames Nacionais Externos se organizam da seguinte maneira:

#### a) Exames Nacionais Externos de Ciclo

Os exames nacionais externos de ciclo são aplicados em dois momentos durante o desenvolvimento pedagógico do programa. O 1º exame nacional de ciclo é aplicado ao final do CICLO I (sexto mês do curso) e o 2º exame nacional de ciclo é aplicado ao final do CICLO II (décimo segundo mês do curso). Esses exames não são obrigatórios para efeitos de certificação, mas o número de alunos aptos, que deles participa, determina o repasse de recursos às coordenações municipais e estaduais.

Ressalta-se que é agendada reunião, pela Universidade, para acertos relativos à aplicação dos exames. Cabe à Coordenação Local designar um representante seu para estar presente em cada núcleo onde ocorrerá a aplicação dos exames. O nome do seu representante é informado à Universidade no momento da reunião conjunta.

#### b) Exame Final Nacional Externo

O exame final nacional externo é aplicado ao final dos 18 meses do curso. Este sendo obrigatório para fins de certificação do aluno para o ensino fundamental. Caso o aluno deixe de fazê-lo, não poderá ser certificado.

A pontuação obtida pelo aluno, no exame final nacional externo é somada ao conjunto da pontuação recebida no âmbito das avaliações formativas realizadas. Assim, o exame final nacional externo não reprova, pelo contrário, seu resultado agrega valor às demais pontuações recebidas pelo aluno. Além disso, reafirma-se que sua realização é exigência para sua certificação.

Cabe destacar que, diferentemente do que ocorre na Avaliação Diagnóstica, nos dois exames (Exames Nacionais Externos de Ciclo e Exame Final Nacional Externo) há obrigatoriedade do cadastramento prévio dos alunos, no período indicado no Calendário Nacional de Avaliação enviado pela Coordenação Nacional possibilitando ao SMA maior domínio sobre a coordenação da aplicação.

Desta forma, para ser cadastrado, o aluno precisa estar apto no sistema, o que significa dizer, com frequência de 75%. Além disso, em ambos os exames, o aluno deve apresentar documento oficial de identificação, quais sejam: identidade, carteira de trabalho, carteira de habilitação, certificado de reservista e passaporte.

O exame final nacional externo possui 2ª chamada e é realizada dois meses após a 1ª chamada. Podem realizar a 2ª chamada do exame final nacional externo os alunos que não tiverem realizado a 1ª chamada ou que, mesmo tendo, não conseguiram alcançar 1100 pontos na totalidade da pontuação final do curso.

Em todos os casos, são utilizados instrumentos padronizados que permitem:

- Mensurar com precisão o progresso realizado por cada aluno na aquisição das capacidades avaliadas (a diferença entre as situações de entrada e de saída dos ciclos I e II e da saída do programa);

- Comparar o desempenho dos alunos do ProJovem Urbano com o dos alunos do sistema regular de ensino, já que os itens utilizados nos testes diagnóstico e final são calibrados pelas mesmas escalas utilizadas pelo SAEB para avaliar os estudantes da 4<sup>a</sup> e da 7<sup>a</sup> séries no país.<sup>17</sup>

Operacionalização dos Exames Externos de Ciclo e do Exame Final Nacional Externo está estruturada:

- 1) A Coordenação do processo operacional dos exames nacionais externos é de responsabilidade da Coordenação Nacional, por meio do Sistema de Monitoramento e Avaliação – SMA do Projovem Urbano.
- 2) As provas são elaboradas por especialistas em avaliação de larga escala, vinculados a Universidades Federais que compõem o SMA. O conteúdo das provas versa sobre Português, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza.
- 3) No dia marcado para os Exames Nacionais Externos e Exame Final Nacional Externo, embora seja dia letivo, não há aula, pois a atividade pedagógica é a aplicação da avaliação externa pelas Universidades do SMA. Em cada núcleo deve estar presente apenas o representante da Coordenação Local (municipal ou estadual) para acompanhamento da atividade.
- 4) No dia da aplicação dos Exames Nacionais Externos, o representante da Coordenação Local (municipal ou estadual) coleta a frequência dos alunos no núcleo, fora das salas de aula, preferencialmente na saída dos alunos, após a realização da prova. Essa listagem tem efeitos para o lançamento da frequência, não podendo ser utilizada para parâmetro de repasse financeiro, considerando que pode haver, no núcleo, alunos não aptos ao Exame.
- 5) Conforme regra do SMA, a tolerância para entrada de aluno com atraso é de 50 minutos, a partir deste horário não é permitida a entrada do mesmo. Caso o aluno termine a prova antes do tempo previsto de 3 horas, só poderá se ausentar da sala após 50 minutos do início da prova, de modo a garantir que não haja comunicação entre o aluno que deixa a sala e aquele que chega atrasado, dentro do prazo de tolerância.

---

<sup>17</sup> Orientações Gerais da Assessoria de Avaliação e Supervisão Coordenação Nacional do Projovem Urbano. Brasília, 2009

- 6) A coordenação da aplicação da prova é da Universidade Federal responsável pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação na regional em que se localiza a coordenação municipal ou estadual. Portanto, a autoridade e responsabilidade pela aplicação da prova são das Universidades que compõem o SMA, não cabendo às coordenações municipais e/ou estaduais qualquer tipo de intervenção, nessa ação.
- 7) Cabem, às coordenações municipais e/ou estaduais, as atribuições do cadastramento em tempo próprio, garantia de ampla divulgação da aplicação dos exames externos, garantia do espaço do núcleo para a aplicação, manutenção de um representante para assegurar as condições de infra-estrutura para a prova, além da divulgação do resultado aos alunos.
- 8) O resultado dos exames será enviado ao sistema do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAED que se encontra sediado na UFJF, até cinco dias úteis depois da realização das provas.
- 9) O Calendário Nacional de Avaliações registra as datas fixas para cada avaliação e deve ser cumprido por todas as coordenações municipais e estaduais do Projovem Urbano.
- 10) Os exames nacionais externos não são passíveis de antecipação ou adiamento.<sup>18</sup>

Desta forma, compreende-se que é de grande importância que as Coordenações Locais (municipais e estaduais) divulguem amplamente, aos alunos, tais regras apresentadas. Ressalte-se também a importância do contato das Coordenações Locais (municipais e estaduais) com a Universidade Federal, responsável pelo SMA de sua região para que haja uma adequada operacionalização do referido programa.

Sendo assim, os dados ora apresentados explicitam a realidade dos exames realizados na Região Norte II sob a avaliação do SMA-PJU, quais sejam:

---

<sup>18</sup> Orientações Gerais da Assessoria de Avaliação e Supervisão Coordenação Nacional do Projovem Urbano. Brasília, 2009

| EXAME ENTRE<br>CICLO I Região Norte<br>II | QTD.<br>NÚCLEOS   | QTD.<br>TURMAS | QTD.<br>ALUNOS<br>PREVISTOS | ALUNOS<br>PARTICIPANTES | % ALUNOS<br>PARTICIPANTES | ALUNOS<br>AUSENTES | % ALUNOS<br>AUSENTES |            |
|---|-------------------|----------------|-----------------------------|-------------------------|---------------------------|--------------------|----------------------|------------|
| 2ª ENTRADA                                | <b>AMAZONAS</b>   |                |                             |                         |                           |                    |                      |            |
|   | Autazes           | 2              | 10                          | 400                     | 266                       | 67%                | 133                  | 33%        |
|   | Coari             | 3              | 15                          | 600                     | 382                       | 64%                | 218                  | 36%        |
|   | Iranubá           | 2              | 10                          | 400                     | 242                       | 61%                | 158                  | 40%        |
|   | Itacoatiara       | 4              | 20                          | 791                     | 514                       | 65%                | 277                  | 35%        |
|   | Maués             | 2              | 10                          | 400                     | 553                       | 138%               | 257                  | 64%        |
|   | Manacapuru        | 4              | 20                          | 800                     | 327                       | 41%                | 73                   | 9%         |
|   | Parintins         | 4              | 20                          | 800                     | 552                       | 69%                | 248                  | 31%        |
|   | Tefé              | 4              | 20                          | 800                     | 552                       | 69%                | 225                  | 28%        |
|   | <b>TOTAL</b>      | <b>25</b>      | <b>125</b>                  | <b>4.991</b>            | <b>3.388</b>              | <b>68%</b>         | <b>1.589</b>         | <b>32%</b> |
|   | <b>ACRE</b>       |                |                             |                         |                           |                    |                      |            |
|   | Brasiléia         | 1              | 5                           | 200                     | 135                       | 68%                | 64                   | 32%        |
|   | Epitaciolândia    | 1              | 5                           | 186                     | 139                       | 75%                | 45                   | 24%        |
|   | Cruzeiro do Sul   | 2              | 2                           | 321                     | 202                       | 63%                | 139                  | 43%        |
|   | Sena Madureira    |                | 2                           | 336                     | 205                       | 61%                | 140                  | 42%        |
|   | <b>TOTAL</b>      | <b>4</b>       | <b>14</b>                   | <b>1043</b>             | <b>681</b>                | <b>65%</b>         | <b>388</b>           | <b>37%</b> |
|   | <b>RIO BRANCO</b> |                |                             |                         |                           |                    |                      |            |
|   | Rio Branco        | 5              | 25                          | 1003                    | 607                       | 61%                | 396                  | 39%        |
|   | <b>TOTAL</b>      | <b>5</b>       | <b>25</b>                   | <b>1003</b>             | <b>607</b>                | <b>61%</b>         | <b>396</b>           | <b>39%</b> |
| <b>BOA VISTA</b>                          |                   |                |                             |                         |                           |                    |                      |            |
| Boa Vista                                 | 11                | 55             | 1796                        | 825                     | 46%                       | 975                | 54%                  |            |
| <b>TOTAL</b>                              | <b>11</b>         | <b>55</b>      | <b>1796</b>                 | <b>825</b>              | <b>46%</b>                | <b>975</b>         | <b>54%</b>           |            |
| <b>TOTAL GERAL</b>                        | <b>45</b>         | <b>219</b>     | <b>8.833</b>                | <b>5.501</b>            | <b>62%</b>                | <b>3.348</b>       | <b>38%</b>           |            |

Tabela 6: Quantitativo do Exame entre Ciclo I – 2ª entrada / Regional II

Fonte: GETRA. Relatório Anual do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano - Região Norte II. 2009.

| EXAME EXTERNO<br>ENTRE CICLO II   | QTDE.<br>NÚCLEOS | QTDE.<br>TURMAS | QTDE.<br>ALUNOS<br>PREVISTOS | QTDE.<br>ALUNOS<br>PRESENTES | % ALUNOS<br>PRESENTES | QTDE.<br>ALUNOS<br>AUSENTES | %<br>ALUNOS<br>AUSENTES |
|-----------------------------------|------------------|-----------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------|-----------------------------|-------------------------|
| <b>AMAZONAS</b>                   |                  |                 |                              |                              |                       |                             |                         |
| Autazes                           | 02               | 10              | 396                          | 258                          | 65,2%                 | 138                         | 34,8%                   |
| Coari                             | 02               | 10              | 478                          | 321                          | 67,2%                 | 157                         | 32,8%                   |
| Irlanduba                         | 02               | 10              | 365                          | 200                          | 54,8%                 | 165                         | 45,2%                   |
| Itacoatiara                       | 03               | 15              | 587                          | 505                          | 86,0%                 | 82                          | 14,0%                   |
| Maués                             | 02               | 10              | 745                          | 511                          | 68,6%                 | 234                         | 31,4%                   |
| Manacapuru                        | 03               | 15              | 396                          | 280                          | 70,7%                 | 116                         | 29,3%                   |
| Parintins                         | 03               | 15              | 587                          | 482                          | 82,1%                 | 105                         | 17,9%                   |
| Tefé                              | 03               | 15              | 678                          | 478                          | 70,5%                 | 200                         | 29,5%                   |
| <b>TOTAL</b>                      | <b>20</b>        | <b>100</b>      | <b>4.232</b>                 | <b>3.035</b>                 | <b>71,7%</b>          | <b>1.197</b>                | <b>28,3%</b>            |
| <b>ACRE</b>                       |                  |                 |                              |                              |                       |                             |                         |
| Brasiléia                         | 01               | 05              | 130                          | 94                           | 72,3%                 | 36                          | 27,7%                   |
| Epitaciolândia                    | 01               | 05              | 148                          | 105                          | 70,9%                 | 43                          | 29,1%                   |
| Cruzeiro do Sul                   | 01               | 05              | 180                          | 148                          | 82,2%                 | 32                          | 17,8%                   |
| Sena Madureira                    | 01               | 05              | 178                          | 143                          | 80,3%                 | 35                          | 19,7%                   |
| <b>TOTAL</b>                      | <b>04</b>        | <b>20</b>       | <b>636</b>                   | <b>490</b>                   | <b>77,0%</b>          | <b>146</b>                  | <b>23,0%</b>            |
| <b>RIO BRANCO</b>                 |                  |                 |                              |                              |                       |                             |                         |
| Rio Branco                        | 04               | 20              | 659                          | 485                          | 73,6%                 | 174                         | 26,4%                   |
| <b>TOTAL</b>                      | <b>04</b>        | <b>20</b>       | <b>659</b>                   | <b>485</b>                   | <b>73,6%</b>          | <b>174</b>                  | <b>26,4%</b>            |
| <b>BOA VISTA</b>                  |                  |                 |                              |                              |                       |                             |                         |
| Boa Vista                         | 10               | 36              | 920                          | 516                          | 56,1%                 | 404                         | 43,9%                   |
| <b>TOTAL</b>                      | <b>10</b>        | <b>36</b>       | <b>920</b>                   | <b>516</b>                   | <b>56,1%</b>          | <b>404</b>                  | <b>43,9%</b>            |
| <b>TOTAL IR II 2a<br/>ENTRADA</b> | <b>38</b>        | <b>176</b>      | <b>6.447</b>                 | <b>4.526</b>                 | <b>70,2%</b>          | <b>1.921</b>                | <b>29,8%</b>            |

Tabela 7: Quantitativo do EECII da 2ª Entrada.

Fonte: GETRA. Relatório Anual do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano - Região Norte II, 2009.

| EXAME EXTERNO ENTRE CICLO I | 3ª. ENTRADA   |              |                        |                       |                    |                       |                   |
|-----------------------------|---------------|--------------|------------------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|-------------------|
|                             | QTDE. NÚCLEOS | QTDE. TURMAS | QTDE. ALUNOS PREVISTOS | QTDE. ALUNOS PRESENTE | % ALUNOS PRESENTES | QTDE. ALUNOS AUSENTES | % ALUNOS AUSENTES |
|                             | MANAUS        |              |                        |                       |                    |                       |                   |
|                             | 20            | 100          | 3.742                  | 2.000                 | 53,4%              | 1.742                 | 46,6%             |
|                             | PORTO VELHO   |              |                        |                       |                    |                       |                   |
| 13                          | 21            | 793          | 254                    | 32,0%                 | 539                | 68,0%                 |                   |
| TOTAL IR II 3a ENTRADA      | <b>33</b>     | <b>121</b>   | <b>4.535</b>           | <b>2.254</b>          | <b>49,7%</b>       | <b>2.281</b>          | <b>50,3%</b>      |

Tabela 8: Quantitativo do EECI da 3ª Entrada Manaus e Porto Velho.

Fonte: GETRA. Relatório Anual do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano - Região Norte II, 2009.

Depreende-se das tabelas acima um expresso número de alunos ausentes nos exames o que leva as seguintes indagações: Ocorre evasão no ProJovem Urbano? A frequência lançada pelas Coordenações Locais refletem a realidade dos alunos do PJU? A divulgação dos exames atinge o quantitativo dos alunos, bem como as datas de realização dos mesmos? Assim, urge que tais problematizações sejam refletidas para serem superadas.

### 1.1.3. A Composição do Subsistema de Avaliação do Programa

Para compreender as atividades desenvolvidas pelo GT de Avaliação do Programa deve-se ter em mente que, na concepção do ProJovem Urbano, a avaliação faz parte do processo de ensino e aprendizagem e, por isso, ela “antecede, acompanha e sucede o trabalho pedagógico em todos os momentos” (PPI, p. 70-71). Foi partindo dessa premissa que o referido GT desenvolveu suas atividades, complementando, com os demais GT’s, o processo de monitoramento e avaliação do programa.

Desta forma, o Grupo de Trabalho de Avaliação de Programa é responsável por coordenar a avaliação da efetividade e implementação do ProJovem, para tanto, são previstas algumas ações, entre as quais a pesquisa sobre o Projovem, hoje, com um novo desenho é constituída por cinco dimensões: 1. Aprendizagem 2. Alunos (perfil e fluxos) 3. Pedagogia do projovem 4. Implementação e gestão 5. Custos. O quadro abaixo apresenta a referida pesquisa e as universidades responsáveis por cada dimensão:

| DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO |  |
|------------------------|--|
| ✓                      | Aprendizagem/Desempenho: UFC/CAED                    |
| ✓                      | Alunos e professores (Perfil e Fluxos): Unirio, UFBA |
| ✓                      | A Pedagogia do Projovem: UFPR, UFC, Unirio           |
| ✓                      | Implementação e Gestão: UFPA, UFPE, UFAM             |
| ✓                      | Custos: UFMG   |

Quadro12: Dimensões de Avaliação

Fonte: GETRA. Relatório Anual do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Projovem Urbano - Região Norte II, 2009.

Com o intuito de alcançar seus objetivos de avaliar a efetividade e a implementação do Projovem Urbano, o GT de Avaliação de Programa, a partir da categorização dos indicadores, elaborou seus instrumentos de trabalho, a saber:

|  | CICLOS    | INSTRUMENTOS                                    | DADOS LEVANTADOS  |
|--|-----------|---|---|
| <b>AVALIAÇÃO DO PROGRAMA:</b><br>Pesquisa da efetividade e implementação | Ciclo I   | Pesquisa Perfil Público Alvo (Survey 1)         | - Sexo/Idade;<br>- Trajetória da vida escolar;<br>- Composição familiar;<br>- Renda familiar;<br>- Se o aluno exerce atividade remunerada;<br>- Avaliação do programa por meio de atribuição de nota de 0 a 10.   |
|  | Ciclo II  | Pesquisa PPI com alunos e educadores (Survey 2) | - Se o aluno trabalha;<br>- Se o aluno já exerce atividade profissional;<br>- Avaliação do aluno quanto ao material didático e professores;<br>- Os motivos pelos quais os alunos se matricularam no programa;<br>- As dificuldades em permanecer no programa;<br>- Avaliação do programa por meio de atribuição de nota de 0 a 10. |
|  |           | Pesquisa permanência/ Evasão                    | - Composição e renda familiar;<br>- Os motivos pelos quais o aluno se matriculou e não frequentou as aulas;<br>- Os motivos pelos quais o aluno não consegue continuar os estudos;  |
|  | Ciclo III | Survey 3  | - Se o aluno está trabalhando;<br>- Se o aluno tem outros cursos de QP;<br>- Projetos profissionais do aluno;<br>- Envolvimento do aluno com sua comunidade;<br>- Se o PJU atendeu as expectativas do aluno;<br>- As contribuições do programa na vida do aluno.  |

Quadro 13: Instrumentos do GT de Avaliação do Programa.

FONTE: SMA/PJU Região Norte II, 2009.

Para realizar a aplicação dos instrumentos do GT de Avaliação do Programa, foram elaborados um cronograma e um plano amostral definido pelo grupo de trabalho, mediante o número de núcleos, de alunos matriculados e educadores contratados. A aplicação destes instrumentos se dá

ao longo do desenvolvimento do programa e ocorrendo paralelo à aplicação dos instrumentos dos demais GT's que compõe o SMA.

Desta forma, a dinâmica deste GT, bem como dos demais, compreende um constante processo de avaliação e reavaliação dos métodos e técnicas adotados por cada grupo de trabalho, com vistas a uma (re)estruturação de seus instrumentos e manuais com base nas experiências vividas durante cada ciclo de aplicação. Assim, compreendemos que a combinação de todas essas modalidades de avaliação em programas educacionais é inédita no Brasil. Por isso, seus resultados certamente trarão elementos importantes tanto para o aperfeiçoamento do Programa ProJovem Urbano como para a pesquisa educacional e o desenho de políticas públicas no Brasil.

Sobre o GT de Avaliação do Programa, o Relatório, 2009 (2ª Entrada) e 2010 (3ª Entrada), revelam o quantitativo de instrumentos aplicados, por entrada na Região Norte II, a saber:

| Coordenação 2ª. Entrada | Municípios  | Qtd. de Núcleos | Qtd. de Grupos | Qtd. de aplicações previstas<br>_Alunos | Qtd. de Questionários aplicados | Período de Aplicação | Situação |
|-------------------------|-------------|-----------------|----------------|---|---------------------------------|----------------------|----------|
| Amazonas                | Irlanduba   | 02              | 03             | 85                                      | 90                              | 08 a<br>19/03/2010   | Lançados |
|                         | Itacoatiara | 03              | 03             | 86                                      | 90                              |                      |          |
|                         | Manacapuru  | 02              | 03             | 85                                      | 90                              |                      |          |
| <b>AM – TOTAL</b>       |             | <b>07</b>       | <b>09</b>      | <b>256</b>                              | <b>270</b>                      |                      |          |
| Rio Branco              | Rio Branco  | 03              | 03             | 113                                     | 115                             | 24 a                 |          |
| <b>Total Geral</b>      |             | <b>10</b>       | <b>12</b>      | <b>369</b>                              | <b>385</b>                      | 29/03/2010           |          |

Quadro 14: Amostragem da Aplicação Survey2 com os Alunos do PJU, Amazonas e Rio Branco.

Fonte: GETRA. Relatório Anual do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano - Região Norte II, 2009.

| Coordenação 2ª. Entrada | Municípios  | Qtd. de Núcleos | Qtd. de Grupos | Qtd. de aplicações previstas<br>Educadores | Qtd. de Questionários aplicados | Período de Aplicação | Situação |
|-------------------------|-------------|-----------------|----------------|--|---------------------------------|----------------------|----------|
| Amazonas                | Irlanduba   | 02              | 02             | 08   | 08                              | 08 a<br>19/03/2010   | Lançados |
|                         | Itacoatiara | 03              | 03             | 11   | 12                              |                      |          |
|                         | Manacapuru  | 02              | 02             | 08   | 08                              |                      |          |
| <b>AM – TOTAL</b>       |             | <b>07</b>       | <b>07</b>      | <b>27</b>                                  | <b>28</b>                       |                      |          |
| Rio Branco              | Rio Branco  | 03              | 03             | 12   | 12                              | 24 a                 |          |
| <b>TOTAL GERAL</b>      |             | <b>10</b>       | <b>10</b>      | <b>39</b>                                  | <b>40</b>                       | 29/03/2010           |          |

Quadro 15: Amostragem da Aplicação Survey2 com os Educadores do PJU, Amazonas e Rio Branco.

Fonte: GETRA. Relatório Anual do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano - Região Norte II, 2009.



| Coordenação Municipal | Zona             | Qtd. de grupos | Qtd. de aplicações prevista | Qtd. de questionários aplicados | Qtd. de questionários lançados |
|-----------------------|------------------|----------------|-----------------------------|---------------------------------|--------------------------------|
| Manaus                | Leste I          | 07             | 211                         | 223                             | 216                            |
|                       | Sul              | 03             | 93                          | 98                              | 89                             |
|                       | Leste II         | 07             | 208                         | 222                             | 208                            |
|                       | Oeste/Centro-Sul | 05             | 155                         | 146                             | 143                            |
|                       | Norte            | 07             | 211                         | 223                             | 222                            |
| <b>TOTAL</b>          |                  | <b>29</b>      | <b>878</b>                  | <b>912</b>                      | <b>878</b>                     |
|                       |                  |                |                             |                                 |                                |
| Porto Velho           | Norte            | 01             | 31                          | 45                              | 41                             |
|                       | Sul              | 03             | 93                          | 86                              | 71                             |
|                       | Leste            | 07             | 200                         | 236                             | 219                            |
| <b>TOTAL</b>          |                  | <b>11</b>      | <b>324</b>                  | <b>367</b>                      | <b>331</b>                     |

Quadro 16: Survey I 3ª Entrada - Quantidade de aplicação por zona.

Fonte: GETRA. Relatório Anual do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano - Região Norte II, 2009.

É salutar informar que os dados e informações coletados por este GT serão traduzidos em pesquisas cujas dimensões e Universidades responsáveis encontram-se representadas no quadro n° 1, sendo seus resultados publicados posteriormente pela Coordenação Nacional.

Para finalizar, o primeiro capítulo da presente pesquisa buscou desvelar o desenho do Programa ProJovem Urbano bem como descrever as atividades do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa Projovem Urbano e seus três subsistemas e os resultados das ações de Monitoramento e Avaliação realizadas pela equipe do SMA-PJU na Região Norte II, com vistas a demonstrar a relevância no ato de avaliar um programa local.

## CAPÍTULO II

### DESCRIÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

Ao se adotar uma metodologia, um caminho, um percurso global de espírito, o percurso muitas vezes é reinventado em cada etapa. Precisamos, então, não somente de regras e sim de muita criatividade e imaginação.

Silva, 2001

Minayo (2009) afirma que a pesquisa é a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. Trata-se de uma prática teórica que visa relacionar pensamento e ação, pois “nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (p. 16). Além disso, toda investigação se inicia por uma questão, por um problema frente à realidade e a resposta a esse pensamento geralmente se vincula a conhecimentos anteriores ou demanda a criação de novos referenciais. (idem, p.16).

A pesquisa enquanto atividade básica da ciência é entendida como a “própria geração de conhecimento, visto que é uma atividade científica pela qual descobrimos a realidade” (MICHEL, 2005, p.31).

Portanto, segundo Gil (2002), como toda atividade racional e sistemática, a pesquisa exige que as ações desenvolvidas ao longo de seu processo sejam efetivamente planejadas. Nesse sentido, a metodologia torna-se fundamental, pois é o “processo no qual se articulam, de forma encadeada, conceitos e referenciais teóricos, com procedimentos práticos, sistematizados e organizados dentro de determinados objetivos e resultados que se pretende alcançar”.<sup>19</sup>

Além disso, destaca-se neste estudo a pesquisa exploratória, pois esta teve como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses.” (GIL, 2002, p. 41). Assim, esta pesquisa visou principalmente o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento foi bastante flexível, de modo a possibilitar a consideração dos mais variados aspectos dos fatos estudados. (idem, p. 41). Além disso, de acordo com Marsiglia (p. 385):

A pesquisa exploratória permite uma aproximação de tendências que estão ocorrendo na realidade, para as quais não temos ainda conhecimento sistematizado nem bibliografia consolidada. Nestas condições é preciso consultar pessoas que tenham alguma experiência prática em relação ao tema ou que elaboraram alguma observação, ainda que inicial, sobre os fenômenos que estão ocorrendo.

---

<sup>19</sup> Projeto Indicadores da Ação para a Cidadania e Democracia: Metodologia de Construção de Sistema de Indicadores. GT Indicadores Plataforma Contrapartes Novib. Outubro de 2001.

Assim sendo, o presente estudo exploratório foi perpassado por três fases distintas, mas intrinsecamente articuladas, a saber: pré-implementação, implementação e pós-implementação, quais sejam:

➤ Fase 1: Pré-implementação: Nesta fase foi realizada a elaboração do projeto de pesquisa que contemplou como etapas: a) seleção do material a ser consultado; b) levantamento da bibliografia; c) levantamento documental; d) fichamento e discussão dos textos selecionados que subsidiaram a construção do projeto, bem como dos instrumentais de coleta de dados e informações; e) seleção do lócus de investigação, assim como a seleção dos sujeitos em potenciais, pré-teste;

➤ Fase 2: Implementação: Este foi o momento da pesquisa de campo que teve como objetivo obter informações e/ou conhecimento acerca do problema de pesquisa. O Trabalho de campo consistiu em levar para a prática empírica a construção teórica elaborada na primeira etapa. Sabe-se que a pesquisa de campo não deve ser entendida como uma simples coleta de dados e informações, pois isto é apenas uma de suas fases, mas, sim, requer diversos/vários procedimentos.

Assim, utilizou-se como técnica de coleta de dados e informações no presente estudo:

a) análise documental dos dados do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano como parte do processo de conhecimento e identificação do problema em estudo. Nesta análise foram utilizados os dados do Relatório Anual de 2009 e 2010 do SMA/PJU<sup>20</sup>. Trata-se, portanto de uma técnica de observação indireta, pois buscou coletar dados secundários acerca do objeto de estudo, ou seja, dados de acervo já existentes;

b) observação direta que objetivou a coleta de dados/informações primários<sup>21</sup> e que foi realizada a partir da abordagem de pesquisa quanti-qualitativa apreendidas como complementares e indissociáveis, a partir da aplicação de um questionário (APÊNDICE A, B e C) com questões abertas e fechadas que foi aplicado com os membros que compõe o SMA do ProJovem Urbano na Região Norte II.

Ressalta-se que o questionário de coleta de dados foi enviado por e-mail aos sujeitos da pesquisa juntamente com a carta de apresentação da pesquisa (APÊNDICE D) e o Termo de Consentimento livre Esclarecido - TCLE (APÊNDICE E). A pesquisa de campo foi realizada no mês de maio de 2011 e teve como objetivo compreender o entendimento sobre as ações de monitoramento e avaliação dos coordenadores e executores do SMA-PJU na Região Norte II.

Os sujeitos em potenciais da presente pesquisa foram os coordenadores e executores do SMA-PJU na Região Norte II, compreendendo os estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia.

---

<sup>20</sup> Os dados do Relatório Anual de 2009 correspondem a 2ª Entrada e do Relatório Anual de 2010 corresponde a 3ª Entrada do ProJovem Urbano na Região Norte II.

<sup>21</sup> Produção primária de dados, isto é, quando o pesquisador produz o dado na interação direta com os sujeitos através de entrevistas, observações, aplicação de questionários. (MINAYO, 2009, p.49).

Assim, os sujeitos em potenciais de pesquisa foram: 100% representantes da Coordenação Nacional; 100% dos representantes das Coordenações Executivas e Pedagógicas do SMA (município e estado) e 100% dos representantes da Coordenação do SMA/PJU na Região Norte II. Contudo, no decorrer da pesquisa de campo, obteve-se retorno de 06 (seis) questionários o que constitui um universo 30% sujeitos reais de pesquisa, conforme o quadro a seguir:

| <b>SUJEITOS DA PESQUISA</b>  |                            |   |                               |                                   |
|--|----------------------------|---|-------------------------------|-----------------------------------|
| <b>Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano - Região Norte II</b> |                            |   |                               |                                   |
|  | <b>Campo de observação</b> | <b>Representantes</b>                   | <b>Sujeitos em potenciais</b> | <b>Sujeitos reais da pesquisa</b> |
| <b>SMA REGIÃO NORTE II</b>   | <b>NACIONAL</b>            | Coordenação Nacional do Projovem Urbano | 02 (dois)                     | 01 (um)                           |
|  | <b>AMAZONAS</b>            | Coordenação do SMA PJU RN II            | 01 (um)                       | 01 (um)                           |
|  | Estadual                   | Coordenação Executiva do SMA PJU RN II  | 01 (um)                       |                                   |
|  |                            | Coordenação Pedagógica do SMA PJU RN II | 01 (um)                       |                                   |
|  | Municipal                  | Coordenação Executiva do SMA PJU RN II  | 01 (um)                       | 01 (um)                           |
|  |                            | Coordenação Pedagógica do SMA PJU RN II | 01 (um)                       | 01 (um)                           |
|  | <b>ACRE</b>                | Subcoordenação do SMA PJU RN II         | 01 (um)                       |                                   |
|  | Estadual                   | Coordenação Executiva do SMA PJU RN II  | 01 (um)                       |                                   |
|  |                            | Coordenação Pedagógica do SMA PJU RN II | 01 (um)                       |                                   |
|  | Municipal                  | Coordenação Executiva do SMA PJU RN II  | 01 (um)                       | 01 (um)                           |
|  |                            | Coordenação Pedagógica do SMA PJU RN II | 01 (um)                       | 01 (um)                           |
|  | <b>RONDÔNIA</b>            | Subcoordenação do SMA PJU RN II         | 01 (um)                       |                                   |
|  | Estadual                   | Coordenação Executiva do SMA PJU RN II  | 01 (um)                       |                                   |
|  |                            | Coordenação Pedagógica do SMA PJU RN II | 01 (um)                       |                                   |
|  | Municipal                  | Coordenação Executiva do SMA PJU RN II  | 01 (um)                       |                                   |
|  |                            | Coordenação Pedagógica do SMA PJU RN II | 01 (um)                       |                                   |
|  | <b>RORAIMA</b>             | Subcoordenação do SMA PJU RN II         | 01 (um)                       |                                   |
|  | Municipal                  | Coordenação Executiva do SMA PJU RN II  | 01 (um)                       |                                   |
| Coordenação Pedagógica do SMA PJU RN II  |                            | 01 (um)                                 |                               |                                   |
| <b>TOTAL:</b>  |                            |   | 20 (vinte)                    | 06 (seis)                         |

Quadro 17: Sujeitos da pesquisa.

FONTE: Elaboração própria, 2010.

Ressalta-se que as falas dos pesquisados serão identificadas da seguinte forma no decorrer deste relatório: Coordenação Nacional – (CN), Coordenação Local Pedagógica Manaus – (CLP Manaus), Coordenação Local Executiva Manaus – (CLE Manaus), Coordenação Local Pedagógica Acre – (CLP Acre).

➤ Fase 3: Pós-implementação: Tratou-se do ápice do presente estudo, visto que nesse momento foram analisados os dados/informações coletados a partir do rigoroso referencial teórico construído no sentido de responder aos objetivos que nortearam o projeto em sintonia com sua proposta teórico-metodológica. Tal esforço buscou edificar um conhecimento acerca do Sistema de

Monitoramento e Avaliação do Programa Projovem Urbano na regional Norte II, com a finalidade de fornecer análises críticas que contribuam para a melhoria e/ou aperfeiçoamento deste sistema na busca por fortalecer as políticas públicas direcionadas para a juventude em nosso país.

Diante do exposto, percebe-se que, a pesquisa é um ciclo que não se fecha, pois toda pesquisa produz conhecimento e gera novas indagações. Enfim, objetivou-se a partir desse traçado metodológico edificar um estudo que compreende um “questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade no sentido teórico e prático” (DEMO, 1996, p.34). Assim, o capítulo a seguir revela os resultados finais que foram obtidos no decorrer da pesquisa ancorando-se em todo o material coletado e articulando esse material aos propósitos da pesquisa e à sua fundamentação teórica.

### CAPÍTULO III

## DISCUSSÕES E RESULTADOS: CONHECENDO A FILIAÇÃO TEÓRICA E A EFETIVIDADE DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJOVEM URBANO

A ética não é uma fiacre que se pode mandar parar para subir ou descer à vontade em função da situação.

Weber.

A assertiva acima dá o tom do presente estudo, pois o ato de investigar sobre uma realidade que se quer conhecer é o ponto de partida e de chegada na busca indelével de aprimorar e qualificar as políticas públicas na atualidade. Assim, inicia-se a partir de uma discussão teórica acerca dos estudos sobre a avaliação e do monitoramento, se compreender o que caracteriza os sistemas de monitoramento e avaliação das políticas públicas no Brasil, e mais especificamente do Programa ProJovem Urbano na Região Norte II. Em seguida apresenta-se a filiação teórica que mais se aproxima deste sistema, bem como a comparação da proposta teórico-metodológica do programa com sua efetivação, como intento de contribuir com futuros estudos sobre o tema e o aprimoramento das ações do programa.

O Sistema de monitoramento e avaliação do Programa ProJovem Urbano permite identificar as fragilidades/limitações e potencialidades do programa, de modo que as atividades sejam reorganizadas, alteradas ou potencializadas, sem que acarretem prejuízos ao desenvolvimento do programa, de forma que venham proceder ou assegurar sua eficiência e eficácia.

Por outro lado, sabe-se que a avaliação e o monitoramento das políticas públicas devem permitir um maior conhecimento sobre as necessidades e características do público-alvo, bem como as condições operacionais de implantação das ações, mediante o exame de dados secundários provenientes de adequados sistemas de informação gerenciais ou estudos específicos *ex-ante*, quando possível. Assim, os problemas que fossem detectados seriam analisados de modo que contribuíssem para o aprimoramento dessas políticas, modificando quando necessário, seu conteúdo e sua metodologia, buscando constante aperfeiçoamento. (ARRETCHE, 2007).

No entanto, nem sempre isso ocorre, pois muitas vezes os atores envolvidos na execução das políticas públicas não as executam conforme seu desenho teórico-metodológico, aqui o que importa não é necessariamente o interesse social, e sim apenas o interesse ético-político de cada executor.

Por isso, quando se procura compreender como está sendo criado, alimentado e desenvolvido o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa ProJovem Urbano na Região Norte II, procura-se também refletir sobre o trabalho desenvolvido pelas Instituições Regionais, ações e projetos,

possibilitando a coordenadores e executores desse sistema a apropriação com consistência e coerência da realidade, aumentando assim as possibilidades de intervenção sob a ótica da democracia, da cidadania e da justiça social. Nesse sentido, a produção e divulgação de avaliações rigorosas, tecnicamente bem feitas, permitem o exercício de um importante direito democrático: o controle sobre as ações de governo.

Além disso, a avaliação configura-se como um possível instrumento que pode ser utilizado por segmentos sociais organizados para o fortalecimento da pressão social sobre o Estado no sentido de conquistas de direitos sociais, haja vista as informações de que a avaliação pode gerar e publicizar sobre políticas e programas sociais. Deste modo, “podendo realimentar decisões públicas e lutas sociais por cidadania, rumo à construção de uma sociedade justa e mais igualitária”. (SILVA, 2009, p. 17).

A avaliação de programas e políticas consiste num instrumento capaz de proporcionar a compreensão das efetivas modificações ocorridas no contexto onde as mesmas operam, uma vez que os processos avaliativos constituem-se em importantes instrumentos de visibilidade acerca de programas executados, a partir de incentivos públicos.

Assim, pode-se afirmar que a avaliação é um processo sistemático de análise de uma política, atividade, fatos, ou coisas que admitam compreender, de forma contextualizada, as dimensões e implicações, e tem como intuito estimular o aperfeiçoamento dos objetivos e metas das políticas e de ações avaliadas (AGUILAR E ANDER-EGG, 1994). Portanto, a avaliação transcende a concepção de fiscalização, contribuindo para uma perspectiva de aprendizagem individual e coletiva, aperfeiçoando e fortalecimento de ações de intervenção. No que tange ao monitoramento das políticas públicas e sociais, este tem como inquietação central o funcionamento/execução das ações de um programa/projeto, constituindo-se como fonte de informação o planejamento e a execução das atividades.

No que se concerne ao conceito de avaliação das ações governamentais, esta surge com as transformações no papel do Estado, especialmente devido ao esforço de reconstrução após a Segunda Guerra Mundial, à adoção de políticas sociais e à conseqüente necessidade de analisar os custos e as vantagens de suas intervenções. (RUA, 2000).

No Brasil, o que se pode observar é que a avaliação de políticas e programas sociais é registrada a partir dos anos de 1980, quando os movimentos sociais passam a demandar políticas sociais universalizadas, enquanto um direito de cidadania. Nos anos 1990, a avaliação continua a se desenvolver, mas agora no contexto da reforma do Estado, seguindo uma tendência internacional para adaptação do país ao novo ordenamento do capitalismo mundial. (SILVA, 2009).

Diante desse contexto, a avaliação passou a ser utilizada principalmente como mecanismo de Controle Social das Políticas Públicas pelo Estado, visando eficiência dos gastos públicos e eficácia dos programas sociais. A avaliação de políticas e programas sociais passa a se caracterizar como um esforço consciente de governo para mudar o comportamento ou desempenho de uma política ou programa, cujo objetivo mais destacado é oferecer informações para decisores políticos sobre o impacto de medidas públicas orientadas para mudanças de comportamento e situações (produção de resultados ou impactos). (SILVA, 2009).

O crescente interesse dos governos nos estudos de avaliação está relacionado às questões de efetividade, eficiência, accountability<sup>22</sup> e desempenho da gestão pública, já que estes estudos constituem-se em ferramenta para gestores, formuladores e implementadores de programas e políticas públicas. As avaliações de políticas e programas permitem que formuladores e implementadores tomem suas decisões com maior conhecimento, maximizando o resultado do gasto público, identificando êxitos e superando pontos de estrangulamento. (CUNHA, 2006).

No Brasil, a importância da avaliação das políticas públicas é reconhecida em documentos oficiais e científicos, mas o que se pode observar é que esse reconhecimento formal ainda não se traduz em processos de avaliação sistemáticos e consistentes que subsidiem a gestão pública. (RUA apud HARTZ et POUVOURVILLE, 1998). Esse consenso no plano do discurso, não se produz automaticamente na apropriação dos processos de avaliação como ferramentas de gestão, pois frequentemente a tendência é percebê-los como um dever, ou até mesmo como uma ameaça, impostos pelo governo federal ou por organismos financiadores internacionais.

Conforme RUA (apud MOKATE, 2002) há quatro desafios prioritários para construir um processo de avaliação aliado a gerência social:

1. A definição de um marco conceitual da intervenção que se pretende avaliar, indicando claramente objetivos, resultados e as supostas relações casuais que orientam a intervenção, pois quando não se sabe onde e como se quer chegar, torna-se muito difícil avaliar nosso desempenho;
2. A superação da brecha entre o “quantitativo” e o “qualitativo” na definição de metas e objetivos e na própria avaliação, gerando complementaridade e sinergia entre eles;
3. A identificação de pactuação de indicadores e informações relevantes, levando em conta o marco conceitual e as diversas perspectivas e interesses dos autores envolvidos;
4. A definição e manejo efetivo de fluxos da informação gerada pelo processo avaliativo e a

---

<sup>22</sup> Mecanismos que possibilitem a responsabilização daquelas pessoas que ocupam cargos públicos sejam eleitos ou não, por seus atos à frente das instituições do Estado. Podendo ser entendida como a prestação de contas dessas mesmas pessoas perante a sociedade. (FERREIRA, 2003).



introdução de estratégias de incentivos que promovam o uso dessa informação.

Compreende-se que para uma cultura gerencial que incorpore uso efetivo da avaliação ao ciclo de gestão, há de se ter em vista algumas condições, conforme Rua (apud Mokate, 2002):

- a) Incentivar a flexibilidade e a inovação como mecanismos para assegurar o alcance de objetivos máximos desejados e tolerar o erro para promover ajustes e mudanças de opções;
- b) Permitir que, dentro da organização, os que têm a informação possam fazer dela, inclusive disseminá-la, em função dos objetivos pretendidos;
- c) Definir “valores objetivos” e “valores de referência” que facilitem a interpretação da informação;
- d) Adotar incentivos organizacionais e gerenciais que favoreçam o uso da informação (premiação ou reconhecimento por mérito ou alcance de resultados);
- e) Estabelecer mecanismos de ajuste para realocação de recursos humanos, físicos e financeiros, redefinição de estratégias operativas e modificações nos produtos e serviços para alcançar os objetivos desejados
- f) Vincular os indicadores ou informações com os processos decisórios;
- g) Especificar “pontos de decisão”, fixando prazos e “valores objetivos” para alguns indicadores;
- h) Comprometer os gestores e suas equipes com o alcance de metas através de pactos e contratos de gestão ou desempenho.

A partir disso, percebe-se que o processo de avaliação de programas constitui, por si só, um eficiente instrumento de transformação e modernização da gestão governamental. Assim, pode-se questionar até que ponto os formuladores e gestores de Políticas Públicas estão cientes da importância da Avaliação na execução dessas políticas. Assim, a nova realidade exige que se reavalie a forma de atuação do Estado, seu papel frente à sociedade, adotando princípios mais adequados de gestão, que aumentem a eficiência da ação estatal, sem abandonar a eficácia e o papel de coordenação das políticas econômicas e sociais.

Sabe-se que a bibliografia de avaliação e monitoramento é bastante ampla, admitindo diferentes conceitos e concepções, visto que as ações e/ou atividades de monitoramento e avaliação são relativamente novas no campo do desenvolvimento. BUVINICH (2006, p.5) afirma que:

Freqüentemente, o conceito e as funções da *avaliação* são confundidas com as de *monitoramento* e não existe um consenso quanto ao uso e significado de uma série de termos, tais como, impacto, efeito, produtos, atividades, resultados, metas, sustentabilidade, entre outros. Ao mesmo tempo, os termos *monitoramento e avaliação* (M&A) são usados numa variedade de contextos, o que confunde e dificulta o desenho de sistemas de informação para M&A de programas e projetos sociais.

Além disso, o conceito de monitoramento encerra uma ambigüidade e pode se referir a dois processos distintos, ainda que interligados. Por um lado o acompanhamento dos programas envolve uma atividade interna da organização, um procedimento “à distância”, e por outro, o monitoramento também se refere a processos “presenciais” que acabam constituindo um tipo de pesquisa rápida, qualitativa, por meio da qual gestores e pesquisadores podem verificar como a implementação está sendo realizada, além de verificar que problemas estão interferindo nas ações, processos e consecução dos objetivos previstos. (et. al, 2006).

Neste contexto, a avaliação costuma ser realizada por meio de estudos específicos que procuram analisar aspectos como relevância, eficiência, efetividade, resultados, impactos ou a sustentabilidade de programas e políticas, segundo aquilo que foi definido em seus objetivos. A depender dos objetivos e do objeto da avaliação, os estudos podem utilizar diferentes metodologias e se referir a distintos campos do conhecimento. Uma boa prática na área de avaliação de políticas e programas sociais é a realização de estudos interdisciplinares e que combinem metodologias quantitativas e qualitativas, para que se possa correlacionar diferentes dimensões de um programa ou política. (et. al, 2006).

Na condução da presente pesquisa optou-se pela seguinte definição desses conceitos:

| <b>AVALIAÇÃO</b>  | <b>MONITORAMENTO</b>   |
|---|--|
| “Trata-se do exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple o seu desempenho, implementação e resultado, com vistas à determinação de sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e a relevância de seus objetivos”. Além disso, “o propósito da avaliação é guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa”. (et. al apud UNICEF, 1990, p.972). | “Busca a adequação entre o plano e sua execução. Trata-se de avaliar a eficiência. É o fazer certo as coisas, posto que as atividades de monitoramento permitem intervir no processo da execução, corrigindo os rumos cada vez que desvios são detectados. É comum o entendimento que “corrigir rumos” significa interferir apenas no conteúdo do programa. Na maioria das vezes, esta intervenção exige iniciativa, criatividade e busca de soluções alternativas aos entraves surgidos no processo de implementação. (et. al apud FARIA, 2006, p.44-45). |

Quadro 18: Definição do conceito de Avaliação e Monitoramento.

Fonte: Pesquisa Documental, 2011.

Além disso, no que se refere à determinação do tempo acerca de Monitoramento e Avaliação, este estudo ancora-se:

| DETERMINAÇÃO DO TEMPO  |   |   |
|--|---|---|
| AValiação  | MONITORAMENTO   | AValiação DE IMPACTO  |
| Periodicamente   | Frequentemente  | Usualmente (próximo ou após o término de uma intervenção).                                    |
| NIVEL ANALÍTICO  |   |   |
| Analítica e examina os processos   | Primordialmente descritivo, registrando insumos, resultados e atividades. | Primordialmente analítica e se preocupa mais com resultados a longo prazo.                    |
| ESPECIFICIDADE   |   |   |
| Compara um determinado plano e seus resultados, mas contempla também os processos. | Muito específico e compara um determinado plano e seus resultados.        | Menos específica e, além do mais, leva em consideração as influências e ocorrências externas. |

Quadro 19: Linha do tempo do processo de M&A.

FONTE: ROCHE, Chris. Avaliação de Impacto dos Trabalhos de ONGs – Aprendendo a valorizar as mudanças. São Paulo Cortez; ABONG; Oxford, Inglaterra: Oxford, 2002, p. 44.

De acordo com Belloni (2007) o objetivo da avaliação de políticas públicas é conhecer seus fatores positivos, apontar seus equívocos e insuficiências, buscando seu aperfeiçoamento. Tal pressuposto coaduna-se com o entendimento que avaliar é apreender. Ou seja, de acordo com a autora, a avaliação é um processo sistemático de análise de uma política que permite compreender, de forma contextualizada, as suas dimensões e implicações, e tem como finalidade estimular o aperfeiçoamento dos objetivos e metas das políticas e ações avaliativas.

Em seu estudo *Avaliação de Programas Sociais: evoluções e tendências*, Faria (1996) destaca a especificidade da avaliação, onde esta possui pelo menos três dimensões,

- Do ponto de vista *metodológico*, a avaliação é uma atividade que obtém, combina e compara dados de desempenho com um conjunto de metas escalonadas;
- Do ponto de vista de sua *finalidade*, a avaliação responde a questões sobre a eficácia/efetividade dos programas e, neste sentido, sua tarefa é *julgar e informar*;
- Do ponto de vista de seu *papel*, a avaliação detecta eventuais falhas e afere os méritos dos programas *durante sua elaboração*. Nesse sentido, sua tarefa é *formativa*, permitindo a correção ou confirmação de rumos.

Ainda segundo Faria (1996) pode-se classificar os estudos de avaliação em, pelo menos quatro tipos. O primeiro, conhecido como *ex-ante*, consiste no levantamento das necessidades e estudos da factibilidade que irão orientar a formulação e o desenvolvimento do programa. Inclui a definição de seus objetivos, no âmbito de aplicação, caracterização dos beneficiários e suas necessidades.

O segundo tipo de avaliação inclui atividades destinadas ao acompanhamento e *monitoramento* dos programas. De acordo com Ávila (2001), é importante ressaltar não só o acompanhamento avaliativo da ação, mas também o monitoramento, objetivando aumentar consensos e corrigir distorções durante o próprio desenvolvimento do projeto. Assim, a avaliação deve abarcar:

O processo decisório sobre o projeto; sua implementação; a coerência entre objetivos, estratégias e resultados; a correlação entre resultados previstos e resultados atingidos; a capacidade de inovação e adequação do projeto às demandas; a flexibilidade para introduzir alternativas com maior eficácia; e a cobertura e avanço nos padrões de qualidade almejados pelos usuários das ações das organizações. (ÁVILA, 2001. p. 65).

Faria (1996), expõe o terceiro tipo de avaliação como *avaliação formativa, avaliação de processos ou de eficácia* e tem por objetivo fazer as coisas certas. Este acompanhamento inclui o diagnóstico das eventuais falhas dos instrumentos, procedimentos, conteúdos e métodos, bem como da adequação ao público-alvo e do impacto do programa, aumentando sua adequação aos seus objetivos e metas.

O quarto conjunto é identificado como *avaliação somativa, de resultado, ou ex-post*. Onde, envolve estudos comparativos entre programas rivais, subsidia a decisão e avalia, principalmente, a maior ou menor *efetividade* de diferentes “tratamentos” oferecidos ao grupo-alvo. Seu objetivo primordial é permitir a escolha do melhor programa para alcançar as metas de médio e longo prazo. (FARIA, 1996).

Cabe destacar os critérios analíticos básicos de avaliação: eficiência, eficácia e efetividade social. Por avaliação de eficiência entende-se o grau de aproximação e à relação entre o previsto e o realizado, no sentido de combinar os insumos e implementos necessários à consecução dos recursos utilizados visados. No que refere à avaliação de eficácia, esta corresponde ao resultado de um processo, entretanto contempla também a orientação metodológica adotada e a atuação estabelecida na consecução de objetivos e metas, em um tempo determinado, tendo em vista o projeto proposto. Já a avaliação de efetividade, tem a ver com os resultados objetivos e práticos da política junto aos setores sociais visados. (BELLONI, 2007).

Ressalta-se, de acordo com Ávila (2001), que a avaliação e o monitoramento devem envolver: os objetivos e o público-alvo a que se destina a ação; o processo decisório sobre o projeto; a densidade do projeto, isto é, sua capacidade de inovação e adequação às demandas; sua flexibilidade e sagacidade para introduzir alternativas de maior eficácia no alcance dos resultados e impactos; a coerência entre os objetivos, as estratégias e os resultados propostos pelo projeto; sua competência para garantir o avanço nos padrões de qualidade almejados pelos usuários das ações das organizações; os sistemas gerenciais adotados e a capacidade de otimizar recursos e competências organizacionais; bem como sensibilidade para perceber disfunções geradas pela presença de fatores novos ou imprevistos e a consequente capacidade de reação ou adequação às novas situações impostas pela dinâmica da realidade.

Nesta linha de pensamento, entende-se que as organizações devem assumir a avaliação como procedimento que lhes permita aprimorar suas ações e manter uma relação de transparência com seu

público alvo, no que tange a seus propósitos, processos e resultados. Mas o que se observa é que muitas vezes a avaliação é percebida meramente como uma etapa do planejamento, como um procedimento burocrático. Diante disso, é preciso mudar essa percepção reducionista da avaliação e apreendê-la como um dos processos indispensáveis na melhoria das decisões e ações no campo social. (ÁVILA, 2001).

De acordo com Arretche (2007):

Somente a avaliação de programas efetivamente implementados poderá estabelecer uma relação causal entre uma determinada modalidade de política pública e o sucesso ou fracasso na realização de seus propósitos, ou ainda entre esta política e um dado resultado ou impacto sobre a situação social prévia à sua implementação. (...) O objetivo da avaliação é realimentar ações, buscando aferir resultados e impactos na alteração de qualidade de vida da população, bem como redimensionar as opções tomadas (p.31).

Para tanto, é válido destacar os motivos para introduzir a avaliação como procedimento cotidiano das organizações governamentais (OGs) e organizações não-governamentais (ONGs) que operam no campo social:

- A avaliação é um dever ético. As organizações que atuam na esfera pública precisam apresentar à sociedade os resultados/ produtos de sua ação. Diante da difícil correlação entre os altos índices de demandas trazidos pela situação de pobreza, desigualdade e exclusão social e a insuficiente oferta de serviços sociais, a probidade e a racionalização com relação aos recursos e a obtenção de impactos na intervenção social passam a ser exigência preponderante. Espera-se dessas organizações eficiência, eficácia e equidade na prestação de serviços de interesse do cidadão.
- A avaliação tem importância estratégica para acompanhar o comportamento das ações sociais e realimentar decisões e opções políticas e programáticas. A escolha de prioridades a serem atendidas e de alocação de recursos, quando baseada em dados, pode se voltar a demandas realmente relevantes e coletivas.
- A avaliação tornou-se imprescindível para captar recursos. Cada vez mais as agências financiadoras exigem dados avaliativos dos resultados e impactos dos serviços. (ÁVILA, 2001, p. 61).

Belloni (2007) ensina que avaliar significa ir além do que está instituído, visto que avaliar é compreender as ações/atividades desenvolvidas a fim de aperfeiçoar tais ações. Além disso, o resultado do ato de avaliar é de extrema importância não apenas para os formuladores das políticas, mas, acima de tudo para todos os setores sociais envolvidos e atingidos por essa ação. Trata-se, deste modo, de avaliação tanto de processos como de resultados, pois, contempla seu objeto nos seguintes aspectos: formulação e desenvolvimento, ações implementadas e resultados alcançados. Não se trata, portanto, de examinar comparativamente o proposto e o realizado. Há de se ter em vista que a avaliação deve subsidiar o processo de formulação e implementação de uma política, desta forma, oferecer elementos para o sistemático aperfeiçoamento das atividades da área.

No tange à definição de avaliação política, Arretche (2007), recorre a Figueiredo e Figueiredo (1986), onde, por avaliação política entende-se “a análise e elucidação do critério ou critérios que

fundamentam determinada política: as razões que a tornam preferível a qualquer outra” (p.30). Já por análise de políticas públicas, a autora conceitua da seguinte forma: “Por análise de políticas públicas, entende-se o exame da engenharia institucional e dos traços constitutivos dos programas. Qualquer política pública pode ser formulada e implementada de diversos modos.” (p.30).

Assim, compreende-se que a análise de políticas públicas busca reconstituir estas diversas características, de forma a apreendê-las em um todo coerente e compreensível. Ou seja, de forma a dar sentido e entendimento ao caráter errático da ação pública<sup>23</sup>.

Com base nestas reflexões, pode-se perceber que a avaliação é parte essencial da formulação e implementação dos programas sociais. No entanto, a grande gama de programas e projetos sociais não têm tido um monitoramento sistemático e as avaliações realizadas raramente permitem traçar a causalidade dos resultados e tirar lições que sirvam para melhorar o gerenciamento e aprender para o desenho de novas intervenções. Segundo Buvnich (2006):

Com raras exceções, pode-se assinalar que as políticas sociais e a maioria dos programas e projetos que fazem parte destas não recebem nenhuma avaliação. Quando, excepcionalmente, uma é realizada, trata-se, na sua maioria, de trabalhos descritivos com escassa análise avaliativa que permita julgar os méritos de uma determinada intervenção e tirar lições para ajustar e/ou reorientar os programas em andamento, ou melhorar o desenho de futuras iniciativas. (idem, p.6).

Nesse sentido, é vital destacar que o ProJovem Urbano nasce com um Sistema de Monitoramento e Avaliação o que se constitui numa proposta de vanguarda acerca de Programa Social em nosso País, que precisa ser aprimorada e defendida.

Ainda de acordo com Buvnich (2006), assim, é salutar a observação que nas avaliações feitas em programas governamentais, não são enfatizados os aspectos relacionados com os efeitos (diretos e indiretos) e o impacto das intervenções sobre a população beneficiária, nem o grau de sustentabilidade das mesmas. Na maioria dos programas implementados pelo governo, não existe um mecanismo regulador que indique em que momento determinadas atividades, embora eficientes no uso de recursos, têm deixado de ser eficazes no alcance dos objetivos.

Portanto, há sempre de se ter em vista que a avaliação é um investimento e não um custo; é uma atividade de rotina intrínseca ao projeto e não um momento isolado ou externo ao processo; é uma fonte permanente de informação e de constante atualização da prática e não uma identificação do erro e do culpado. A avaliação deve ser operacionalizada sempre de forma participativa,

---

<sup>23</sup> A ação pública é caracterizada por incoerências, ambigüidades e incertezas em todos os estágios e em todos os momentos. Qualquer política pública é em grande parte um esforço de coordenação de forças centrífugas que operam no interior da própria máquina estatal e na sociedade. A formulação de políticas é com muita frequência marcada pelo fato de que os decisores não sabem exatamente o que eles querem, nem o resultado possível das políticas formuladas, bem como pelo fato de que as políticas adotadas são o resultado de um processo de negociação no qual o desenho original de um programa é substancialmente modificado. (ARRETCHE apud JOBERT & MULLER, 1987).

envolvendo todos os grupos interessados – gestores, executores, usuários, financiadores, tendo em vista estratégias que possibilitem o exercício do controle social (mecanismo valioso de democratização da gestão pública). (ÁVILA, 2001).

Retornando ao Projeto Pedagógico Integrado – PPI do ProJovem Urbano, a avaliação faz parte do processo de ensino e aprendizagem e, por isso, ela “antecede, acompanha e sucede o trabalho pedagógico em todos os momentos” (PPI, p. 70-71). O que fica exposto nos capítulos anteriores, com vistas a demonstrar de forma significativa, é que o ato de avaliar revela a necessidade do aperfeiçoamento do programa.

Urge que se consolide o processo de avaliação como um imperativo ético, com vista ao autoconhecimento do programa, bem como a melhoria do nível de informação sobre os processos e resultados alcançados (BELLONI, 2007).

Assim, cientes que a avaliação só se torna um dever, e não uma imposição, quando por ela fazemos uma opção (BRANDÃO, 2006, p. 5) é que se edificou o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa ProJovem Urbano cujo objetivo é o aperfeiçoamento das ações do programa buscando aprimorar o seu desempenho através um conjunto de práticas que realizam supervisão e monitoramento, avaliação da aprendizagem e avaliação do programa, tais como: planejamento das ações, observação direta, aplicação de questionários, além de realização de entrevistas e sistematização das informações numa base de dados organizada nos grupos de trabalho de Supervisão, Avaliação Externa e Avaliação do Programa.

Assim, objetivando atender os demais objetivos desse estudo buscou-se captar o entendimento dos pesquisados sobre a filiação teórica.

### **3.1 Filiação Teórica do Programa ProJovem Urbano: da discussão filosófica a percepção dos sujeitos da pesquisa.**

Buscando entender a filiação teórica do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa ProJovem Urbano, o presente estudo ancorou-se em duas vertentes: Comenius e La Salle, visto que a partir da institucionalização do exame no século XVII essas correntes se ramificam.

Sabe-se que com os princípios norteadores da prática do exame se expressam por meio da “qualidade da educação, eficiência e eficácia do sistema educativo, maior vinculação entre sistema escolar (entenda-se currículo) e necessidades sociais (entenda-se modernização e/ou reconversão industrial)” (ESTEBAN, 2002, p.53).

Garcia (1998) afirma que a avaliação sempre foi considerada uma atividade de controle que visava selecionar e, portanto, incluir alguns e excluir outros. Além disso, Barriga (1993) ensina que é

recente a denominação “avaliação” a uma prática que por muito tempo foi chamada de “exame”. Sendo assim, a reflexão do processo histórico sobre o ato de avaliar leva ao entendimento que a avaliação é algo recente, cujo primeiro embrião encontra-se na questão da utilização do exame, bem como “a prática avaliativa foi adotada desde o seu princípio como via de controle, destinada à seleção, ou seja, a inclusão de alguns e exclusão de outros. Mas esse termo “avaliação” é recente, pois por muito tempo usou-se o chamado ‘exame’” (SANTOS, 2008, p.2).

Foucault (1979) observa que o exame é um espaço que inverte as relações de saber em relações de poder. Em uma de suas obras mais conhecidas, *A microfísica do poder*, revela como se deu o uso da normalização nos séculos XVII e XVIII, estruturando relações de submissão, de objetivação e de normalização a partir da escola, visto que “o exame combina as técnicas de hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza” (p.26). Ou seja, funciona sob vigilância contínua e propõe supervisão permanente.

No século XVII surgem duas formas de institucionalizar o exame: uma vem de Comenius, em sua obra, *Didática Magna (1657)*, onde toma o exame como um problema metodológico, um lugar de aprendizagem e não de verificação de aprendizagem; outra, defendida por La Salle em sua obra, *Guia das Escolas Cristãs (1720)*, que propõe o exame como supervisão permanente.

Assim, se ancorado em Comenius, que “ao considerar o exame um problema metodológico, convida a repensar a prática pedagógica, a melhor ensinar para que “todos possam aprender tudo” conforme recomendava”. (2008, p. 27). O autor deixa claro que:

Jamais pretendeu que o exame levasse à promoção ou qualificação do aprendiz, o que efetivamente não aconteceu até o século XIX. Para Comenius, se o aluno não aprendesse, havia que se repensar o método, ou seja, o exame era um precioso auxílio a uma prática docente mais adequada ao aluno. (...). Os herdeiros de Comenius se preocupam em melhor “compreender o compreender”, ou seja, procuram compreender como compreendem os alunos e alunas aquilo que lhes é ensinado e, melhor compreendendo o processo de aprendizagem, podem avançar, incorporando esse conhecimento sobre o processo de aprendizagem a fim de melhor atuarem no processo de ensino. (GARCIA apud COMENIUS, PP. 27- 28).

Conforme Comenius, o exame está indissolavelmente ligado ao método e sua função consiste em ser a última parte do método que pode ajudar a aprender. Portanto, através do exame não se decide nem a promoção do estudante nem sua nota. Comenius fecha portas falsas à atuação docente, pois, quando o aluno não aprende, o autor recomenda que o professor revise seu método.

Segundo Barriga (1982):

Na Idade Média eram as corporações que preparavam os aprendizes tanto em sua formação conceitual como em seu exercício prático. É a escola do Estado nacional a que separa a preparação do indivíduo do exercício da profissão. Assim, a escola nacional utiliza o sistema de exames, que Comenius considerava como parte da metodologia de ensino, para configurar um espaço independente do método a partir do qual se decide



sobre a certificação do sujeito. A credencial educativa se encontra vinculada mais ao desenvolvimento do capitalismo do que às exigências inerentes às práticas educativas. (p.64)

Já as reflexões defendidas por La Salle em sua obra, *Guia das Escolas Cristãs (1720)*, “centra no aluno e no exame o que deveria ser o resultado da prática pedagógica, um complexo processo em que dois sujeitos interagem: um que ensina e outro que aprende” (p. 27). Assim, os herdeiros de La Salle:

(...) centram na avaliação/exame no aspecto de supervisão/controle, preocupando sobre tudo com o aprimoramento das técnicas de mensuração. Acreditam-se capazes da neutralidade e são ferrenhos defensores da objetividade. Para estes, o importante é medir os resultados do ato de ensinar naquele que aprende e naquilo que consideram importante ser aprendido, ou antes, memorizado. Simplificam um processo extremamente complexo, em que o próprio olhar e a própria pergunta influem na resposta de quem está sendo testado, reduzindo o processo ao resultado identificado, ao que denominam produto, também reduzido a números. (GARCIA apud LA SALLE, pág.29).

Os pressupostos anteriores permitem inferir que o sistema de avaliação instituído no Brasil acompanha o proposto por La Salle, ainda que talvez disso não se tenha consciência os que formulam esse sistema de avaliação, pois, conforme Garcia (1998):

Este sistema está sendo infligido ao sistema educacional brasileiro, desde as primeiras séries do ensino fundamental até a pós-graduação. Descarta uma cultura pedagógica produzida historicamente pelo coletivo de educadores e, enfatizando o aspecto meramente técnico da avaliação, reduz um complexo processo a números, quadros, médias, medianas, estatísticas. (p. 25).

Além disso, na história da construção da escola como se apresenta hoje, o exame foi perdendo a sua dimensão pedagógica e metodológica, como defendia Comenius e foi assumindo crescentemente a dimensão de controle preconizada por La Salle.

Haveria uma tendência de tentar resolver os problemas da educação sofisticando os testes, as provas, os exames, ou seja, reduzindo o problema da avaliação ao bom uso da estatística descritiva, deixando de lado a multiplicidade de aspectos presentes no processo ensino-aprendizagem e, apesar das “inovações”, pouca diferença se observa entre os antigos manuais de avaliação e as provas de hoje tão valorizadas e apresentadas como solução para o problema de uma escola “problemática”. (p. 34).

Segundo Garcia (1998), o exame deixou de ser um aspecto do método ligado à aprendizagem. Por outro lado, perverteu a relação pedagógica ao centrar os esforços de estudantes e docentes apenas na certificação. Esta inversão metodológica torna-se interessante, pois ela é praticamente desconhecida no debate nacional e internacional sobre o tema. As justificativas dadas por funcionários, professores, pais e inclusive pelos próprios “especialistas” no tema expressam esta

inversão de modo reducionista, apenas argumentam que através da melhoria “técnica” dos sistemas de exames a educação será melhor. De acordo com Barriga (1998):

A partir de toda esta situação se estruturou a pedagogia do exame. Uma pedagogia articulada em função da certificação, descuidando notoriamente dos problemas de formação, processos cognitivos e aprendizagem. Assim, no século atual, o debate sobre o exame transitou em direção aos testes e recentemente se fincou no termo avaliação. (pág.51).

Diante disso, conforme observa Barriga (1998), na atualidade toda noção de avaliação da aprendizagem remete a uma medição. Ou seja:

Nunca se analisou a possibilidade de medir uma qualidade (aprendizagem) em permanente evolução e transformação no sujeito. Nunca se analisou se um comportamento observável realmente manifesta um conjunto de acontecimentos internos no sujeito. Tampouco se estudaram as dificuldades para que os complexos processos do pensamento (suas sínteses, suas contradições, suas formulações não cognitivas) pudessem ser traduzidos e encontrassem uma palavra adequada para poder expressar-se. (pág. 58).

Côncio dessas premissas procurou-se captar a compreensão dos pesquisados acerca do conhecimento da filiação teórica do SMA/PJU, contudo não se obteve retorno, por parte dos pesquisados, conforme a fala abaixo:

“Quando entrei na Coordenação Nacional o desenho do SMA já estava pronto e não tive conhecimento” (CN).

Depreende-se da fala acima um desconhecimento por parte do pesquisado acerca da filiação teórica do SMA/PJU, visto que o Projeto Pedagógico Integrado – PPI do Projovem Urbano (2008) afirma que o sistema de avaliação do PJU combina a avaliação formativa processual e a avaliação externa. Assim, seria salutar que os envolvidos com o programa assumissem esse debate, com vistas a edificar um sistema de avaliação que se contraponha as formas de avaliações historicamente concebidas em nosso país, pois o PJU é um programa cuja proposta é uma metodologia diferenciada, já que:

O Projovem tem uma preocupação com o projeto pedagógico, a qualidade do material didático e a formação dos professores ou educadores. Pode ser caracterizado como uma forma de resgate educacional, formação profissional e comunitária de jovens que, em geral, não tiveram trajetórias escolares regulares ou bem sucedidas no sistema de ensino regular. Essas restrições são parte de um quadro geral sistêmico e histórico de exclusão social de uma grande parcela da população, que tende a gerar obstáculos ao pleno desenvolvimento dos jovens, limitando suas oportunidades de uma educação e formação profissional de qualidade, o que tem impactos muito negativos sobre a sua inserção no mundo do trabalho e sua probabilidade de construir uma trajetória de trabalho decente (OIT, 2009, p.116).

Outro ponto a ser destacado que dos sujeitos pesquisados, a fala acima foi a única sobre a questão o que nos remete a algumas questões: como se dá o processo de qualificação desses sujeitos

para atuarem no programa? Como implementar um programa que visa ter uma metodologia diferenciada, se os pressupostos, ou melhor, se não há um efetivo conhecimento acerca da filosofia que norteiam as ações? E ainda, como fazer “diferente” sem conhecer? Ora, sabe-se que sem fundamentos não existe procedimentos. Assim, essa discussão e apreensão por parte de todos é vital, pois não existe cisão entre pensar e fazer, assim o SMA deve ser uma construção coletiva, todos os envolvidos devem saber para além da mera operacionalização técnica do programa. Portanto, é papel das universidades propiciar tal debate, bem como edificar um programa de formação dos gestores envolvidos no sentido de produzir uma melhor efetividades das ações programadas.

### 3.2 Efetividade do Programa ProJovem Urbano na Região Norte II

Quando se fala em efetividade de políticas, programas e projetos sociais está se falando de mudanças junto aos reais demandatários das ações. Sendo assim, a efetividade relaciona-se ao impacto. Para melhor elucidar tais conceitos o quadro abaixo apresenta:

| CONCEITOS    | SIGNIFICADOS   |
|--------------|--|
| EFICIÊNCIA   | Refere-se à relação dos recursos utilizados nos programas com os resultados alcançados                   |
| CONSISTÊNCIA | Refere-se à relação das atividades e processos existentes nos programas com os resultados alcançados     |
| EFICÁCIA     | Refere-se na relação dos resultados <i>produtos</i> gerados pelos programas com os resultados alcançados |
| IMPACTO      | Consiste na relação dos resultados alcançados e efeitos produzidos com a mudança na vida das pessoas     |

Quadro 20: A dança das terminologias.

Fonte: CAMPELO, Amanda Faria Arruda. Avaliação de Programas Sociais em ONGs: Discutindo aspectos conceituais e levantando algumas orientações metodológicas sobre avaliação de impacto, Pernambuco, 2005.

Outro ponto a ser destacado refere-se sobre a relação entre monitoramento e avaliação. Assim, quando se inquiriu aos pesquisados sobre essa questão obteve-se as seguintes respostas:

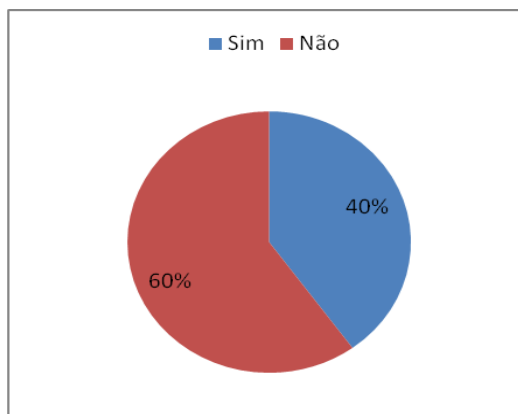


Gráfico 01: Percepção dos pesquisados sobre Monitoramento e Avaliação.  
Fonte: Pesquisa de campo, maio 2011.

O gráfico acima demonstra que para 60% dos pesquisados Monitoramento e Avaliação não possuem diferenças e para 40% sim são dimensões distintas, porém complementares.

Dando qualidade as dados anteriores observa-se nas falas dos pesquisados a percepção dos mesmos sobre a existência da relação entre monitoramento e avaliação, quais sejam:

| Relação Monitoramento e Avaliação   |   |   |
|---|---|---|
| CLP ACRE  | CN  | CLP MANAUS  |
| NÃO. Monitorar significa acompanhar, controlar e fiscalizar e avaliar significa estimar e aferir. Sendo assim, são ações diferentes, mas não podem ser dissociadas uma da outra, uma vez que através dos resultados apresentados será possível pensar em estratégias para sanar as dificuldades apresentadas, além de melhorá-las, uma vez que todo sistema de avaliação tem o propósito de identificar se os objetivos propostos foram atingidos ou não. | NÃO. O monitoramento utiliza mecanismos, dentre eles, a supervisão, para acompanhar a implementação do Programa. A avaliação utiliza, dentre outros, os resultados do monitoramento | SIM. Durante o monitoramento é possível que se avalie, para verificar o que precisa ser ajustado. Da mesma forma é compreensivo que para fazer uma avaliação completa, antes seja feito um processo de monitoramento. |

Quadro 21: Discursos dos pesquisados sobre a relação Monitoramento e Avaliação.  
Fonte: Pesquisa de campo, maio 2011.

Nota-se que os pesquisados expressam que monitoramento e avaliação são distintos, todavia, esses devem ser vistos e concebidos como dimensões indissociáveis e interdependentes, pois para que o processo de avaliação seja feito dentro de todo o rigor é necessário as etapas de monitoramento, pois monitorar é avaliar em uma temporalidade diferenciada, bem como expressa que o ato de avaliar acompanha todas as etapas de uma política, programa e projeto social.

Em relação legitimidade do SMA, procurou-se compreender se os coordenadores e executores desse sistema a percepção sobre o principal argumento que legitima a existência do SMA-PJU, vejamos as falas no quadro abaixo:

| Legitimidade do SMA  |  |  |   |
|--|--|--|---|
| CLP ACRE   | CN   | CLP MANAUS   | CLE MANAUS  |
| A articulação, coleta de dados e envio de informações das ações que são desenvolvidas nos Estados e municípios, além de verificar em que nível de aprendizagem os alunos se encontram no decorrer da transmissão e construção de conhecimento e aquisição das aprendizagens descritas no CRA, além de equacionar os custos a partir do quantitativo de alunos presentes nas avaliações externas. | Legitimidade do Controle Social de Programas Governamentais. | Promove continua análise dos resultados do processo das ações do Programa. | Articular e integrar resultados quantitativos e análises qualitativos advindos da avaliação dos desempenhos dos alunos, e da supervisão e do monitoramento. |

Quadro 22: Discursos dos pesquisados sobre a legitimidade do SMA.

Fonte: Pesquisa de campo, maio 2011.

Depreende-se das falas acima uma frágil percepção acerca do ato de avaliar. Avaliar é um dever ético, portanto, é ir além de regras gerenciais e mecanismos administrativos, trata-se de um ato político cuja essência é conhecer o objeto que se investiga para aprimorá-lo. Portanto, dar qualidade aos dados é condição *sine qua non* no processo avaliativo.

Prosseguindo, o quadro abaixo apresenta a concepção que coordenadores e executores desse sistema têm sobre o SMA-PJU, quais sejam:

| Concepção do SMA   |   |  |   |
|--|---|--|---|
| CLP ACRE   | CLP ACRE  | CLP MANAUS   | CLE MANAUS  |
| O Sistema de Monitoramento tem grande relevância para o programa, pois é por meio dele que podemos obter as informações necessárias para que possamos melhorar o atendimento aos municípios atendidos. | É um componente do programa que funciona com base nos seus subsistemas (monitoramento, avaliação externa, supervisão) e vem contribuir para a gestão tanto no âmbito local como nacional, possibilitando a tomada de decisão mediante aos dados obtidos junto a cada coordenação. | É uma ferramenta importante, pois promove continua análise das condições pedagógicas e de infra-estrutura de oferta do curso nos núcleos, demonstrando aspectos para melhoria da qualidade das ações do Programa, através das análises dos Relatórios. | Desenvolve as ações de monitoramento avaliação de alunos, supervisão e avaliação do Programa ao longo dos 18 meses. |

Quadro 23: Discursos dos pesquisados sobre a concepção do SMA.

Fonte: Pesquisa de campo, maio 2011.

As falas sinalizam que os pesquisados possuem um entendimento “enciclopédico” sobre o SMA, contudo, urge que os mesmos vejam que a sustentabilidade do Programa ProJovem Urbano encontra-se intimamente articulada ao seu sistema de monitoramento e avaliação, pois esse deve expressar a transparência das ações desenvolvidas. Além disso, é vital que os envolvidos nesse processo apreendam que o “avaliado corre o risco de (e deve estar disposto a) ser considerado menos perfeito do que gostaria” (MALIK; SCHEIARI, 1998, P.8). Portanto, a avaliação enquanto valor

democrático, político e ético, permitem qualificar políticas, programas e projetos, além de se constituir em fonte inesgotável para os debates presentes na arena política na busca por hegemonia dos grupos subalternos em nosso país.

No tocante a finalidade do SMA/PJU os pesquisados afirmam:

| Finalidade do SMA  |   |
|--|---|
| CLP ACRE   | CLP MANAUS  |
| Se o sistema realiza uma pesquisa com foco em um dado, é interessante que cada coordenação venha conhecer o resultado. Caso isso não ocorra, achamos sem sentido os investimentos aplicados. | A efetividade do Programa em nosso Município, visando identificar as deficiências existentes a cada entrada na tentativa de saná-las. |

Quadro 24: Discursos dos pesquisados sobre a finalidade do SMA.

Fonte: Pesquisa de campo, maio 2011

As falas não expressam a real finalidade do SMA, nota-se que os pesquisados apresentam discursos frágeis. Sendo assim, ratifica-se que o sistema de monitoramento e avaliação de políticas constitui-se em um avanço no Brasil, pois dão transparências as ações e sinalizam para o uso de recursos de formas mais equânimes e justas. Ocorre que para esses sistemas cumpram com sua finalidade os envolvidos sejam constantemente qualificados, o que requer a formação de equipe (Federação, estados e Municípios) efetiva, para se investir em formação, com vistas a qualificação das ações políticas implementadas.

No que se refere à operacionalização do SMA, 75% os sujeitos compreendem que os dados e informações coletados pelo SMA-PJU produziram alguma mudança e/ou melhoria na operacionalização do mesmo, e para 25% dos sujeitos essa mudança não houve, conforme mostra o gráfico a seguir:

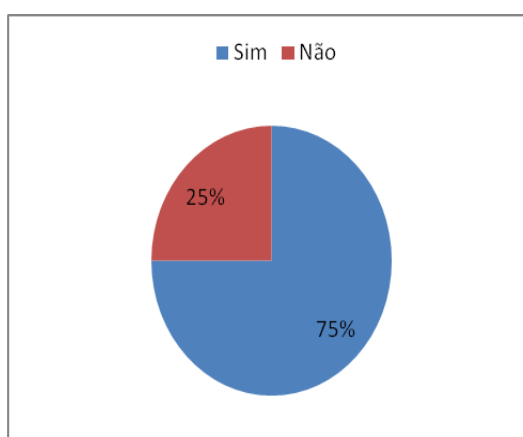


Gráfico 02: Operacionalização do SMA.

Fonte: Pesquisa de campo, maio 2011.

No que se refere a forma de coleta de dados do SMA-PJU, os pesquisados avaliam da seguinte forma:

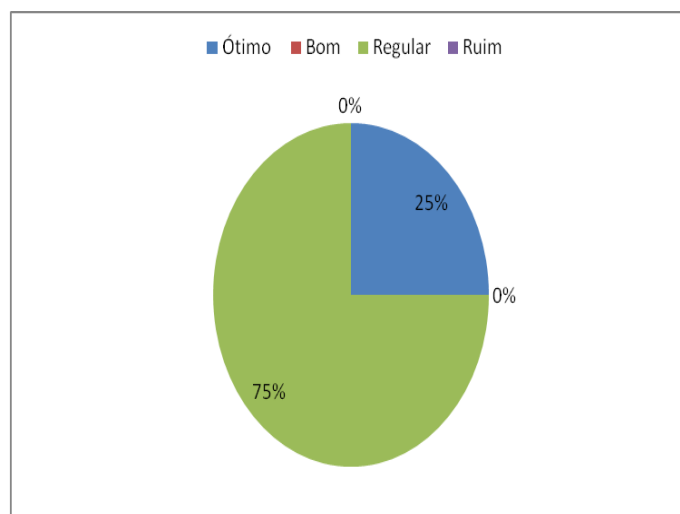


Gráfico 03: Forma de coleta de dados do SMA.  
Fonte: Pesquisa de campo, maio 2011.

Procurando dar qualidade aos dados expressos anteriormente, o quadro abaixo aprofunda sobre essa questão:

| Forma de coleta de dados do SMA  |  |
|--|--|
| CLP ACRE   | CLP MANAUS   |
| Temos ainda muitas dificuldades na frequência dos alunos, intensificando o trabalho de resgate, porém temos os fatores externos que independem do nosso esforço, por se tratar de questões sociais que interferem na vida escolar desses jovens. (...) Por outro lado o Projovem por ser um Programa com algumas normas já estabelecidas, em alguns momentos nos sentimos amarrados e impotentes para resolver os problemas dessa natureza que se não fosse a rigidez da execução do mesmo, teríamos como evitá-los ou pelo menos corrigi-los. | Pois você indo ao local pra enxergar os fatos e não apenas ler-los em uma planilha permite que as avaliações sejam feitas com mais sensibilidades. |

Quadro 25: Discursos dos pesquisados sobre as formas de coleta de dados do SMA.  
Fonte: Pesquisa de campo, maio 2011.

É salutar as falas dos pesquisados, pois sinalizam para a necessidade de se aprimorar tal processo. Sendo assim, deve-se implementar oficinas juntos a esses sujeitos na busca por uma construção coletiva que busque estratégias diferenciadas no tocante a forma de coleta de dados do PJU, pois sabe-se que “dados e informações ruins, incompletos, distorcidos, falsearão a realidade e, conseqüentemente, tornarão a análise pobre e sem utilidade para a cientificidade da pesquisa” (MICHEL, 2005, p.37).

No que se refere às informações produzidas pelo SMA-PJU, procurou-se saber se o mesmo produz tipos de informações diferenciadas que auxiliam na gestão do Programa, como pode ser

observado no gráfico a seguir, 50% dos sujeitos responderam sim e 50% responderam não a essa questão:

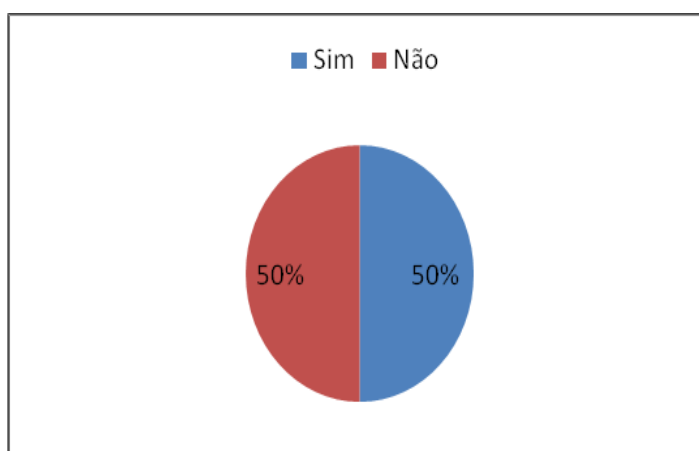


Gráfico 04: Informações produzidas pelo SMA.  
Fonte: Pesquisa de campo, maio 2011.

Procurando desvelar qualitativamente os dados acima obteve-se as seguintes falas sobre essa questão:

| <b>Informações diferenciadas sobre o SMA</b>  |   |
|---|---|
| <b>CLP ACRE</b>   | <b>CLP MANAUS</b>   |
| NÃO. Falta de informação, envio de relatório das observações e acompanhamentos realizado nos núcleo, além de manter informada a Coordenação Estadual acerca dos problemas detectados e juntos pensarem em estratégias para corrigir e melhorar. | SIM. Os relatórios que abarcam a proficiências e desempenho na aprendizagem, permanência, perfil dos alunos, as condições de oferta e outras. |
| <b>Como se obtêm as informações produzidas pelo SMA</b>   |   |
| Se não for através de reuniões com a equipe local, não se tem essas informações, isso quando solicitamos.   | Por meio de amostragem, observação, supervisão, questionários, com alunos, educadores e gestores.   |

Quadro 26: Discursos dos pesquisados sobre as informações produzidas pelo SMA.  
Fonte: Pesquisa de campo, maio 2011.

Observa-se no quadro acima a mesma contradição do gráfico anterior, pois um pesquisado justifica que o SMA não produz informação diferenciada, devido a falta publicização dos dados, já outro afirma que sim o sistema produz informações diferenciadas, pois os dados possibilitam uma processo de aprendizado sobre o programa. Sendo assim, questiona-se: como se dá o acesso aos dados do SMA? Esse acesso é público? Os relatórios são produzidos de forma rápida e de fácil acesso? Portanto, é vital que o SMA tenha uma fácil acesso as informações, tenha um espaço de consulta pública para assim, se constituir como uma ferramenta de planejamento e controle das ações, com vistas ao aprimoramento da gestão.

Em relação à continuidade e a modificação do SMA-PJU, coordenadores e executores são unânimes, todos são a favor, conforme gráfico a seguir:



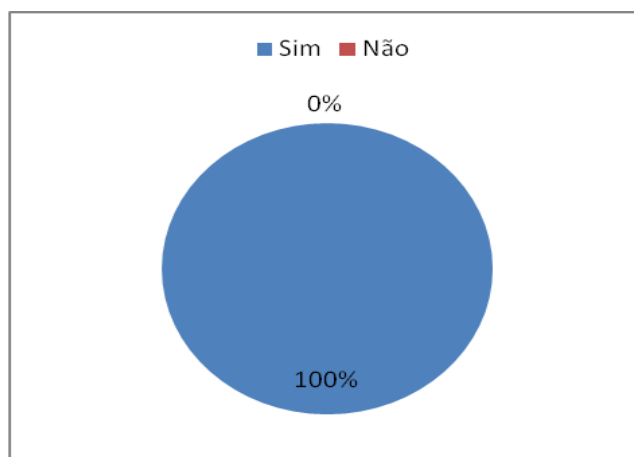


Gráfico 05: Continuidade e modificação do SMA.  
Fonte: Pesquisa de campo, maio 2011.

O gráfico acima é esclarecedor, já que de forma majoritária 100% dos pesquisados afirmam que o SMA deve continuar, bem como ser aprimorado. Sendo assim, como sugestão, os sujeitos acreditam que o SMA deveria ser modificado da seguinte forma:

| De que forma o SMA deve ser modificado   |   |
|--|---|
| CLP ACRE   | CLP MANAUS  |
| Quando realizar os acompanhamentos aos núcleos dar retorno imediato as coordenações locais para tomada de decisões que forem necessárias para melhoria da qualidade do programa em cada localidade, além de rever os critérios de aplicabilidade dos mesmos. | Novos estudos precisam ser desenvolvidos, utilizando novas variáveis que expressam características ainda não trabalhadas, dos alunos, educadores e coordenação local. Respondendo com mais exatidão as perguntas ou dúvidas questionadas. Quando o aluno precisa de ajuda no comitê gestor, atualização de dados (notas dos alunos) |

Quadro 27: Discursos dos pesquisados sobre a continuidade e modificação do SMA.  
Fonte: Pesquisa de campo, maio 2011.

Os discursos expressam a necessidade do fácil e rápido acesso as informações produzidas, visto que o SMA enquanto um sistema deve ser mais do que um banco de dados, deve apresentar suas dimensões avaliativas, relatórios que apresentem os resultados de cada indicadore e variável correspondente, relatórios críticos que cruzam indicadores e variáveis de gestão, enfim, produzir informações úteis, confiáveis e fidedignas.

Para finalizar, o presente estudo longe de se constituir em verdade absoluta, apresenta uma “aproximação sucessiva” entre a concepção e realização do SMA/PJU. Assim, espera-se que este estudo adense o debate e a reflexão sobre o SMA no sentido de potencializar uma tomada de decisão por parte do poder público em legitimar a cultura de avaliação de políticas públicas, pois ao se demonstrar os desvios, bem como os avanços o que se quer é a correção da ação em favor dos seus reais mandatários.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação não se define exclusivamente como um julgamento, e emissão de juízo de valor implica em um julgamento imbricado no processo avaliativo, e não a sua definição.

Malik e Schiesari, 1998

Conhecer para aprimorar! Esta foi à premissa do presente estudo. Assim, as discussões acerca da avaliação de programas e projetos sociais vêm obtendo crescente relevância no cenário brasileiro, fato que pode ser constatado diante do expressivo número de publicações relacionadas ao tema. É diante desse contexto que emerge o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa ProJovem Urbano cujo objetivo visa o aperfeiçoamento das ações do programa buscando aprimorar o seu desempenho através de práticas que realizam supervisão e monitoramento, avaliação da aprendizagem e avaliação do programa.

O SMA-PJU surge como uma inovação no campo das políticas públicas e programas sociais, visto que se propõe a monitorar e avaliar o Programa ProJovem Urbano que nasce como uma estratégia de enfrentamento as desigualdades sociais porque passa as “juventudes” no Brasil.

Na concepção do ProJovem Urbano, a avaliação do ensino e aprendizagem constitui um processo cumulativo, contínuo, abrangente, sistemático e flexível de obtenção e julgamento de informações de natureza qualitativa e quantitativa sobre o ensino e a aprendizagem. Nessa perspectiva, a “avaliação faz parte do processo de ensino e aprendizagem. No entanto, é necessário operacionalizá-los no contexto deste Programa. Operacionalizar não é somente listar os instrumentos de medida que podem ser utilizados, mas pressupõe uma interpretação dos conceitos subjacentes à concepção de avaliação proposta”. (PPI, 2008, p. 56).

Diante da importância do Programa ProJovem Urbano e da necessidade de se desenvolver ações eficientes e eficazes em face da população atendida pelo referido, afirma-se as ações de monitoramento e avaliação enquanto um processo sistemático de análise de atividades, fatos e informações que podem contribuir significativamente para o aperfeiçoamento do programa.

Sendo assim, o presente relatório teve como objetivo descrever as ações desenvolvidas pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação do Projovem Urbano, bem como compreender a percepção dos coordenadores e executores do SMA-PJU na Região Norte II, a qual abarca os estados do Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre, acerca do monitoramento e da avaliação. Além disso,

objetivou também levantar informações que possibilite compreender como se desenvolve a proposta teórica metodológica e a efetividade do referido sistema.

O que se pode observar a partir dos resultados finais da presente pesquisa é que o Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano foi pensado de uma forma e é operacionalizado de outra. Ou seja, sua proposta teórico-metodológica é admirável, seu conceito pressupõe caminhos inovadores e democráticos. No entanto, na prática, esse sistema acaba não sendo operacionalizado conforme seu desenho original. Assim, percebe-se que a vontade ético-político dos sujeitos que executam o sistema muitas vezes se reflete nas ações do programa.

Além disso, pontua-se com o desafio da desconstrução do entendimento da ferramenta de avaliação com o caráter fiscalizador e policialesco por parte dos gestores, educadores e alunos do PJU que está intrinsecamente ligada à necessidade de repasse e conhecimento dos dados coletados e produzidos por este sistema acerca da implementação e efetividade do programa.

Para tanto, a equipe que compõe o SMA-PJU na Região Norte II deve se apropriar de todos os documentos que circulam no referido programa para que possa, também, produzir conhecimentos que podem ser traduzidos em relatos de experiência, artigos acadêmicos, monografias, teses, dentre outros. Esta é a expectativa referente a participação das Instituições Regionais, bem como das Coordenações Locais na condução do ProJovem Urbano enquanto Política Pública.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Escola Pública, comunidade e avaliação. In: ESTEBAN, Maria Teresa. Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos.

ÁVILA, Célia M. Gestão de projetos sociais. 3ª ed. rev. São Paulo: AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001. – (Coleção gestores sociais).

BAPTISTA, P. N. O Consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latinoamericanos.

Cadernos da Dívida Externa 2. ed. São Paulo: Programa Educativo da Dívida Externa –PEDEX, 1994. n. 3.

BELLONI, Isaura. Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. – (Coleção Questões da Nossa Época; v.75).

BERNARDONI, Doralice Lopes; SOUZA, Marta Cristina; PEIXE, Blênio César Severo. Fortalecimento de Avaliação da Política de emprego e renda da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Paraná. Curitiba: Editora Progressiva, 2008.

BORBA, Paulo da Rocha Ferreira; FARAH, Mário Luís; FEDATO, Maria Cristina Lopes; FILHO, Marco Antonio Figueiredo Milani; PIRES, João Teixeira. Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos Sociais – Desenvolvimento de um plano de Avaliação. VII semead estudo de caso terceiro setor.

BRANDÃO, Daniel Braga. Monitoramento e Avaliação Ferramentas para a qualificação das políticas públicas para a infância e adolescência. VI Seminário Pró - Conselho: A cidadania das crianças e dos adolescentes eu impacto na democracia Instituto Telemig Celular - Julho 2006.

BUVINICH, Manuel Rojas. Ferramentas para o Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos Sociais. Outubro 1999.

CAMPELO, Amanda Faria Arruda. Avaliação de Programas Sociais em ONGs: Discutindo aspectos conceituais e levantando algumas orientações metodológicas sobre avaliação de impacto, Pernambuco, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE; Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

CUNHA, Carla Giane Soares. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. George Washinton University, 2006.

DEMO, Pedro. Pesquisa e construção de conhecimento. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

ESTEBAN, Maria Teresa. “Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos”, DP&A, 4 ed. – Rio de Janeiro, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 26ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. (Coleção Temas Sociais).

MICHEL, Maria Helena. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 2005.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Avaliação e Monitoramento de Políticas e Programas Sociais – Revendo conceitos básicos. *Katálysis* vol. 5, nº. 2. Florianópolis - SC julho/dezembro 2002.

OIT, Organização Internacional do trabalho. Trabalho decente e Juventude no Brasil. Brasília: OIT, 2009.

Projeto Indicadores da Ação para a Cidadania e Democracia: Metodologia de Construção de Sistema de Indicadores. GT Indicadores Plataforma Contrapartes Novib. Outubro de 2001.

ROCHE, Chris. Avaliação de Impacto dos Trabalhos de ONGs – Aprendendo a valorizar as mudanças. São Paulo Cortez; ABONG; Oxford, Inglaterra: Oxford, 2002, p. 44.

RICO, Elizabeth Melo Rico. Avaliação de Políticas sociais: uma questão em debate. 5.ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2007.

RUA. Maria das Graças. A Avaliação no Ciclo da Gestão Pública. MIMEO, 2004.

SANTOS, Jussara Gabriel dos. História da Avaliação: do Exame à Avaliação Diagnóstica. Universidade Federal De Uberlândia – UFU 30 anos. 2008.

SILVA, Edna Lúcia da. Metodologia da Pesquisa e Elaboração da Dissertação. UFBC/PPGEP/LED, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e Silva. "Construindo Uma Abordagem Participativa para Avaliação de Políticas e Programas Sociais". Rio de Janeiro – Brasil 2009.

SILVEIRA, Olívia Maria Costa. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal da Bahia, 2009. (mimeo)

Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude/Coordenação Nacional do Projovem Urbano. Projeto do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Projovem Urbano. Brasília 2008.

VAITSMAN, Jeni; RODRIGUES, Roberto W. S; PAES-SOUSA, Rômulo. O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil. UNESCO 2006.



**APÊNDICE A**  
**O SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA PROJOVEM**  
**URBANO NA REGIONAL NORTE II: UM ESTUDO DE CASO**  
**PROGRAMA DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIBIC**



**QUESTIONÁRIO**  
**COORDENAÇÃO NACIONAL DO PROGRAMA PROJOVEM URBANO**

**Objetivo da pesquisa**

Compreender o que caracteriza os sistemas de monitoramento e avaliação das Políticas Públicas, bem como edificar um conhecimento acerca do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa ProJovem Urbano na Regional Norte II. A pesquisa pretende fornecer análises críticas que contribuam para a melhoria e/ou aperfeiçoamento deste sistema na busca por fortalecer as políticas públicas direcionadas para a juventude em nosso país.

**IDENTIFICAÇÃO**

Nome: \_\_\_\_\_  
 Cidade: \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_  
 CEP: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
 Email: \_\_\_\_\_ Data da aplicação: \_\_\_\_\_

1. Sexo

( ) Feminino ( ) Masculino

2. Nível de instrução:

( ) Superior Incompleto

( ) Superior Completo

( ) Pós Graduação

( ) Mestrado

( ) Doutorado

( ) Outro. Qual: \_\_\_\_\_

3. Função que exerce no Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano:

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

4. Qual o seu entendimento sobre o Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano? Justifique.

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

5. Você sabe como foi elaborado o desenho teórico-metodológico do Programa ProJovem Urbano?

( ) Sim ( ) Não

Justifique:

---

---

6. Descreva as competências da:

a) Coordenação Geral do SMA/PJU:

---

---

b) Coordenação Local do SMA/PJU:

---

---

c) Coordenação da Instituição Regional do SMA/PJU:

---

7. O Sistema de Monitoramento e Avaliação foi feito para ser alimentado por:

( ) dados quantitativos ( ) dados qualitativos ( ) dados quanti-qualitativos

Comente:

---

8. Na sua percepção monitoramento e avaliação são sinônimos?

( ) sim ( ) não

Justifique:

---

---

9. Na sua percepção qual o argumento principal que legitima a existência do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano?

---

---

10. Marque as ferramentas que compõe o SMA-PJU.

- ( ) Estudos de caso
- ( ) Avaliação gravada
- ( ) Diários
- ( ) Análise e gravação de incidentes importantes (chamado “análise de incidente crítico”)
- ( ) Questionários estruturados
- ( ) Grupos focais
- ( ) Pesquisas de amostras
- ( ) Relatório estatístico anual



( ) Revisão sistemática de estatísticas relevantes oficiais.

( ) Outras. Quais? \_\_\_\_\_

11. Você sabe a que filiação teórica o Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano se identifica?

( ) sim ( ) Não

Justifique:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

12. O Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano é composto de subsistemas. Neste sentido, como foram idealizados os indicadores de monitoramento e avaliação?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

13. Descreva os indicadores que direcionaram a construção dos instrumentos de coleta de dados do ProJovem Urbano?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

14. Como você avalia os instrumentos de coleta de dados do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano?

( ) ótimo ( ) bom ( ) regular ( ) ruim

Justifique:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

15. Elenque pontos fortes e frágeis do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano:

| Eixos                           | Pontos Frágeis | Pontos Fortes |
|---------------------------------|----------------|---------------|
| Subsistema de Supervisão        |                |               |
| Subsistema de Avaliação Externa |                |               |
| Subsistema de Avaliação do Proj |                |               |

16. Como foram idealizados os relatórios produzidos pelo Sistema?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

17. Você tem acesso aos relatórios produzidos pelo SMA/PJU?

( ) sim ( ) não

Caso positivo, quais?

---



---

18. Os relatórios produzidos pelo SMA/PJU auxiliam na gestão do programa?

( ) sim ( ) não

Comente:

---



---

19. Complete o quadro abaixo de acordo com a forma como se encontra estruturado o SMA e seus subsistemas:

| Instrumento/<br>a | Indicador | Descrição | Desagregador | Classificação | Periodicidade | Unidade | Fórmula |
|-------------------|-----------|-----------|--------------|---------------|---------------|---------|---------|
|                   |           |           |              |               |               |         |         |
|                   |           |           |              |               |               |         |         |
|                   |           |           |              |               |               |         |         |
|                   |           |           |              |               |               |         |         |

20. Avalie as seguintes características do SMA/PJU:

| ÍTEM  | Concordo<br>Plenamente | Concordo | Discordo<br>Plenamente | Discordo | Nem concordo<br>Nem discordo |
|---|------------------------|----------|------------------------|----------|------------------------------|
| O SMA possibilita uma boa compreensão de assuntos de desenvolvimento para a gestão do Programa.   |                        |          |                        |          |                              |
| O SMA possibilita uma boa compreensão de assuntos organizacionais.  |                        |          |                        |          |                              |
| O SMA possibilita um compromisso com datas de trabalhos a serem cumpridos.  |                        |          |                        |          |                              |
| O SMA possui lógica e facilidade em operar sistematicamente.  |                        |          |                        |          |                              |
| O SMA é eficaz  |                        |          |                        |          |                              |
| O SMA produz relatórios que incluam a mensuração quantitativa ou qualitativa de indicadores importantes.  |                        |          |                        |          |                              |
| O SMA armazena informação de uma forma que seja possível manejar o que se precisa saber.  |                        |          |                        |          |                              |
| O SMA produz resultados que incita fortes pensamentos; Desafia previsões; Focaliza reflexões e questionamentos; Levanta muitas questões adicionais. |                        |          |                        |          |                              |
| O SMA possibilita Aprendizado; Melhorias na implementação; Accountability; Planejamento e alocação de recursos.                                     |                        |          |                        |          |                              |

21. Responda:

a) O SMA deve continuar?

( ) Sim ( ) Não

b) O SMA deve ser modificado/aprimorado?

( ) Sim ( ) Não

Caso positivo, como?

---

Caso negativo comente:

---

c) Como se obtêm as informações produzidas pelo SMA?

---

d) Existem relatórios públicos?

( ) Sim ( ) Não

Caso positivo, como se dá o acesso?

---

Caso negativo comente:

---

e) O que a coordenação Nacional quer saber, ou melhor, procura saber sobre o Programa Projovem Urbano a partir do SMA?

---

f) O SMA produz tipos de informações diferenciadas que auxiliam a gestão do Programa?

( ) Sim ( ) Não

Caso positivo, quais os tipos de informação?

---

Caso negativo, quais são os motivos?

---

---

g) Na sua opinião quem se beneficia com o SMA?

---

---

22. No que se refere à concepção do SMA marque as opções que mais se identifica:

- Propõe o exame como supervisão permanente, cujos resultados levassem à promoção ou qualificação do aluno.
- Preocupa-se em compreender o processo de aprendizagem visando incorporar conhecimentos sobre esse processo para melhor atuar no ensino.
- Centra na avaliação/exame aspectos de supervisão/controle, preocupando-se com o aperfeiçoamento das técnicas de mensuração.
- Prima por caminhos inovadores e democráticos para a educação onde o processo ensino/aprendizagem se constitui numa unidade dialética entre sujeito-objeto, permitindo que todos possam aprender.

23. Espaço livre para comentários adicionais por parte do pesquisado:



**APÊNDICE B**  
**O SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA PROJovem**  
**URBANO NA REGIONAL NORTE II: UM ESTUDO DE CASO**  
**PROGRAMA DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIBIC**



**QUESTIONÁRIO**

**REGIONAL NORTE II DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO**  
**PROGRAMA PROJovem URBANO – INSTITUIÇÃO REGIONAL**

**Objetivo da pesquisa**

Compreender o que caracteriza os sistemas de monitoramento e avaliação das Políticas Públicas, bem como edificar um conhecimento acerca do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa ProJovem Urbano na Regional Norte II. A pesquisa pretende fornecer análises críticas que contribuam para a melhoria e/ou aperfeiçoamento deste sistema na busca por fortalecer as políticas públicas direcionadas para a juventude em nosso país.

**IDENTIFICAÇÃO**

Nome: \_\_\_\_\_  
 Cidade: \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_  
 CEP: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
 Email: \_\_\_\_\_ Data da aplicação: \_\_\_\_\_

1. Sexo

( ) Feminino ( ) Masculino

2. Nível de instrução:

( ) Superior Incompleto

( ) Superior Completo

( ) Pós Graduação

( ) Mestrado

( ) Doutorado

( ) Outro. Qual: \_\_\_\_\_

3. Função que exerce no Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano:

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

4.Você foi capacitado para operacionalizar o sistema?

( ) Sim ( ) Não

Comente:

---

---

5.Quando a IR foi convidada para operacionalizar o SMA foi apresentado algum manual do sistema?

( ) Sim ( ) Não

Comente:

---

---

6.Quais os relatórios que a IR tem acesso?

---

---

7.Qual a finalidade principal das reuniões dos Grupos de Trabalho - GT's?

---

---

8.Quem se beneficia com o SMA?

---

---

9.O SMA possui dificuldades na operacionalização das suas atividades?

( ) Sim ( ) Não

Comente:

---

---

10.No que se refere à concepção do SMA marque as opções que mais se identifica:

( ) Propõe o exame como supervisão permanente, cujos resultados levassem à promoção ou qualificação do aluno.

( ) Preocupa-se em compreender o processo de aprendizagem visando incorporar conhecimentos sobre esse processo para melhor atuar no ensino.

( ) Centra na avaliação/exame aspectos de supervisão/controlre, preocupando-se com o aperfeiçoamento das técnicas de mensuração.

( ) Prima por caminhos inovadores e democráticos para a educação onde o processo ensino/aprendizagem se constitui numa unidade dialética entre sujeito-objeto, permitindo que todos possam aprender.

11. Elenque Pontos fortes e frágeis do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano:

| Eixos                               | Instrumentos   | Pontos Frágeis | Pontos Fortes |
|-------------------------------------|--|----------------|---------------|
| Subsistema de Supervisão            | Rotina 001 - Supervisão de Matrícula   |                |               |
|                                     | Rotina 002 - Formação Inicial  |                |               |
|                                     | Rotina 003 - Conferência Documental  |                |               |
|                                     | Rotina 004 - Condições de Oferta   |                |               |
|                                     | Rotina 005 - Frequência  |                |               |
|                                     | Rotina 006 - Qualificação Profissional   |                |               |
|                                     | Rotina 007 - Formação Contínua   |                |               |
| Subsistema de Externa               | Avaliação Diagnóstica  |                |               |
|                                     | Exame Externo entre Ciclos I   |                |               |
|                                     | Exame Externo entre Ciclos II  |                |               |
|                                     | Exame Externo Final Ciclo III  |                |               |
| Subsistema de Avaliação do Programa | Survey 1 - Pesquisa Perfil Público Alvo  |                |               |
|                                     | Survey 2 - Pesquisa PPI com alunos e educadores  |                |               |
|                                     | Survey 3 - perfil do jovem, sua relação com o mercado de trabalho e com o espaço público e a implementação do programa |                |               |
|                                     | Pesquisa permanência/ Evasão   |                |               |

12. Avalie as seguintes características do SMA/PJU:

| ÍTEM  | Concordo Plenamente | Concordo | Discordo Plenamente | Discordo | Nem concordo Nem discordo |
|---|---------------------|----------|---------------------|----------|---------------------------|
| O SMA possibilita uma boa compreensão de assuntos de desenvolvimento para a gestão do Programa. |                     |          |                     |          |                           |
| O SMA possibilita uma boa compreensão de assuntos organizacionais.                              |                     |          |                     |          |                           |
| O SMA possibilita um compromisso com  |                     |          |                     |          |                           |

|   |  |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|--|
| datas de trabalhos a serem cumpridos  |  |  |  |  |  |
| O SMA possui lógica e facilidade em operar sistematicamente.  |  |  |  |  |  |
| O SMA é eficaz  |  |  |  |  |  |
| O SMA produz relatórios que incluem a mensuração quantitativa ou qualitativa de indicadores importantes.  |  |  |  |  |  |
| O SMA armazena informação de uma forma que seja possível manejar o que se precisa saber.  |  |  |  |  |  |
| O SMA produz resultados que incita fortes pensamentos; Desafia previsões; Focaliza reflexões e questionamentos; Levanta muitas questões adicionais. |  |  |  |  |  |
| O SMA possibilita Aprendizado; Melhorias na implementação; Accountability; Planejamento e alocação de recursos.                                     |  |  |  |  |  |

13. Espaço livre para comentários adicionais por parte do pesquisado:





**APÊNDICE C**  
**O SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA PROJovem**  
**URBANO NA REGIONAL NORTE II: UM ESTUDO DE CASO**  
**PROGRAMA DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIBIC**



**QUESTIONÁRIO**  
**REGIONAL NORTE II DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO**  
**PROGRAMA PROJovem URBANO – COORDENAÇÃO LOCAL**

**Objetivo da pesquisa**

Compreender o que caracteriza os sistemas de monitoramento e avaliação das Políticas Públicas, bem como edificar um conhecimento acerca do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa ProJovem Urbano na Regional Norte II. A pesquisa pretende fornecer análises críticas que contribuam para a melhoria e/ou aperfeiçoamento deste sistema na busca por fortalecer as políticas públicas direcionadas para a juventude em nosso país.

**IDENTIFICAÇÃO**

Nome: \_\_\_\_\_  
 Cidade: \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_  
 CEP: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
 Email: \_\_\_\_\_ Data da aplicação: \_\_\_\_\_

1.Sexo

( ) Feminino ( ) Masculino

2.Nível de instrução:

( ) Superior Incompleto

( ) Superior Completo

( ) Pós Graduação

( ) Mestrado

( ) Doutorado

( ) Outro. Qual: \_\_\_\_\_

3.Função que exerce no Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano:

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

4.Qual o seu entendimento sobre o Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano? Justifique.

---



---

5.Descreva as competências da:

A)Coordenação Geral do SMA/PJU:

---



---

B)Coordenação Local do SMA/PJU:

---



---

C)Coordenação da Instituição Regional do SMA/PJU:

---



---

6.Na sua percepção monitoramento e avaliação são sinônimos?

( ) sim ( ) não

Justifique:

---



---

7.Na sua percepção qual o argumento principal que legitima a existência do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano?

---



---

8.Como você avalia a forma de coleta de dados do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano?

( ) ótimo ( ) bom ( ) regular ( ) ruim

Justifique:

---



---

9.Elenque Pontos fortes e frágeis do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano:

| Eixos                 | Instrumentos                         | Pontos Frágeis | Pontos Fortes |
|-----------------------|--------------------------------------|----------------|---------------|
| Subsistema Supervisão | Rotina 001 - Supervisão de Matrícula |                |               |
|                       | Rotina 002 - Formação Inicial        |                |               |
|                       | Rotina 003 - Conferência Documental  |                |               |
|                       | Rotina 004 - Condições de Oferta     |                |               |

|                                     |  |  |  |
|-------------------------------------|--|--|--|
|                                     | Rotina 005 - Frequência  |  |  |
|                                     | Rotina 006 - Qualificação Profissional   |  |  |
|                                     | Rotina 007 - Formação Contínua   |  |  |
| Subsistema de Externa               | Avaliação Diagnóstica  |  |  |
|                                     | Exame Externo entre Ciclos I   |  |  |
|                                     | Exame Externo entre Ciclos II  |  |  |
|                                     | Exame Externo Final Ciclo III  |  |  |
| Subsistema de Avaliação do Programa | Survey 1 - Pesquisa Perfil Público Alvo  |  |  |
|                                     | Survey 2 - Pesquisa PPI com alunos e educadores  |  |  |
|                                     | Survey 3 - perfil do jovem, sua relação com o mercado de trabalho e com o espaço público e a implementação do programa |  |  |
|                                     | Pesquisa permanência/ Evasão   |  |  |

10. Você tem acesso aos relatórios produzidos pelo SMA/PJU?

( ) sim ( ) não

Caso positivo, quais?

---

11. Os relatórios produzidos pelo SMA/PJU auxiliam na gestão do programa?

( ) sim ( ) não

Comente:

---

12. Em sua opinião os dados e informações coletados no SMA do ProJovem Urbano produziram alguma mudança e/ou melhoria na operacionalização do Programa?

( ) Sim ( ) Não

Justifique:

---

## 13. Avalie as seguintes características do SMA/PJU:

| ÍTEM  | Concordo Plenamente | Concordo | Discordo Plenamente | Discordo | Nem concordo Nem discordo |
|---|---------------------|----------|---------------------|----------|---------------------------|
| O SMA possibilita uma boa compreensão de assuntos de desenvolvimento para a gestão do Programa.   |                     |          |                     |          |                           |
| O SMA possibilita uma boa compreensão de assuntos organizacionais.  |                     |          |                     |          |                           |
| O SMA possibilita um compromisso com datas de trabalhos a serem cumpridos   |                     |          |                     |          |                           |
| O SMA possui lógica e facilidade em operar sistematicamente.  |                     |          |                     |          |                           |
| O SMA é eficaz  |                     |          |                     |          |                           |
| O SMA produz relatórios que incluam a mensuração quantitativa ou qualitativa de indicadores importantes.  |                     |          |                     |          |                           |
| O SMA armazena informação de uma forma que seja possível manejar o que se precisa saber.  |                     |          |                     |          |                           |
| O SMA produz resultados que Incita fortes pensamentos; Desafia previsões; Focaliza reflexões e questionamentos; Levanta muitas questões adicionais. |                     |          |                     |          |                           |
| O SMA possibilita Aprendizado; Melhorias na implementação; Accountability; Planejamento e alocação de recursos.                                     |                     |          |                     |          |                           |

## 14. Marque as ferramentas que compõe o SMA-PJU

- Estudos de caso
- Avaliação gravada
- Diários
- Análise e gravação de incidentes importantes (chamado “análise de incidente crítico”)
- Questionários estruturados
- Grupos focais
- Pesquisas de amostras
- Relatório estatístico anual
- Revisão sistemática de estatísticas relevantes oficiais.
- Outras. Quais? \_\_\_\_\_

## 15. Responda:

h) O SMA deve continuar?

sim  não

i) O SMA deve ser modificado/aprimorado?

sim  Não

Caso positivo, como?

---

Caso negativo comente:

---

j) O que a coordenação Local quer saber, ou melhor, procura saber sobre o Programa Projovem Urbano a partir do SMA?

---

k) O SMA produz tipos de informações diferenciadas que auxiliam a gestão do Programa?

( ) Sim ( ) Não

Caso positivo, quais os tipos de informação?

---

Caso negativo, quais são os motivos?

---

l) Como se obtêm as informações produzidas pelo SMA?

---

m) Existem relatórios públicos?

( ) sim ( ) não

Caso positivo, como se dá o acesso?

---

Caso negativo comente:

---

n) Na sua opinião quem se beneficia com o SMA?

---

16. Espaço livre para comentários adicionais por parte do pesquisado:

## APÊNDICE D



**O SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA  
PROJOVEM URBANO NA REGIONAL NORTE II: UM ESTUDO DE CASO  
PROGRAMA DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIBIC  
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM PROCESSOS DE  
TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL NA AMAZÔNIA – GETRA**

**CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Prezados Coordenadores do Programa ProJovem Urbano

Ao cumprimentá-los cordialmente solicitamos por meio desta, a participação de Vossas Senhorias na pesquisa intitulada **O Sistema de Monitoramento e avaliação do Programa ProJovem Urbano na regional norte II: um estudo de caso**, que no momento se desenvolve sob o patrocínio do CNPq no Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas e que também integra o projeto denominado **O Desenho do Programa ProJovem Urbano na Região Norte II (2009-2010)** desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho e Serviço Social na Amazônia- GETRA.

Compreender o que caracteriza os sistemas de monitoramento e avaliação de políticas públicas é o objetivo geral desta pesquisa, cujo vetor metodológico será um estudo de caso do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa ProJovem Urbano, na regional Norte II que compreende os estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia. O estudo envolve três etapas: na primeira realizamos uma consulta à bibliografia especializada sobre o tema, na segunda, que no momento se encontra em curso, estamos descrevendo as atividades do SMA do PJU a partir dos eixos que integram os seus três subsistemas, a partir da leitura dos relatórios, e a terceira inclui uma consulta aos coordenadores do SMA e aos gestores PJU, por meio da aplicação de um questionário com perguntas do tipo mistas (abertas e fechadas) por entendermos que Vossas Senhorias são atores sociais importantes neste processo e protagonistas das ações que alimentam nosso objeto de pesquisa.

Neste sentido, contamos e agradecemos, desde já, o prestimoso auxílio na execução desta pesquisa com a atenção dada às respostas do nosso instrumental, que agora estamos levando ao Vosso conhecimento.

## APÊNDICE E



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**PRO-REITORIA DE PESQUISA E POS-GRADUAÇÃO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**  
**PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr(a). para participar do Projeto de Pesquisa “*O Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa Projovem Urbano na Regional Norte II: Um Estudo de Caso*” desenvolvida pelas pesquisadoras Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marilina Conceição Oliveira Bessa Serra Pinto e Maisa Bruna de Almeida Nunes, do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com o objetivo de compreender o que caracteriza os sistemas de monitoramento e avaliação das políticas públicas, bem como edificar um conhecimento acerca do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa Projovem Urbano na regional Norte II. A pesquisa pretende fornecer análises críticas que contribuam para a melhoria e/ou aperfeiçoamento deste sistema na busca por fortalecer as políticas públicas direcionadas para a juventude em nosso país.

A referida pesquisa será desenvolvida na Universidade Federal do Amazonas por meio de um estudo de caso, o sistema de monitoramento e avaliação do Programa Projovem Urbano na região norte do Brasil, envolvendo os estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia. Os sujeitos da pesquisa serão os coordenadores deste sistema e os executores do programa a nível nacional e regional. A metodologia incluirá, portanto, um estudo teórico e a aplicação de questionários a serem respondidos pelos seguintes atores: representante da Coordenação Nacional do Projovem Urbano; representantes das Coordenações Executivas e pedagógicas dos Estados que compõe a Região Norte II; e representantes das subcoordenações dos Estados que compõe a Região Norte II, a fim de comparar os pressupostos teóricos com a sua efetiva implementação.

Serão respondidas as perguntas que o Sr. (a) souber e quiser, e terá total liberdade de pedir explicações à pesquisadora. O Sr. (a) não terá nenhum gasto de dinheiro, assim como não receberá nenhum benefício financeiro em troca. Terá total liberdade de participar ou não da pesquisa, sem que haja qualquer penalidade ou prejuízo.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr.(a). poderá entrar em contato com as pesquisadoras pelo endereço: Rua Rodrigo Otávio Jordão, s/n – Aleixo, Manaus/Am- Telefone (92) 3305-4578

Fui informado sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa de minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar.

Manaus, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do participante

Impressão do dedo polegar

Caso não saiba assinar

Assinatura do (a) Pesquisador(a)